



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**JUVENTUDE E TRABALHO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PROJOVEM TRABALHADOR
NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

MAISA BRUNA DE ALMEIDA NUNES

MANAUS - AM
2015

MAISA BRUNA DE ALMEIDA NUNES

**JUVENTUDE E TRABALHO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PROJOVEM TRABALHADOR
NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de Concentração em Questão Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais na Amazônia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristiane Bonfim Fernandez

MANAUS - AM
2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nunes, Maisa Bruna de Almeida
N972j Juventude e Trabalho: uma análise da implementação do
Programa Projovem Trabalhador no Município de Manaus / Maisa
Bruna de Almeida Nunes. 2015
170 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Cristiane Bonfim Fernandez
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal
do Amazonas.

1. Juventude. 2. Trabalho. 3. Políticas Públicas. 4.
Implementação. 5. Projovem Trabalhador. I. Fernandez, Cristiane
Bonfim II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MAISA BRUNA DE ALMEIDA NUNES

**JUVENTUDE E TRABALHO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA PROJOVEM TRABALHADOR
NO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de Concentração em Questão Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais na Amazônia.

Dissertação aprovada em 27 de Agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Cristiane Bonfim Fernandez - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dra. Carolina Cassia Batista Santos - Membro
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Dedicatória

Dedico este estudo aos meus pais, Sebastião e
Ângela; às minhas irmãs, Andreia, Marisa e
Sandra; e ao meu sobrinho, Heitor.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, expresso meus sinceros agradecimentos.

Ao Deus Único, Justo e Bom, que ilumina meus passos e me dá forças para sempre perseverar frente aos obstáculos da vida. Pela Sua presença essencial durante todo o percurso do mestrado, iluminando-me com Força, Fé e Coragem.

Aos meus pais, Sebastião de Souza Nunes e Ângela Maria de Almeida Nunes; minhas irmãs, Sandra Clariana, Andreia Cristina e Marisa Júlia; meu sobrinho, Heitor Benício; e meu namorado, Marcos Candido. Agradeço a todos pela compreensão e estímulo em todos os momentos.

À Professora Cristiane Bonfim Fernandez meus sinceros agradecimentos pela orientação e por toda dedicação, empenho e atenção na condução desta pesquisa.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA) pela oportunidade de fazer parte deste e contribuir com os estudos sobre Políticas Públicas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo auxílio financeiro que possibilitou a concretização desta pesquisa.

À colaboração de extrema importância dos profissionais e gestores da Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB e do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM, assim como dos jovens egressos do Projovem Trabalhador. Agradeço pela participação na pesquisa de campo que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos amigos, colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS da UFAM que me incentivaram com conversas, dicas e aulas que auxiliaram bastante no desenvolvimento da pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a efetivação deste trabalho e que fizeram parte desta caminhada.

Muito obrigada!

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Compreender a juventude a partir de sua construção social, cultural e histórica, procurando refletir sobre suas especificidades e aproximações é fundamental quando pensamos a constituição das Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens no Brasil. Portanto, ao reconhecer a importância da relação juventude e trabalho é possível compreender o diálogo entre a juventude e as atuais políticas e ações de inserção dos jovens no mundo do trabalho. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus tomando como referência as Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens. Para tanto, tem os seguintes objetivos específicos: caracterizar as ações do Projovem Trabalhador implementadas em Manaus; conhecer a visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador sobre sua formação social, profissional e expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho; investigar a percepção dos representantes do Estado/Município e das instituições executoras do Projovem Trabalhador sobre a implementação do Programa; e verificar em que medida as ações do Projovem Trabalhador em Manaus coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal. No que concerne à relevância acadêmico/científica, a pesquisa terá o importante papel de revelar as determinações e contradições presentes no processo e no conteúdo do Projovem Trabalhador em Manaus. Os lócus desta pesquisa foram: a Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, privilegiando os de natureza qualitativa, tendo em vista que esta busca investigar os sentidos e significados que os atores sociais dão ao fato, pessoa, objetos que circundam o seu universo social. Quanto aos resultados da pesquisa constatou-se a necessidade de se instituir um sistema de informações no sentido de publicizar os resultados do Projovem Trabalhador. A pesquisa evidenciou a preocupação dos alunos em relação às aulas práticas e a importância da realização do planejamento para que as ocorrências verificadas sejam corrigidas. Em relação à percepção dos gestores e profissionais quanto à implementação do Programa identificou-se em seus relatos uma avaliação positiva, no entanto, com destaque para entraves que ocorreram durante o processo de implementação. Além disso, verificou-se que o Projovem Trabalhador no âmbito nacional passa por um processo de reestruturação que visa corrigir as inconsistências constatadas pelos órgãos de controle. Desta forma, espera-se que as instituições envolvidas assumam a avaliação como procedimento que lhes permitam aprimorar suas ações e manter uma relação de transparência com seu público-alvo, no que tange a seus propósitos, processos e resultados.

Palavras chave: Juventude; Trabalho; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Understanding youth from its social construction, cultural and historical, looking reflect on their specificities and approaches is critical when we think the constitution of Labor and Employment Policies aimed at young people in Brazil. Therefore, recognizing the importance of youth relationship and work is possible to understand the dialogue between youth and current policies and actions of young people entering the world of work. In this sense, this research aims to analyze the implementation of Projovem worker in Manaus with reference to Labour and Employment Policies aimed at young people. Therefore, it has the following specific objectives: to characterize the Projovem worker actions taken in Manaus; know the vision of young graduates Projovem worker about their social, vocational and expectations regarding insertion in the labor market; investigate the perception of representatives of the State / Town and executing agencies Projovem worker on the implementation of the Program; and see to what extent the actions of Projovem worker in Manaus line with the guidelines recommended by the Federal Government. With regard to academic/scientific relevance, the research will have an important role in revealing the determinations and contradictions present in the process and content of Projovem worker in Manaus. The locus of this research were: the Secretariat of State for Labour - SETRAB and Eivaldo Lodi - IEL/AM. The study presents a qualitative and quantitative approach, focusing on qualitative, given that this aims to investigate the meanings that social actors give to the fact, people, objects that surround your social universe. How to search results found the need to establish a system of information in order to publicize the results of Projovem worker. The survey underlined the concern of students in relation to the practical classes and the importance of completing the planning for the occurrences identified are corrected. Regarding the perception of managers and professionals and Program implementation identified in their reports a positive assessment, however, highlighting obstacles that occurred during the implementation process. In addition, it was found that the Projovem worker nationally is going through a restructuring process aimed at correcting the inconsistencies noted by the supervisory bodies. Thus, it is expected that the institutions involved take the evaluation as a procedure that will enable them to improve their actions and maintain a transparent relationship with your target audience, regarding their purposes, processes and outcomes.

Keywords: Youth; work; Public Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CGU	Controladoria-Geral da União
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CSJ	Consórcios Sociais da Juventude
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPJ	Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude
FAGR	Formas Alternativas Geradoras de Renda
FEMICRO	Federação das Associações de Microempresas do Amazonas
FIEAM	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
FNL	Fundação Nilton Lins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICG-SC	Instituto Catarinense de Crédito e Gestão de Recursos
IEL/AM	Instituto Euvaldo Lodi do Amazonas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEMTRAD	Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SPTER	Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda
SETRAB	Secretaria de Estado do Trabalho do Amazonas
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SINPROJovem	Sistema Informatizado Projovem Trabalhador
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SRTE	Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
ONU	Organização das Nações Unidas

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Locus e quantidade de Sujeitos da pesquisa.....	18
Quadro 02: Marcos da Política Nacional de Juventude.....	35
Quadro 03: Transversalidade do tema juventude.....	36
Quadro 04: Metas Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã.....	68
Quadro 05: Obrigações dos executores do Projovem Trabalhador.....	70
Quadro 06: Distribuição da carga horária.....	70
Quadro 07: Distribuição do conteúdo programático e da carga horária.....	71
Quadro 08: Arcos ocupacionais da Qualificação Profissional.....	72
Quadro 09: Modalidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho.....	73
Quadro 10: Matriz do Projovem Trabalhador no Amazonas 2009 a 2013.....	77
Quadro 11: Arcos Ocupacionais por Municípios.....	78
Quadro 12: Fase Qualificação Profissional.....	80
Quadro 13: Arco Ocupacional e quantidade de vagas e professores por curso.....	81
Quadro 14: Qualificação Social e Profissional segundo os alunos.....	120
Quadro 15: Principais aspectos da Qualificação Social e Profissional na percepção dos alunos.....	123
Quadro 16: Expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho segundo os alunos.....	128
Quadro 17: Principais aspectos quanto à expectativa de inserção no mercado de trabalho segundo os alunos.....	129
Quadro 18: Principais aspectos quanto às sugestões para melhoria/aperfeiçoamento do Programa segundo os alunos.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Alterações no Plano de Implementação.....	91
Gráfico 02: Estrutura disponível para as aulas.....	96
Gráfico 03: Avaliação dos gestores quanto ao material didático.....	96
Gráfico 04: Evasão dos jovens.....	103
Gráfico 05: Regularidade do auxílio financeiro.....	104
Gráfico 06: Auxílio financeiro para todos.....	104
Gráfico 07: Monitoramento dos jovens inseridos no mundo do trabalho.....	106
Gráfico 08: Formas de inserção no mundo do trabalho.....	106
Gráfico 09: Informações sobre as inscrições do Projovem Trabalhador.....	110
Gráfico 10: Motivação para participar do Projovem Trabalhador.....	110
Gráfico 11: Cursos escolhidos pelos alunos.....	111
Gráfico 12: Expectativa dos alunos quanto ao Projovem Trabalhador.....	111
Gráfico 13: Avaliação do Projovem Trabalhador pelos alunos.....	112
Gráfico 14: Avaliação dos alunos quanto ao material didático.....	112
Gráfico 15: Estrutura disponível para as aulas.....	113
Gráfico 16: Regularidade do auxílio financeiro.....	113
Gráfico 17: Auxílio financeiro x Atividades do Programa.....	114
Gráfico 18: Situação atual de trabalho.....	114
Gráfico 19: Sexo.....	115
Gráfico 20: Idade.....	116
Gráfico 21: Estado civil.....	116
Gráfico 22: Paternidade/Maternidade.....	118
Gráfico 23: Convivência/Moradia.....	118
Gráfico 24: Escolaridade.....	125
Gráfico 25: Religião.....	125
Gráfico 26: Atividade cultural.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Ciclo de políticas públicas.....	87
Figura 02: Ciclo de implementação do Projovem Trabalhador.....	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL...	19
1.1. Juventude ou Juventudes: categoria em debate.....	19
1.2. A relação Estado-Sociedade na condução das Políticas Públicas.....	23
1.3. A trajetória das Políticas Públicas de Juventude no Brasil.....	27
1.4. Juventude, Trabalho e Educação na atualidade.....	38
CAPÍTULO II - JUVENTUDE E TRABALHO: AS POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO E O PROJovem TRABALHADOR NO ESTADO DO AMAZONAS.....	46
2.1. Transformações no Mundo do Trabalho: os desafios para a inserção laboral dos jovens....	46
2.2. Políticas de Trabalho e Emprego para a juventude brasileira.....	55
2.3. Caracterização do Projovem Trabalhador.....	65
2.4. O Projovem Trabalhador no Estado do Amazonas.....	74
CAPÍTULO III - O PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE MANAUS: ENTRE AÇÕES E DIRETRIZES.....	83
3.1. O processo de implementação das Políticas Públicas.....	83
3.2. O Projovem Trabalhador na visão dos representantes do Estado e da Instituição Executora em Manaus.....	88
3.3. O Projovem Trabalhador na visão dos jovens egressos do município de Manaus.....	108
3.4. A implementação do Projovem Trabalhador em Manaus: entre ações e diretrizes.....	130
CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetivou analisar a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus, buscando investigar em que medida as ações desenvolvidas no município coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal. Assim como, a visão dos jovens egressos sobre sua formação e expectativas quanto à inserção no mercado de trabalho e a percepção dos profissionais sobre a implementação do Programa.

Inicialmente é importante evidenciar que o interesse por esta investigação não surgiu inesperadamente enquanto possibilidade de pesquisa, mas foi sendo revelado e aperfeiçoado. Após realizar uma breve pesquisa exploratória com o intuito de conhecer as Políticas de Trabalho e Emprego para os jovens no âmbito nacional e local, observou-se que atualmente as políticas de trabalho direcionadas aos jovens no Brasil são conduzidas a partir de ações voltadas, essencialmente, à qualificação profissional. Logo, ao identificar que o Projovem Trabalhador é um dos Programas de qualificação social e profissional, foi possível estabelecer uma relação e problematizar questões sobre trabalho e qualificação profissional voltadas aos jovens brasileiros. A partir disso, chega-se ao Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus.

O universo juvenil é amplo, diversificado e nos conduz a vários caminhos. Pensar a juventude é pensar um caminho de possibilidades, vivências e condições que são próprias deste segmento. Mas, o que nos interessa é conhecer uma determinada realidade: a relação entre a juventude e o mundo do trabalho a partir da implementação do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus. Portanto, parte-se do entendimento que um dos principais anseios da juventude na contemporaneidade é a questão da sua qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho, tendo em vista a forte relação dos jovens com o trabalho em suas mais diversas formas e condições.

A dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho ocorre não apenas em virtude do pouco conhecimento específico para o trabalho e da baixa experiência profissional, o nível educacional também é um importante fator que influencia as possibilidades de inserção e o tipo de ocupação que o jovem terá acesso. No caso dos jovens de baixa renda, a entrada no mercado de trabalho se torna, muitas vezes, quase obrigatória para possibilitar o aumento da renda familiar, o que por vezes ocasiona problemas para a continuidade dos estudos. Essa situação cria um ciclo vicioso, pois contribui para que os jovens tenham uma qualificação deficiente face às exigências do mercado de trabalho, que determinam uma maior escolaridade para a obtenção de postos de trabalho qualitativamente superiores (ROSA, 2013).

De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (2013), atualmente, há 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade, que representam 26% da população brasileira. No que se refere à situação de trabalho e estudo, os jovens estão mais presentes no mundo do trabalho do que na escola, em um total de 74%, sendo que destes, 53% trabalham e 21% procuram trabalho. Mais de um quinto desses jovens vivem conjuntamente os dois mundos, ao conciliar escola e trabalho (14%) ou ao procurar trabalho enquanto estudam (8%). A partir desses números expressivos pode-se afirmar que os jovens brasileiros estão em busca de trabalho e, portanto, demandam políticas públicas específicas, principalmente na área de trabalho e emprego.

Diante desse contexto, surgiram as seguintes indagações: Como ocorreu a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus? As ações do Projovem Trabalhador foram implementadas conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal? Quais os fatores que influenciaram o direcionamento e os resultados do Programa?

Desta forma, a pesquisa que ora se apresenta buscou analisar a implementação do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus tomando como referência as Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens. Para tanto, estabeleceu como objetivos específicos: 1) Caracterizar as ações do Programa Projovem Trabalhador implementadas em Manaus; 2) Conhecer a visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador em Manaus sobre sua formação social, profissional e expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho; 3) Investigar a percepção dos representantes do Estado/Município e das instituições executoras do Projovem Trabalhador em Manaus sobre a implementação do programa; e 4) Verificar em que medida as ações do Projovem Trabalhador em Manaus coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal para o programa.

Compreende-se que analisar as políticas juvenis é condição necessária para o controle social e a constituição de experiências no âmbito da cidadania e da democratização da sociedade e da juventude brasileira. Desta forma, esta pesquisa tem o importante papel de revelar as determinações e contradições presentes no processo e no conteúdo do Programa Projovem Trabalhador em Manaus, com a finalidade de construir conhecimento.

Nesse sentido, esta pesquisa busca potencializar os estudos na área das políticas públicas de juventude, pois se trata de uma conquista recente e em processo de construção por parte do Estado e da sociedade. Sendo assim, espera-se contribuir para dar visibilidade às políticas de juventude, demonstrando sua importância para os jovens, e revelando como ocorre seu direcionamento, particularmente, com foco no Projovem trabalhador, com o intuito de mostrar a realidade do Programa no município de Manaus.

Percurso metodológico da pesquisa

Os passos metodológicos constituem parte essencial em uma pesquisa científica, sendo fundamentais para a construção do conhecimento, além disso, são responsáveis por guiar o pesquisador em sua busca incessante por dados e informações que possam responder ou solucionar as questões propostas em sua pesquisa. Conforme Rampazzo (2008, p. 36) “entender a metodologia significa estar habilitado a traçar o caminho a ser percorrido e, também, percorrê-lo. Escrever a metodologia constitui-se, para o pesquisador, em construir a ponte que liga a definição e delimitação do problema de pesquisa à sua possível solução/resposta”.

Esta pesquisa traça um caminho que visa à articulação entre conceitos e referenciais teóricos, procedimentos metodológicos e a realidade do objeto de pesquisa. Deste modo, a metodologia torna-se fundamental, pois é o “processo no qual se articulam, de forma encadeada, conceitos e referenciais teóricos, com procedimentos práticos, sistematizados e organizados dentro de determinados objetivos e resultados que se pretende alcançar” (GIL, 2002, p. 41).

O foco desta análise se ancora no Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus, no período de 2009 a 2013. A pesquisa foi desenvolvida mediante uma abordagem qualitativa e quantitativa, privilegiando os de natureza qualitativa, tendo em vista que esta procura investigar sentidos e significados que os atores sociais dão ao fato, pessoa, objetos que circundam o seu universo social.

Segundo Minayo (2004, p.63), “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Assim, compreende-se que a abordagem quanti-qualitativa será, principalmente, qualitativa na medida em que se analisa e se interpreta os dados quantitativos como informação qualitativa. Para Chizzotti (1991), as pesquisas qualitativas não descartam os dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo, os dados quantitativos podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares.

Desta forma, a pesquisa foi realizada em três fases metodológicas diferenciadas, porém interligadas entre si. A primeira fase da investigação realizou-se com a aproximação do pesquisador com o objeto a ser analisado, o que envolveu a construção do referencial teórico e conceitual, assim como a definição dos sujeitos e dos instrumentais da pesquisa. Foi o momento que ocorreu o primeiro contato da pesquisadora com o lócus da pesquisa, no intuito de analisar

sua viabilidade. Bem como a organização do material necessário para a submissão do projeto ao Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas¹.

A segunda fase deu-se com o início da pesquisa de campo. Os sujeitos da pesquisa foram os representantes do Estado e do Município (gestores e profissionais), das instituições executoras (gestores e profissionais) e do público-alvo (jovens). Os critérios para inclusão dos sujeitos foram: 1) Gestores: ter feito parte do quadro funcional do Estado/Município e da coordenação geral; 2) Profissionais: ter feito parte da execução das atividades realizadas; 3) Jovens: ter sido beneficiário das ações do Projovem Trabalhador no ano de 2013; ter entre 18 e 29 anos de idade; e estar inserido ou não no mercado de trabalho. Os critérios de exclusão foram: Não residir em Manaus e recusar participar da pesquisa.

Com o objetivo de investigar a visão dos representantes do Estado/Município e das instituições executoras do Projovem Trabalhador sobre a implementação do Programa em Manaus, realizou-se o mapeamento das instituições que efetivaram parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE para a coordenação e execução do Projovem Trabalhador no Amazonas (2009 a 2013), a saber: 1) a Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR e o Instituto Catarinense de Crédito e Gestão de Recursos - ICG-SC (2009); 2) a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD e a Fundação Nilton Lins - FNL (2010); e 3) a Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM (2013). No entanto, o lócus desta pesquisa foram os seguintes espaços institucionais: a Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM. A delimitação ocorreu em virtude das demais instituições não possuírem mais o quadro de funcionário que trabalharam durante a execução do Projovem Trabalhador.

O universo da pesquisa representou 100% dos sujeitos, o que totalizou 10 pessoas, sendo: 1 (um) gestor e 4 (quatro) profissionais da SETRAB; e 1 (um) gestor e 4 (quatro) profissionais do IEL/AM. Dentre estes sujeitos foi possível entrevistar os 2 (dois) gestores e 4 (quatro) profissionais, totalizando 6 (seis) sujeitos. Esse baixo quantitativo ocorreu devido os sujeitos não atenderem aos critérios estabelecidos pela pesquisa.

Com o intuito de analisar a visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador em Manaus, do ano de 2013, sobre sua formação social, profissional e expectativas em relação à inserção no mercado de trabalho, realizou-se a seleção dos alunos egressos, sendo o universo de 397 jovens, a partir de uma amostra de 10%, o que totalizou 40 jovens. O lócus da pesquisa foi o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM.

¹ Ver anexo 1.

O primeiro contato com os jovens ocorreu via telefone, através de uma lista disponibilizada pelo IEL/AM com o nome e o número de telefone dos alunos egressos do Programa. Apesar de todo esforço, desses 40 jovens foi possível entrevistar somente 10. Dentre as razões para esse quantitativo, destacam-se: número de telefones inexistentes, desligados ou que não foram atendidos; jovens que não tinham interesse em participar da pesquisa; jovens que não tinham tempo em virtude do estudo ou do trabalho; entre outros. Ressalta-se que estas dificuldades são comuns em estudos de egressos devido à dificuldade de localizá-los.

Logo, como técnica de coleta de dados foi utilizada a entrevista, mediante aplicação de formulários de entrevista. Segundo Michel (2005, p. 42), a “entrevista é considerada um instrumento de excelência da investigação social, pois estabelece uma conversação face a face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”. Para tanto, utilizou-se três tipos de formulários de entrevista.² O lócus e o quantitativo dos sujeitos da pesquisa entrevistados podem ser observados no quadro a seguir:

Lócus da pesquisa	Função	Sujeitos	Quantidade
SETRAB	Coordenador geral	Gestor	01
	Coordenador Pedagógico	Profissional	01
IEL/AM	Coordenador geral	Gestor	01
	Coordenador de Inserção	Profissional	01
	Assistente Pedagógico	Profissional	01
	Assistente de Inserção	Profissional	01
IEL/AM	---	Público- Alvo	10
Total de participantes da pesquisa:			16

Quadro 01: Lócus e quantidade de Sujeitos da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na terceira fase da pesquisa realizou-se a organização, análise e tratamento dos dados que incluiu atividades referentes à organização e sistematização dos dados secundários do levantamento documental e dos dados primários da pesquisa de campo, e também as transcrições das narrativas das perguntas abertas e fechadas das entrevistas. Para tanto, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo à luz do pensamento de Bardin, a partir do critério semântico, no qual as categorias são ordenadas por temas. Segundo Bardin (1977, p.42) esta técnica consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

² Ver apêndices.

Esta técnica se organiza em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “Juventude e Políticas Públicas de Juventude no Brasil” traz uma discussão sobre a categoria Juventude e realiza um breve resgate sobre seu conceito e suas percepções. Desenvolve uma análise sobre a condução das políticas públicas e a trajetória das políticas de juventude no Brasil, visando identificar as principais lutas e conquistas dos jovens no decorrer da história. Além de desvelar a relação juventude, trabalho e educação a fim de reconhecer a importância do diálogo entre a juventude e as atuais políticas e ações de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

O segundo capítulo, intitulado, “Juventude e Trabalho: as políticas de trabalho e emprego e o Projovem Trabalhador no estado do Amazonas”, apresenta as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho e os desafios para a inserção laboral dos jovens. Desenvolve uma discussão sobre as atuais Políticas de Trabalho e Emprego para a juventude no Brasil. Realiza a caracterização do Projovem Trabalhador, a partir das normas e procedimentos operacionais para a execução das ações do Programa. Bem como apresenta o resgate da trajetória do Projovem Trabalhador no Estado do Amazonas.

O terceiro e último capítulo, intitulado “O Programa Projovem Trabalhador no Município de Manaus: entre ações e diretrizes”, traz uma breve discussão sobre o processo de implementação das políticas públicas objetivando refletir sobre as implicações e os desafios do desse processo. Desenvolve uma análise sobre a visão dos representantes do Estado e da Instituição Executora do Projovem Trabalhador sobre a implementação do Programa em Manaus. Bem como uma análise sobre a visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador em Manaus quanto a sua formação social, profissional e expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho. Com isso, buscando evidenciar em que medida as ações desenvolvidas no município coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal para o Programa.

CAPÍTULO I

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

1.1. Juventude ou Juventudes: categoria em debate

Falar sobre juventude requer uma atenção especial. Em um primeiro momento, quem se depara com esta pequena palavra pode não perceber a dimensão do seu alcance. Objetivando compreender a dimensão desta categoria será feito um breve resgate sobre a trajetória histórica do conceito de juventude, destacando percepções significativas em relação ao jovem.

Conceber a juventude não é uma tarefa fácil, a categoria envolve uma complexidade de situações e vivências que são próprias do segmento juvenil. Pesquisadores sinalizam que há diferentes formas de pensar e compreender a juventude, e concordam que uma definição específica não é capaz de contemplar toda a singularidade e diversidade que este segmento social apresenta. O fato é que existem várias concepções em torno da palavra juventude, envolvendo questões que vão além do senso comum, do jovem como “problema”, da simples definição da faixa etária ou da transitoriedade para a vida adulta.

Para não cair nas armadilhas de estereótipos e de julgamentos pré-concebidos sobre a juventude é preciso entender que o universo juvenil é amplo, diversificado e possui uma gama de possibilidades e caminhos a serem trilhados. No entanto, com bastante frequência, a juventude é associada a questões negativas da sociedade, como: violência, drogas, desemprego, entre outras que pouco refletem a realidade vivenciada pelos jovens.

Entre os pesquisadores existe o consenso de que a juventude é concebida no decorrer da história, a partir de determinantes sociais, culturais, biológicos, psicológicos, entre outros, abarcando uma diversidade de significados que tanto aproxima quando diferencia a condição juvenil. A juventude é construída conforme a história que cada jovem vivencia e transformada de acordo com o tempo, as situações e as trajetórias desse sujeito.

Enquanto categoria social é a partir de meados do século XX que a juventude ganha visibilidade, pesquisadores passam a ter interesse acadêmico sobre a temática e as questões da juventude passam a compor a agenda pública dos governos no âmbito internacional (ABRAMOVAY E ESTEVES, 2008).

Ao situar o início do século XX, a juventude era concebida como um perigo social e as análises sobre os jovens eram centradas no controle da delinquência. Apesar disso, é possível observar uma contradição, pois, ao passo que o jovem era visto como delinquente, neste mesmo

período ele ganha destaque integrador em virtude da maioria dos soldados em combate na primeira e segunda guerra mundial ser constituída por jovens, este fato leva ao seguinte questionamento: jovens delinquentes ou integrados? (IULIANELLI, 2003).

De acordo com Iulianelli (2003, p. 60-61), “os jovens se encontravam, na perspectiva internacional, numa situação ambígua. Por um lado eram promotores e vítimas de violências terríveis” representando um desafio para a promoção dos direitos humanos, e por outro lado, estes jovens eram igualmente “considerados uma espécie de reserva ética das sociedades”, a juventude passava a ser concebida como “co-autora e co-responsável pelo presente”. Esta questão demonstra a situação incômoda em que se encontrava a juventude: “delinquentes e/ou responsáveis pelo destino do gênero humano”. Percebe-se que mesmo com todos os avanços no campo da juventude, esta visão conflitante ainda é bastante recorrente nos tempos atuais.

Para traduzir a diversidade, e também a semelhança, que caracteriza o segmento juvenil, se convencionou denominar a juventude no seu plural. Assim, entre os pesquisadores da temática ganha destaque a expressão “juventudes”, por se entender que existem várias “juventudes”, entre estas: jovens em situação de vulnerabilidade; jovens mulheres; jovens negros (as); jovens de povos tradicionais; jovens com deficiência; jovens do campo; jovens estudantes; jovens trabalhadores, entre tantos outros. Portanto, a juventude pode ser tanto homogênea como heterogênea, levando em consideração o contexto, a especificidade e a diversidade juvenil, ou seja, há questões que os une, mas também que os separa.

Segundo Abramovay e Esteves (2008, p. 05), apesar das diferenças que caracterizam a juventude, existem algumas situações que são comuns à maioria dos agrupamentos juvenis, independente de suas condições objetivas de existência, se destacando: “a procura pelo novo; a busca de respostas para situações e contextos antes desconhecidos; o jogo com o sonho e a esperança; a incerteza diante dos desafios que lhes são colocados ou inspirados pelo mundo adulto”. Desta forma, apreende-se que a juventude abarca uma multiplicidade de aspectos e experiências que tomam como referência o território e o contexto em que o jovem se insere, bem como, os fatores culturais, biológicos e psicológicos que o influenciam. Nesse entendimento amplo, pode-se falar, até mesmo, da juventude enquanto um estado de espírito vivenciado por aqueles que se consideram jovens.

Com frequência, a juventude é concebida como uma fase transitória para a vida adulta, em preparação para suas responsabilidades com a família, com o trabalho e com outros compromissos. Existe, ainda, aquela visão da juventude enquanto representante do futuro, como uma esperança fundamental para a construção de uma sociedade. Porém, durante muito tempo o jovem foi visto como um “problema”, associado à delinquência, à criminalidade e como uma

ameaça para a vida em sociedade. Este cenário somente se altera após muitos anos de luta, quando os jovens passam a ter seus direitos de cidadania reconhecidos. Apesar disso, muitas dessas visões permanecem até hoje. Existem autores que concebem a juventude em seu plural. No entanto, para Sposito (2008, p. 60) “parte dessa imprecisão parece decorrer da superposição indevida entre fase de vida e sujeitos concretos”, muitas vezes “profissionais e demais agentes sociais que tratam da juventude (...) superpõem jovens - sujeitos - e fase de vida - juventude - como categorias semelhantes”.

Quanto à dicotomia entre “juventude” ou “juventudes”, Bango (2008) assinala que:

Ao se olhar os jovens desde uma perspectiva estritamente estrutural, sem nenhuma dúvida, pode-se falar de diferentes juventudes. No caso particular da América Latina, ocorrem sociedades que coincidem no espaço social, mas crescentemente não o compartilham: jovens integrados que fazem uso de sua “moratória de papéis” contrastam com jovens em situação de desintegração “dura”, excluídos e “desnecessários”, os chamados jovens problema. (...) Se, por outro lado, o jovem for visto desde a perspectiva de sua participação – ainda que segmentada e assimétrica – num esforço global de símbolos de circulação de orientações culturais, então pode-se falar, sem dúvida, de “juventude” (p. 38-39).

Além disso, é muito comum encontrar proposições que consideram o segmento juvenil como um capital humano com o dever de ser cada vez mais rentável, mediante investimentos que preparem os jovens a uma melhor qualificação, entre eles o educacional. “Há, também, percepções que defendem mecanismos de inclusão de jovens marginalizados, mediante políticas compensatórias ou de ampliação das possibilidades de integração no mercado de trabalho” (SPOSITO, 2008, p. 62).

É válido trazer para a discussão os conflitos ideológicos entre as gerações, para tanto, sinaliza-se a visão de Bango (2008). De acordo com o autor, para as gerações atuais, o presente contexto cultural faz parte do seu horizonte e da sua experiência vital, assim, as mudanças vividas pelas gerações anteriores não lhes dizem respeito. Autores alertam para o entendimento consensual de que a juventude, a partir da década de 90, tem sido caracterizada como apática, descrente, sem ideologias e desmobilizada quanto às questões públicas que as gerações anteriores. Tais concepções tendem, junto a outros fatores, tomar os jovens como um problema³. As comparações entre a forma de ser do jovem das gerações atuais com a forma de ser do jovem das gerações anteriores é um grave erro, pois apenas contribui para reforçar a estigmatização dos

³ Abramo (2004) considera fundamental desconfiar desses “consensos” e procurar perceber as novas tendências reais da juventude. Ela observa que para isso deve-se superar: as comparações de experiências históricas de gerações precedentes; a referência a pesquisas realizadas com contingentes aleatórios de jovens e os modelos consagrados de movimentação e participação social.

jovens. Desta forma, questiona-se: “com que lentes a sociedade olha a realidade juvenil?” (BANGO, 2008, p.38).

É preciso ter em vista que as concepções sobre os jovens são objeto de disputa, em virtude da grande heterogeneidade que existe no interior da sociedade, assim, são diversos os grupos sociais que defendem esse segmento, seja por meio desses atores ou dos próprios coletivos juvenis. Na realidade, é esse campo de conflitos que possibilita a construção de políticas públicas que atendam as reais necessidades da juventude. Por isso, é preciso reconhecer que as “orientações no campo da política pública podem conformar novas percepções e criar impacto sobre a sociedade, o que abre margem para o caráter ativo dessas ações na ruptura com as visões que apelam para imagens estereotipadas sobre os jovens” (SPOSITO, 2008, p. 63).

Cabe destacar algumas definições sobre a faixa etária do segmento juvenil. Por vezes, o termo adolescência é utilizado para identificar o jovem, a exemplo da Organização Mundial de Saúde (OMS), em que este é representado por indivíduos na faixa etária entre 10 e 19 anos. Há também a conceituação formulada pela Organização Internacional da Juventude (OIJ), que define o jovem como o indivíduo que se encontra na faixa etária entre 10 e 29 anos de idade. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera adolescente, neste caso entendido como jovem, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade incompletos. Assim, a definição etária irá depender do olhar de cada sociedade.

Neste pensamento resgata-se, também, a definição da Política Nacional de Juventude. No Brasil, para a PNJ o segmento compreende jovens com idade entre 15 e 29 anos. A definição etária contida na Política tem sua importância, sobretudo quando se pensa em parâmetros para a elaboração das políticas públicas juvenis, pois é preciso que estas abarquem efetivamente o público que a demanda. Embora a política entenda que o jovem percorre trajetórias diferenciadas que devem ser levadas em consideração. Desta forma, a faixa etária que se insere a juventude não possui consenso, em virtude da dificuldade em se conceber um parâmetro etário que abarque o segmento em sua totalidade.

Sobre esta definição etária da juventude, Bourdieu (1983) mostra que na Idade Média os limites da juventude eram objeto de manipulações por parte daqueles que possuíam poder e mantinham em estado de juventude, de irresponsabilidade, os jovens nobres que poderiam aspirar à sucessão. A questão central era a luta pelo poder e o interesse em se estabelecer uma idade definida para os jovens tinha por objetivo mantê-los em seu devido lugar. No entanto, segundo o autor, “as relações entre a idade social e a idade biológica são muito mais complexas”, e esses interesses já constituem uma manipulação evidente. Ou seja, se é sempre jovem ou velho

para alguém, o olhar do outro, dos interesses, também manipula e guarda significados. É por isso que “a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente” (op. cit. p. 152).

De uma maneira geral, Abramovay e Esteves (2008) buscam sintetizar em poucas palavras o que entendem por juventude:

A realidade demonstra (...) que não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Assim, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. Por essa linha, torna-se cada vez mais corriqueiro o emprego do termo “juventudes”, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas sim de apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria (p. 04).

Logo, é possível observar que muitos são os aspectos que envolvem o universo juvenil. Muitas são as concepções teóricas e os entendimentos em torno da palavra juventude. Suas características e especificidades são diversas, o que requer uma atenção cuidadosa, principalmente quando se pensa nas políticas para este segmento. O certo é que o jovem está em constante movimento, construção, e sua luta por um lugar mais justo na sociedade ainda é um grande desafio, mas que é enfrentado diariamente, pois seu futuro depende das suas ações no hoje, em sua juventude.

1.2. A relação Estado-Sociedade na condução das Políticas Públicas

Analisar a “relação dialeticamente contraditória entre Estado e Sociedade”⁴ na condução das políticas públicas representa um desafio, principalmente em virtude da complexidade que caracteriza esta questão e do envolvimento de diferentes interesses conflitantes. Nesse sentido, as políticas públicas constituem relações tanto de reciprocidade como de antagonismo que permitem a luta política em busca da conquista e efetivação da cidadania.

Ao tratar, mais especificamente, das políticas de trabalho e emprego voltadas aos jovens no Brasil, a análise torna-se ainda mais desafiadora, pois surgem vários elementos que são determinantes na formulação e implementação destas na sociedade brasileira. Fato este que pode ser verificado a partir da globalização da economia, em que o Estado torna-se pequeno, frente

⁴ Pereira (2009).

aos atores institucionais que detêm maior poder político e econômico, além de uma sociedade civil cada vez mais heterogênea e com demandas diversificadas.

As questões que permeiam a relação Estado-Sociedade são complexas, pois envolvem interesses conflitantes e contraditórios, desta forma, é fundamental sua compreensão antes de adentrar no campo da constituição de políticas públicas. Existem algumas interpretações que sintetizam a relação Estado-Sociedade, dentre elas destacam-se três: a primeira concebe o Estado como o centro das relações entre Estado e sociedade, denominando-se “Estadocêntrica”, ou seja, o Estado teria certa autonomia em relação à sociedade; a segunda entende a relação Estado-Sociedade como sociocêntrica, em que o Estado estaria a serviço da sociedade; a terceira traz uma visão mista ou intermediária, pois tanto afasta o racionalismo economicista ou social da primeira visão como também nega a sociedade submetida a um Estado refém de uma minoria (SERAFIM E DIAS, 2011).

A compreensão que se tem de política pública relaciona-se com o modo de se conceber o Estado, conforme Serafim e Dias (2011):

A forma com que se entende uma política pública está diretamente relacionada com a percepção que se tem de Estado. Frequentemente, compreende-se a política pública como uma ação ou conjunto de ações por meio das quais o Estado interfere na realidade, geralmente com o objetivo de atacar um problema. Essa definição se mostra um tanto simplista, uma vez que trata o Estado como um ator que opera de forma autônoma e beneficia a sociedade como um todo através de suas ações (p. 315).

Para Souza (2007), a definição mais conhecida sobre políticas públicas continua sendo a de Laswell (1936). Segundo a autora, Laswell compreende que as decisões e análises sobre política pública precisam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Já a definição mais clássica pode ser atribuída a Lowi (1964), que entende a política pública enquanto “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas” (op. cit. p. 68).

Desta forma, apreende-se que as políticas públicas não são construídas descontextualizadas e fora de um objetivo fim. Na realidade, elas repercutem na economia e na sociedade, por esta razão qualquer teoria da política pública precisa necessariamente explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. De acordo com Pereira (2009, p. 69), pode-se, então, resumir a política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

A política pública também está relacionada a conflitos de interesses e é resultado de decisões que visam administrar esses conflitos. Além disso, não significa tão somente ação, pode ser também não-ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência. Daí a sucinta definição de Thomas Dye (1972): política pública é o que o governo escolhe ou não fazer (PEREIRA, 2009).

Segundo Souza (2007), no processo de definição das políticas públicas, sociedades e Estados complexos, como os constituídos no mundo moderno, estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem uma “autonomia relativa do Estado”, fazendo com que este tenha um espaço próprio de atuação, embora permeado de influências externas e internas. Essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. Ainda conforme a autora, o papel das instituições/regras na decisão é fundamental na formulação das políticas públicas:

As instituições tornam o curso de certas políticas mais fáceis do que outras. (...) as instituições e suas regras redefinem as alternativas políticas e mudam a posição relativa dos atores. Em geral, instituições são associadas à inércia, mas muita política pública é formulada e implementada. Assim, a teoria neo-institucionalista⁵ nos ajuda a entender que não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições (p. 82).

Cabe destacar que os estudos sobre política pública não possuem unanimidade, existem diferentes e conflituosas interpretações, mas é possível ressaltar duas: a que privilegia o Estado como produtor exclusivo de política pública, a ponto de identificar o termo público como sinônimo do termo estatal; e a que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade. Esta última interpretação leva em consideração as diversas circunstâncias que determinam a concepção das políticas públicas, ou seja, as questões estruturais, políticas, econômicas e casuais que perpassam a relação Estado/Sociedade. Com isso, é possível compreender os interesses e a visão de cada ator político envolvido nesse processo e seu objetivo no atendimento a determinada demanda. Desta forma, “é justamente por ser conflitua (e contraditória), que a política permite a formação de contra poderes em busca de ganhos para a comunidade e de ampliação da cidadania” (PEREIRA, 2009, p. 91).

Quando se fala de política pública, está se falando de uma política cuja principal definição é o fato de ser pública. Isto é, de todos, e não por ser estatal (do Estado) ou coletiva (de

⁵ O debate sobre políticas públicas também tem sido influenciado pelas premissas advindas de outros campos teóricos, em especial do chamado neo-institucionalismo, o qual enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas (SOUZA, 2007).

grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. Conforme Pereira (2009), o caráter público das políticas públicas ocorre pelo fato destas significarem um conjunto de decisões e ações que resultam, ao mesmo tempo, de ingerências do Estado e da Sociedade, apresentando as seguintes características:

- a) Constitui um marco ou linha de orientação para a ação pública, sob a responsabilidade de uma autoridade também pública (...) sob o controle da sociedade.
- b) Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis (...) só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços.
- c) Guia-se pelo princípio do interesse comum, ou público, e da soberania popular, e não do interesse particular e da soberania dos governantes.
- d) Deve visar à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada, ou, (...) das necessidades do capital (p. 95-96).

Nesta lógica, a política pública é concebida como uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, a partir de uma racionalidade coletiva, onde tanto o Estado como a sociedade vão desempenhar papéis ativos, envolvendo diferentes atores (governamentais e não-governamentais), por meio de demandas, suportes ou apoios, e mediante o controle democrático. Por isso, o estudo da política pública é também o estudo do “Estado em ação” nas suas permanentes relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade, a qual constitui o espaço privilegiado das classes sociais (PEREIRA, 2009, p. 96).

Por fim, a relação entre Estado e sociedade, o nível de distância ou proximidade destes e as formas de utilização ou não dos canais de comunicação entre diferentes grupos da sociedade e órgãos públicos (que refletem e incorporam fatores culturais) terminam por estabelecer contornos próprios da constituição de políticas públicas pensadas para uma sociedade. Fica evidente que as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania (HÖFLING, 2001).

A partir das discussões foi possível constatar que a relação Estado-Sociedade constitui-se como um desafio na contemporaneidade, principalmente quando se pensa na construção das políticas públicas brasileiras. Além disso, é preciso sempre considerar o contexto histórico e social, bem como o envolvimento de interesses conflitantes e contraditórios que permeiam a relação Estado-Sociedade e Políticas Públicas.

1.3. A trajetória das Políticas Públicas de Juventude no Brasil

Ao analisar as políticas públicas de juventude é preciso considerar a interação entre o Estado e a sociedade na constituição, implantação e avaliação destas políticas. Essa análise deve se inscrever sob uma perspectiva democrática, pois envolve conflitos na esfera pública, em que diversos atores disputam e negociam ações e recursos destinados à implantação das políticas juvenis. Por isso, é válido considerar quais são os atores que demandam tais políticas, “não só a partir dos recortes mais comuns em torno de sua origem de classe ou do tipo de associação ou movimento dos quais são representantes, mas considerar, também, os recortes geracionais” (SPOSITO, 2008, p. 59), afinal, é realmente os jovens que demandam as políticas ou é apenas o mundo dos adultos impondo coisas que não refletem a realidade juvenil?

Considerando a proximidade dos entes públicos (estados e municípios) para com os jovens, tanto territorial como cotidiana, é possível perceber que os entes públicos podem contribuir de forma inestimável para a implantação de políticas juvenis participativas, com um espaço de diálogo em que a juventude tenha voz e possa expor suas principais demandas. Para tanto, é necessário romper com a setorização das políticas de juventude, promover um enfoque de políticas que transcenda uma visão estigmatizada ou utilitarista da condição juvenil, conectando a sociedade civil com os jovens em particular, a partir uma perspectiva que abandone a lógica de políticas estatais de juventude para dar lugar a uma política pública de juventude (BANGO, 2008). Neste sentido, o desenho estratégico das políticas sociais de juventude teria que seguir alguns parâmetros essenciais, tais como:

Identificar de qual enfoque estratégico de política de juventude se quer partir; Realizar um exame dos requisitos em matéria de recursos técnicos e humanos minimamente imprescindíveis; Definir orientações sobre como acontecerão as relações com a sociedade civil organizada e, dentro dela, com os jovens organizados e não organizados; Definir quais são as alianças estratégicas a serem feitas para tornar o empreendimento sustentável; Delinear políticas em relação aos meios de comunicação, no sentido de romper com a visão fortemente arraigada de que os jovens são um problema (op. cit. p. 54-55).

Apesar dessas sinalizações que buscam a construção de políticas juvenis mais efetivas e democráticas, a juventude ainda teria que percorrer uma longa trajetória até alcançar as conquistas atuais. Para demonstrar isso, se faz necessário resgatar a trajetória das políticas públicas de juventude no Brasil, com a finalidade de mostrar as principais lutas e conquistas dos jovens no decorrer da história.

A preocupação com a juventude é recente, remonta a movimentos sociais na década de 1950 que lutavam pelo reconhecimento do jovem enquanto cidadão de direitos. As primeiras iniciativas implementadas ainda concebiam o jovem como problema, ligado à violência, drogas, desemprego, pobreza, entre outras visões que ainda precisariam ser transformadas para que o acesso aos direitos sociais básicos, culturais, econômicos como: educação, saúde, trabalho, pudessem ser efetivados. Nos anos 60 a juventude ganha um novo enfoque, passando a ser interpretada como agente de transformação social, revolucionando costumes, hábitos, cultura e política (IULIANELLI, 2003).

A partir desse período, a juventude conquista alguns avanços, sobretudo no campo internacional, notadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude, que buscaram se articular em prol das questões juvenis. Conforme sinalizam Silva e Andrade (2009), o compromisso da ONU para com a juventude data de 1965, quando os Estados-membros assinam a Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Mas, foi somente em 1985, com a instituição do ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz, que o tema alcançou materialidade e teve sua visibilidade ampliada. Em 1995 a ONU propõe aos países-membros a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude. Esta estratégia foi consubstanciada no Programa Mundial de Ação para a Juventude - PMAJ. Desde sua adoção, vários outros mecanismos e acordos internacionais foram firmados buscando fortalecer o compromisso dos Estados-membros com a implantação da Política Nacional de Juventude. Nesse contexto histórico:

A Assembleia Geral da ONU, em 1996, adotou o programa mundial de ação para a juventude em vista do ano 2000 e para o futuro. Em 1998 foi realizada a terceira sessão do Fórum Mundial da Juventude, em Lisboa, que decidiu apoiar as ações que visassem o empoderamento da juventude. (...) Em 2001 realizou-se a quarta sessão do Fórum Mundial da Juventude do sistema Nações Unidas. Essas ações, no âmbito da Organização Ibero-Americana, tiveram por consequência a criação da Organização Ibero-Americana de Juventude, formalmente organizada em 1992 (IULIANELLI, 2003, p. 64).

Na América Latina, a questão da juventude eclodiu na segunda metade da década de 1980, novamente, a partir do tema delinquência, com enfoque nos meninos de rua, o menor. Por outro lado, nesta década os jovens também se destacam enquanto agentes protagonistas nos processos de democratização em muitos países da América Latina.

Segundo Bango (2008):

A maior presença da questão juvenil na agenda pública está relacionada, em primeiro lugar, com a visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização ocorridos na América Latina no final da década de 1980. As aberturas democráticas tiveram os jovens como principais protagonistas. Por meio de suas participações em revitalizados movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais, os jovens desempenharam um papel importantíssimo em prol do retorno da democracia (...). Os estudantes universitários organizados e mobilizados de forma crescente (...). De alguma forma esses fatos marcaram uma visão diferente da questão juvenil (p. 40).

Na década de 1990 as ações juvenis pela paz em virtude do fenômeno do aumento do número de morte entre os jovens ganham visibilidade. No Brasil, os indicadores sociais mostravam que as principais vítimas da mortalidade eram os jovens com idade entre 15 e 24 anos, principalmente, os negros e empobrecidos. Além disso, de acordo com Iulianelli (2003, p. 60), “os indicadores demográficos no mundo e do Brasil apresentavam, até a década de 1990, um estacionamento das taxas de crescimento populacional. A juventude havia decrescido. Entretanto, nos anos 1990, houve uma ‘onda jovem’”. O crescimento da população juvenil ocorre no mesmo tempo em há o aumento das taxas de desemprego, aliado à renovação tecnológica e à crise do Estado de bem-estar social, todas essas circunstâncias configuraram uma situação extremamente explosiva e delicada que demandou uma intervenção urgente por parte do Estado e da sociedade. Ainda na década 1990, foi destaque o surgimento de vários movimentos sociais culturais, a maioria composto por jovens: o rap, o hip-hop, o funk, e também no Brasil, o samba-funk, o forró, entre outros movimentos que buscavam liberdade, respeito pelas diferenças e reconhecimento de seus direitos por meio dessas expressões culturais.

Cabe ressaltar que o Brasil viveu uma situação diferente em relação aos demais países da América Latina no que se refere ao desenvolvimento das políticas de juventude. Segundo Silva e Andrade (2009):

as ações desencadeadas pelas agências da ONU tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para este grupo populacional (...). Nesse momento, as referências à juventude faziam-se apenas no sentido de denunciar sua apatia e seu conservadorismo em contraste com as gerações passadas, engajadas, combativas e propositivas (p. 47-48).

O reconhecimento da “juventude como sujeito de direitos” que demanda “políticas públicas” específicas ganha destaque na agenda brasileira somente a partir da década de 1990, principalmente em virtude das “mudanças nas estruturas produtivas mundiais e a intensificação da violência, assim como as políticas de flexibilização de direitos trabalhistas e enxugamento do Estado” que atingiram particularmente os jovens. Nesse contexto, os atores sociais que se

encarregaram dos projetos sociais voltados para os jovens considerados “em situação de risco” foram, sobretudo, as igrejas e as organizações não governamentais (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013, p. 07).

Segundo Silva e Andrade (2009), a emergência de ações na esfera federal voltadas para a juventude ocorreu a partir de 1997⁶. Porém, as percepções que associavam a juventude à violência, aos comportamentos de risco e à transgressão influenciou a maioria das ações. No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 surgem inúmeras iniciativas públicas, até mesmo parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações empresariais e as várias instâncias do Poder Executivo, mobilizadas, tanto no nível federal como no estadual e municipal. No entanto, grande parte destes programas tinha como foco os jovens excluídos ou em situação de risco social, ou seja, a condição juvenil como um elemento problemático.

A partir da redemocratização brasileira com a Constituição de 1988, e, sobretudo, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990, foi possível abrir caminhos importantes para a efetivação da garantia dos direitos básicos de cidadania e o reconhecimento das especificidades do segmento infanto-juvenil.

De acordo com Almeida e Nascimento (2011), no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 surgem algumas iniciativas direcionadas para a juventude. A atuação do Estado brasileiro no atendimento das demandas do segmento juvenil durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - (1995-2002) contabilizou a execução de 33 programas e ações. No entanto, elas “não constituem uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento juvenil” (SPOSITO & CARRANO, 2003, p. 23). Não havia consenso no governo federal sobre a necessidade de execução de políticas públicas de juventude. Na realidade existia a baixa capacidade de coordenação da administração federal e a falta de um órgão que concentrasse as informações acerca das políticas de juventude. O foco das ações estava voltado, sobretudo, para o controle e prevenção dos problemas que atingiam a juventude, sendo os próprios jovens, por vezes, considerados como problemas.

No final dos anos 1990, dentre as iniciativas públicas, destacam-se: Escola Jovem, Financiamento Estudantil e Programa Recomeço (Ministério da Educação); Olimpíadas Colegiais, Projeto Navegar e Esporte na Escola (Ministério do Esporte e Turismo); Serviço Civil Voluntário, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, Programa de Defesa dos

⁶ A repercussão nacional do assassinato em Brasília do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média, constituiu elemento importante para a formação de uma opinião pública sensível ao tema juventude. Este assassinato, que configurou o evento culminante de uma série de outros episódios, como o de adolescentes na igreja da Candelária no Rio de Janeiro e as rebeliões no interior de várias unidades socioeducativas, favoreceu o desencadeamento de algumas ações públicas especificamente dirigidas para os segmentos juvenis (SILVA E ANDRADE, 2009).

Direitos da Criança e do Adolescente e Programa Paz nas Escolas (Ministério da Justiça); Jovem Empreendedor (Ministério do Trabalho e Emprego); Centros da Juventude e Agente Jovem (Ministério da Previdência e Assistência Social); Prêmio Jovem Cientista do Futuro (Ministério da Ciência e Tecnologia), Brasil em Ação (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), e Projeto Alvorada (Presidência da República) (SPOSITO & CARRANO, 2003).

A década de 2000 é um marco rumo à consolidação da Política de Juventude no Brasil, pois tem início uma série de estudos, pesquisas e seminários com foco na temática juvenil que buscou mapear a situação dos jovens brasileiros, bem como diagnosticar a realidade e as principais demandas deste segmento. Esse momento foi marcado por importantes discussões e debates que tiveram por objetivo romper com a visão errônea da juventude enquanto “problema” e passando a valorizá-la enquanto “sujeito de direito” demandante de políticas públicas que leve em consideração suas especificidades.

A partir de 2004 é iniciado um amplo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais visando à instauração de uma política de juventude no país. Este processo concedeu projeção nacional à temática da juventude. A proposta da nova agenda buscou levar em consideração: a especificidade; a pluralidade da condição juvenil, os espaços de participação e influência direta dos jovens; e a associação dos aspectos de proteção com os de promoção de oportunidades e desenvolvimento (CASTRO, 2010). Conforme Castro e Aquino (2008), entre as iniciativas mais importantes ocorridas nesse período, destacam-se as seguintes:

- i) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal, que organizou debates (conferências regionais) em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; ii) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; iii) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; iv) encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC no 394/2005), que inclui a expressão “jovem” na denominação do capítulo VII e dá nova redação ao artigo 227 da Constituição; v) encaminhamento de PL propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 27/2007); e vi) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros (p. 141).

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude (2013, p. 50), na etapa do diagnóstico e da elaboração da proposta da Política Nacional de Juventude, o Grupo Interministerial realizou mapeamento dos programas federais existentes e que eram voltados direta ou indiretamente para a juventude. Foram identificadas nada menos do que 135 ações federais, que estavam vinculadas

em 45 programas e eram implementadas por 18 ministérios ou secretarias de estado. Deste total de ações, apenas 19 eram específicas para o público jovem do grupo etário de 15 a 24 anos. As outras 112 ações, ainda que incidissem sobre os jovens, não se voltavam exclusivamente a este público. A partir deste trabalho, o grupo identificou a frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas federais de juventude, sugerindo a urgente necessidade de criação de uma instância de coordenação e de articulação, que tivesse, entre outras atribuições, a de combater o paralelismo e a fragmentação das ações federais dirigidas ao público jovem.

Em 2005 foi instituído um arcabouço institucional específico para políticas de juventude que resultou na criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, sem status de ministério, com o objetivo de articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do governo federal; e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo. Importante esclarecer que a criação da SNJ veio responder às sugestões e orientações contidas no relatório do Grupo Interministerial entregue ao presidente da República (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013).

A partir desse contexto, em 1º de fevereiro de 2005, o Governo Federal por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, implanta a Política Nacional de Juventude, cujas diretrizes são: 1. Ampliação do acesso dos jovens ao ensino médio e sua permanência com qualidade; 2. Democratização do acesso dos jovens ao esporte, à cultura, ao lazer e às tecnologias de informação e comunicação; 3. Erradicação do analfabetismo entre os jovens; 4. Estímulo à prática da cidadania e participação social dos jovens; 5. Geração de trabalho e renda para a juventude; 6. Melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais; 7. Preparo de jovens para o mundo do trabalho e; 8. Promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas para os jovens.

Na esteira dessas diretrizes, surge o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, estruturado para atender a uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, que é a dimensão da inclusão, contemplando os jovens de 15 a 29 anos que não tinham o ensino fundamental, estavam fora da escola e do mercado de trabalho. De 2005 a 2007, o Projovem Original atendeu mais de 240 mil jovens nas capitais e regiões metropolitanas do país. Na época, podiam participar jovens de 18 a 24 anos, sem o ensino fundamental, mas que tivessem cursado até a 4ª série. Além disso, os alunos não podiam ter emprego formal, com carteira assinada (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014).

Para ampliar ainda mais o atendimento ao público juvenil, em 2007 foi lançado o Projovem Integrado, resultado da unificação de seis programas que na época já atendiam à juventude, a saber: Projovem, Agente Jovem; Saberes da Terra, Escola de Fábrica; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã⁷. O Projovem Integrado entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e foi subdividido em quatro modalidades: Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo - Saberes da Terra e Projovem Trabalhador. A faixa etária atendida também foi expandida, em alguns casos, para os limites de 15 e de 29 anos. Atualmente, o Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Projovem Urbano e o Projovem Campo - Saberes da Terra pelo Ministério da Educação; e o Projovem Trabalhador pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe dar destaque ao ProJovem Trabalhador, foco desta pesquisa. A modalidade tem por objetivo preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção. Tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, e que são membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo. Os participantes recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00, em seis parcelas de R\$ 100,00, mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação. A implantação do ProJovem Trabalhador ocorre por meio de submodalidades, a saber: i) Consórcio Social da Juventude; ii) Juventude Cidadã; iii) Escola de Fábrica; e iv) Empreendedorismo Juvenil (SILVA E ANDRADE, 2009).

Como se pode observar:

a relevância que o tema juventude tem conquistado no cenário político internacional finalmente parece se concretizar no Brasil e a política de juventude, mesmo que embrionária, passa a ser uma realidade a partir da implementação do ProJovem. Pode-se tecer uma série de críticas em relação ao programa, desde a concepção até a avaliação no contexto brasileiro. Essa possibilidade, no entanto, evidencia um fato ulterior, que precisa ser destacado: finalmente se pode criticar uma política juventude porque finalmente ela há. Sonegar a importância deste fato ou tomá-lo como dado é ignorar a trajetória histórica do processo político que desemboca no ProJovem (BERTHOLINI, 2011, p.169).

⁷ O Consórcio Social da Juventude e o Juventude Cidadã compunham o Programa Primeiro Emprego, instituído em outubro de 2003. Para sua efetivação, foi criado o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude (DPJ), com a missão de desenvolver uma política voltada para ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações geradoras de renda. Inicialmente, o programa não apresentou os resultados esperados, porque a principal ação do programa, a subvenção econômica, não teve a adesão esperada das empresas. No segundo ano, passando por uma reformulação, o foco do programa passou a ser as ações de qualificação dos jovens (SILVA E ANDRADE, 2009).

Prosseguindo, para demonstrar os avanços da agenda juvenil, no Brasil e no mundo, a seguir relacionam-se alguns fatos que marcaram a Política Nacional de Juventude desde a sua criação, em 2005, a partir de dados da Secretaria Nacional de Juventude:

ANO	MARCOS DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE
2005	Lançamento do Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que contemplava ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias.
2007	Lançamento do Projovem Integrado - O programa surgiu da união de outros seis programas de juventude - Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.
2008	1ª Conferência Nacional de Juventude - Lançada em 5 de setembro de 2007, realizada em Brasília (DF), entre os dias 27 e 30 de abril de 2008. O evento foi organizado pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude. 1º Pacto pela Juventude - O Conjuve lançou a proposta do Pacto pela Juventude, com o objetivo de dar visibilidade e colocar em prática as resoluções e prioridades definidas no encontro. Para isso, o Conselho, com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude, articulou um conjunto de ações para sensibilizar governantes e candidatos, estimulando-os a assinar um documento, comprometendo-se com o fortalecimento das políticas públicas de juventude, tendo como referência as 22 prioridades.
2009	2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude - Um grupo de parlamentares ibero-americanos, especialistas em legislação juvenil, se reuniu em Brasília no ano de 2009. Um dos objetivos foi conhecer a legislação de outros países, em um momento em que o Brasil lançava as bases para elevar a política nacional de Juventude à categoria de política de Estado.
2010	2º Pacto pela Juventude - Várias ações foram colocadas em prática durante os processos eleitorais, buscando o comprometimento dos candidatos e futuros governantes com a pauta juvenil. As duas edições do Pacto deram visibilidade ao tema, estimulando um grande número de candidatos a assinar o documento que oficializava o compromisso com a juventude. Aprovada a PEC da Juventude - A aprovação da Proposta de EC nº 65, conhecida como PEC da Juventude, foi aprovada em julho de 2010, após tramitar sete anos no Congresso Nacional. A Emenda inseriu o termo "jovem" no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da CF. Ano Internacional da Juventude - Em dezembro de 2009, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, proclamou o período de agosto de 2010 a agosto de 2011 como o Ano Internacional da Juventude, com o objetivo de encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações e estimular os jovens a promoverem o progresso, com ênfase nas Metas do Desenvolvimento do Milênio. Brasil passa a integrar a OIJ - Em agosto de 2010, o Senado autorizou o ingresso do Brasil na Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). Com sede na Espanha, a OIJ é o único órgão multilateral de juventude no mundo, vinculado à Organização dos Estados Ibero-Americanos, e envolve Portugal, Espanha e os países da América Latina.
2011	2ª Conferência Nacional de Juventude - Com o significativo lema “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil”, o encontro reuniu delegações eleitas em mais de mil municípios de todos os 27 estados do país, onde foram realizadas mais de 1.500 conferências territoriais, municipais e estaduais, além das conferências livres, virtuais e consulta aos povos e comunidades tradicionais.
2013	Aprovação do Estatuto da Juventude no Senado Federal - Após quase dez anos de tramitação e de muita mobilização social, o Estatuto da Juventude foi aprovado em julho de 2013 pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em agosto do mesmo ano. O Estatuto entrou em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014.

Quadro 02: Marcos da Política Nacional de Juventude.

Fonte: Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, 2014.

Em 2011 a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ incluiu conteúdos, metas e dotação orçamentária para várias ações no Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) por meio de um programa específico. Trata-se do Programa Autonomia e Emancipação da Juventude, que prevê metas de aprimoramento das políticas juvenis, articulado com as demais políticas e ações do Governo Federal, com o objetivo de superar as desigualdades, ampliar a participação social e oferecer mecanismos de desenvolvimento autônomo e emancipatório dos jovens (SNJ, 2011).

Com isso, buscou impulsionar a transversalidade do tema juventude não só colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de Programas e ações, mas, principalmente, ampliando a sua capacidade de interlocução com os demais ministérios (SNJ, 2012). Esta atuação baseou-se em três eixos e alicerçada em programas e ações:

TRANSVERSALIDADE DO TEMA JUVENTUDE	
Eixos	Programas e ações
Políticas para Juventude como Política de Estado	Articulação Intersetorial (Comitê Interministerial de Políticas para Juventude e Avaliação qualitativa do Projovem); Relações Internacionais; Relações Institucionais com ênfase na articulação pré-aprovação do Estatuto da Juventude e do Sistema Nacional de Juventude.
Políticas para Juventude fazendo diferença para juventude brasileira	Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra - Juventude Viva; Programa Estação Juventude; Trabalho Decente para Juventude; Projovem Urbano e Integrado; Políticas para Jovens Mulheres; e Cultura e Juventude.
Participação social para fortalecimento da Política Nacional de Juventude	Participatório - Observatório Participativo da Juventude; Conselho Nacional de Juventude - Conjuve; Conferência Nacional de Juventude (resoluções e desdobramentos); Grupos de Trabalho (GTs) Temáticos; Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); Jornada Mundial da Juventude (preparação); e 6.ª Bienal de Jovens Criadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Quadro 03: Transversalidade do tema juventude.

Fonte: Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, 2012.

Com o objetivo de consolidar e estruturar os principais programas constantes do PPA 2012/2015, a Secretaria Nacional de Juventude lança em 2012 o Plano Nacional de

Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra. O Plano Juventude Viva⁸ incorpora a dimensão preventiva à violência, articulando políticas sociais nos campos da educação, do trabalho, da cultura, do esporte, da saúde, do acesso à justiça e à segurança pública, para ampliação dos direitos da juventude, combate às desigualdades raciais e garantia dos direitos humanos. O Plano tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade dos jovens às situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídios; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

O Programa Estação Juventude⁹ se propõe a contribuir para a consolidação da Política Nacional de Juventude nos municípios e estados brasileiros, impulsionando a criação de espaços institucionais de juventude no âmbito do Poder Executivo e na forma de conselhos municipais e estaduais, ampliando o acesso de jovens de 15 a 29 anos, sobretudo, aqueles que vivem em áreas de vulnerabilidades sociais, às políticas, programas e ações integradas no território que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua inclusão e participação social.

O ano de 2012 foi o ano que possibilitou a estruturação de um projeto que visava responder as demandas do movimento juvenil colocadas desde a criação da SNJ. O debate sobre a criação de um Observatório, presente em documentos do Conjuve desde 2006, é retomado em 2011, sendo incorporado ao Programa Autonomia e Emancipação da Juventude, do PPA 2012-2015, com o objetivo de fortalecer a capacidade de coordenação das políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social (SNJ, 2012).

Desta forma, foi criado o Participatório - Observatório Participativo da Juventude, um espaço virtual interativo voltado à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com participação e mobilização social, inspirado nas redes sociais. O Participatório buscou promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude e correlatos. Funcionando de forma integrada com as redes sociais e blogs, de forma que os diálogos que estão ocorrendo

⁸ Orientada por dados do Ministério da Saúde, que subsidiam também o Mapa da Violência do Brasil, a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial coordenam, em conjunto com sete Secretarias e Ministérios. Nacionalmente, foram selecionados 132 municípios, que, em 2010, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos (SNJ, 2012).

⁹ A intenção é oferecer tecnologias sociais para o desenvolvimento de Políticas para Juventude, permanentes e locais para e com a juventude, por meio de ações que instauram conexões sociais e geram novos serviços, por meio de iniciativas de grupos juvenis de produção cultural, inclusão digital e esporte, entre outros, na perspectiva de criar Redes para Emancipação da juventude, em especial a juventude em situação de vulnerabilidade (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013).

nesses outros espaços pudessem alimentá-lo e vice-versa. Desse modo, o Participatório se colocou como instrumento para articular três grandes objetivos: a) Produzir conhecimento em rede Ambiente; b) Promover a participação em ambientes virtuais Integrado; e c) Mobilizar e disputar valores da juventude (SNJ, 2012).

Ainda em 2012 ganhou visibilidade a temática de gênero, pois houve a necessidade do desenvolvimento de ações específicas para as jovens mulheres, uma vez que políticas direcionadas as mulheres e/ou para a juventude por muitas vezes não alcançam as especificidades deste segmento da população tal qual são necessárias. Para tanto, foi formado o Grupo de Trabalho das Jovens Mulheres integrantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, instituições de pesquisa e com participações pontuais de instituições parceiras, tais como: Secretaria de Políticas para as Mulheres e ONU Mulheres. O objetivo deste GT foi colaborar para o fortalecimento e articulação das questões de gênero entre as diversas Políticas Públicas direcionadas à juventude dentro das ações da SNJ, bem como em todo o governo federal, além de ser um espaço importante para a formulação, sensibilização e qualificação das ações governamentais voltadas às jovens (SNJ, 2012).

A partir dessas quatro ações e programas que foram relacionados acima, observa-se que a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ busca uma interação entre todos para a condução da Política Nacional de Juventude, com o intuito de contribuir para o fortalecimento dos órgãos gestores locais, por meio dos programas e ações, mas também de convênios para o fortalecimento institucional. Nesse sentido, para que a política de juventude faça realmente diferença na vida dos jovens, de forma ampla, integrada, com um leque de opções que abranja as reais necessidades das juventudes, acontecendo no território, com o compromisso do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais.

Todas essas iniciativas sem dúvida contribuíram para a efetivação do direito dos jovens e constituem um avanço para a consolidação das políticas públicas juvenis. No entanto, ainda há muito para se fazer por este segmento, pois é preciso que os gestores no âmbito local também tenham consciência e ética no trato das questões da juventude para que estas conquistas saiam do discurso e do papel. Para tanto, faz-se necessário que as políticas e as questões juvenis sejam trabalhadas na perspectiva de construção e organização dos movimentos sociais e conselhos de juventude e, de fato, sejam implementadas, monitoradas e avaliadas visando sua efetivação e aperfeiçoamento.

1.4. Juventude, Trabalho e Educação na atualidade

Compreender a juventude a partir de sua construção social, cultural e histórica, procurando refletir sobre suas especificidades e aproximações é fundamental quando se pensa a constituição das Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens no Brasil. Desta forma, é preciso reconhecer a importância da relação juventude, trabalho e educação buscando compreender o diálogo entre a juventude e as atuais políticas e ações de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

A relação jovem e trabalho ganhou visibilidade recentemente, sobretudo, a partir dos anos 1990 devido ao significativo aumento populacional dos jovens (denominado *onda jovem*) em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, desencadeadas a partir da década de 1970. Uma das consequências das mudanças no mundo do trabalho foi o desemprego juvenil, que não se limitou aos jovens, mas os afetou intensamente em termos de oportunidades de trabalho. Em razão da existência da mão de obra excedente, muitas vezes os jovens encontram-se em desvantagem, assumindo funções inferiores, com menores salários e jornadas mais intensas, revelando a precarização a que está submetido o trabalho entre os jovens, marcando especialmente o acesso ao primeiro emprego (POCHMANN, 2000).

A Organização Internacional do Trabalho - OIT (apud CORROCHANO, 2011) indicou que o período entre 1992 e 2006 foi marcado pelo aumento da taxa de desocupação entre jovens e adultos, no entanto, os índices de desemprego cresceram mais para os jovens:

entre os adultos acima de 25 anos passou de 4,3% para 5,6%, enquanto entre os jovens cresceu de 11,9% para 18%. Em 2006, enquanto a taxa geral de desemprego (...) era de 8,4% e para os adultos chegava a 5,6%, para os jovens entre 15 e 24 anos alcançava 17,8%, ou seja, era 3,2 vezes superior à dos adultos (p. 51).

Ainda em 2006, cerca de 3,9 milhões jovens encontravam-se desempregados. Apesar disso, segundo dados da OIT (2013), o Brasil conseguiu diminuir a taxa de desemprego entre os jovens, no entanto, em 2011 ainda chegava a 15,3%.

Na primeira década do século XXI importantes avanços ocorreram no âmbito das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil, especialmente na área do trabalho. Em 2005 foi instituída a Política Nacional da Juventude. No mesmo ano foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - (PROJOVEM).

Em razão do quadro de altas taxas de desemprego juvenil e da precariedade das ocupações produtivas atualmente disponíveis aos jovens, as políticas de juventude passaram a ser conduzidas de duas formas: a primeira busca preparar o jovem para fazer a transição para o mundo do trabalho procurando facilitar sua contratação, oferecendo oportunidades de trabalho de qualidade; a segunda visa prolongar sua escolarização, o que eventualmente resulta na sua entrada tardia no mercado de trabalho. Destaca-se, também, um terceiro tipo de intervenção que busca regulamentar a participação dos jovens no mercado de trabalho e conciliá-la com a continuidade dos estudos. No Brasil existem políticas federais importantes com tais enfoques, a exemplo dos programas que buscam aliar a qualificação profissional a medidas de incentivo à contratação de jovens para o mercado de trabalho, como o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens (PNPE); e os que visam combinar a preparação para o mundo do trabalho e a elevação da escolaridade, a exemplo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) (GONZALEZ, 2009).

Tais formas de conduzir as políticas de juventude não podem ser consideradas como a saída exclusiva para resolver a questão do trabalho e da educação na vida dos jovens. Sem dúvida, não são propostas perfeitas, mas podem se revelar de grande relevância para os jovens, pois buscam respeitar as mais diversas realidades juvenis e, por isso, precisam ser aprimoradas e potencializadas. A partir desta discussão recorre-se novamente a Gonzalez (2009), que de uma forma inquietante coloca a seguinte questão: “Políticas de Emprego para Jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?” Conforme o referido autor, “há razões para crer que a oferta de oportunidades de formação profissional pode, sob certas condições, facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho, ao minimizar alguns aspectos que o desfavorece frente aos demais trabalhadores” (p. 121). De fato, concorda-se com o autor, mas ainda existem vários aspectos que precisam ser analisados para se compreender a questão do trabalho entre os jovens.

Tornou-se frequente o discurso em torno da capacidade individual em construir competências para a obtenção do sucesso profissional, especialmente entre os jovens. Tal contexto se soma ainda à precarização das relações de trabalho e à exigência de novas qualificações como condição para o ingresso no mercado de trabalho (SILVA, 2004). Sabe-se que aprimorar as habilidades dos jovens não é o suficiente para lhes garantir um trabalho digno e com qualidade. Em um contexto de desemprego em alta, a oferta de formação profissional pode ser essencialmente compensatória, pois na melhor das hipóteses deve apenas diminuir a

desigualdade interna ao mercado de trabalho, se for dirigida aos jovens de menor “empregabilidade”¹⁰ (GONZALEZ, 2009).

No entanto, as iniciativas voltadas para a qualificação e aprimoramento dos jovens também são necessárias, pois podem ser um diferencial importante para a inserção e permanência dos jovens no mercado de trabalho. Para tanto, é preciso que sejam construídas ações específicas para a juventude em relação ao trabalho que possibilitem de fato uma mudança nos rumos das políticas públicas de educação, trabalho e renda dirigidas aos jovens brasileiros.

Atualmente, um dos desafios em relação à construção e efetivação das políticas de trabalho e emprego direcionadas aos jovens se encontra na definição de qual é o melhor momento para o jovem ingressar no mercado de trabalho. Afinal, a juventude abarca uma multiplicidade de aspectos e experiências que são perceptíveis a partir de abordagens que tomam como referência o território, o contexto, o biológico e o psicológico. Por isso, essa definição ainda é um tema aberto e controverso.

A juventude constitui uma complexidade de situações que se expressam de diferentes formas na vida de cada jovem. Por isso, não é recomendável pensar em uma trajetória linear quando o assunto é educação e trabalho. Cada jovem seguirá seu percurso conforme os determinantes sociais e culturais que está inserido. Portanto, é preciso que as políticas para a juventude sejam pensadas nesse sentido, respeitando as especificidades desse segmento, aliando suas necessidades a seus direitos.

Assim, o desafio está na dificuldade em se conceber um parâmetro etário que abarque este segmento. De acordo com a Política Nacional de Juventude (2006), a juventude compreende jovens com idade entre 15 e 29 anos. No entanto, a política também entende que o jovem percorre trajetórias diferenciadas que devem ser respeitadas e valorizadas. Desta forma, o jovem deve ser concebido a partir de sua construção social, cultural e histórica para uma melhor compreensão sobre suas particularidades, identidades, modos de agir e viver em sociedade, entre outros aspectos.

Este cenário nos remete às seguintes questões: Qual será a melhor saída? Políticas de trabalho ou de educação? É preciso ter cautela ao responder, pois, na realidade, a questão deveria ser outra: Como garantir aos jovens o acesso tanto ao trabalho quanto à educação? Nesta lógica, se leva em consideração as diversas realidades juvenis, em que o início e continuidade dos

¹⁰ No conceito de “empregabilidade” está implícita a tendência em eximir o Estado do seu “dever” em relação ao direito do cidadão ao trabalho, de caráter público e político, e repassar tal dever aos indivíduos, considerados isoladamente, tornando esse dever, deste modo, uma questão privada, pessoal. Assim, a “empregabilidade” significa o “dever” de cada indivíduo (que desaparece como cidadão, já que, no conceito de cidadania, há a dimensão do coletivo, do público) de encontrar seu próprio trabalho no mercado capitalista (TEIXEIRA, 2003).

estudos, bem como a entrada e permanência no mercado de trabalho tem trajetórias diferenciadas conforme a realidade de cada jovem.

A pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, realizada em 2003, pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo, apresenta resultados significativos sobre o elo juventude e trabalho, pois demonstra que este elo é um dos principais aspectos de interesse juvenil:

Apenas um quarto dos pesquisados está fora da PEA (População Economicamente Ativa), nunca trabalhou e nunca procurou trabalho. A maior parte (76%) está incluída no mercado de trabalho, seja como ocupada (36%), seja como desempregada depois de ter tido experiência prévia de trabalho (32%), seja em busca de um primeiro trabalho (8%) (p. 167).

A partir desses dados expressivos compreende-se a importância do trabalho na vida dos jovens e como o segmento juvenil brasileiro constitui um público trabalhador, nas palavras de Guimarães (2005), uma “juventude trabalhadora”. Conforme Branco (2005):

Indicadores disponíveis têm evidenciado uma forte “pressão” dos jovens na procura por ocupação, denotando que, se eles estivessem apenas se dedicando às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de desemprego cairiam substancialmente, uma vez que seu ingresso na força de trabalho seria adiado. E, além disso, estariam adquirindo melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para que pudessem enfrentar com chances de êxito os desafios e obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo (p. 131).

As oportunidades disponíveis aos jovens brasileiros no mercado de trabalho são restritas. A “crise do emprego” que se manifestou no Brasil em meados da década passada atingiu toda a população trabalhadora, e os jovens foram particularmente prejudicados. As altas taxas de desemprego, ocupações precárias e baixos salários têm comprometido seriamente sua trajetória educacional e profissional, refletindo diretamente nas garantias sociais, trabalhistas, na condição e no exercício da cidadania, tendo em vista que o vínculo com a rede pública de proteção social ainda se dá em grande medida via inserção no mercado formal de trabalho (IPEA, 2008).

A preocupação dos jovens com o desemprego é um aspecto importante e recorrente nas pesquisas. Conforme o diagnóstico da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego juvenil tem características específicas e, mesmo em situações de crescimento econômico, permanece mais alto em relação ao desemprego dos adultos. A taxa de desemprego entre os jovens é geralmente bem maior do que a verificada para o total da População Economicamente Ativa (PEA). Para o período de janeiro de 2003 até setembro de 2010, a média da taxa de desemprego registrada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para as seis principais regiões metropolitanas (RMs) brasileiras foi de 7,01%. Entre os indivíduos na faixa etária de 25 até 65 anos, 4,85% se encontravam desempregados nesse mesmo período, enquanto para os jovens com idade entre 18 e 24 anos a taxa de desemprego foi de 17,21% (IPEA, 2013).

A grande maioria dos jovens se insere no mercado de trabalho de maneira precária, e, uma vez trabalhando, o grau de investimento nos estudos declina, tornando difícil um emprego melhor, de modo que tal situação gera um ciclo de insegurança e instabilidade que os acompanha na vida adulta. Por este motivo é tão importante políticas públicas que favoreçam a continuidade dos estudos, a permanência na escola e o ingresso no ensino superior, gerando possibilidades de trabalho regular, a fim de que os jovens possam ganhar experiência e romper com esse ciclo de exclusão. Esse é um grande desafio, pois a grande maioria dos jovens (40,5%) só trabalha, 23,7% não estuda nem trabalha, e 13% estuda e trabalha. Poucos jovens conseguem se manter só estudando (22%), e esse dado reforça o argumento em favor da necessidade de investimento por parte do Estado em políticas com foco na permanência do jovem na escola, no acesso à universidade e em estratégias para inserção com qualidade e segurança no mercado de trabalho (IPEA, 2013).

O ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é importante. Não há dúvidas de que a educação é fundamental, pois é a base para verdadeiras transformações em qualquer sociedade. No entanto, como já foi argumentado, é preciso levar em consideração as especificidades do segmento juvenil, suas necessidades e condições, respeitando a trajetória de vida dos jovens. Portanto, além das políticas de educação, é necessário o investimento em políticas de trabalho e emprego.

Ao considerar as especificidades que envolvem a questão do trabalho e da educação no percurso dos jovens, percebe-se que, para além da escola, o trabalho também está bastante presente na vida dos jovens. Conforme afirma Sposito (2005), “para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil” (p. 106). Ainda segundo a autora, reconhecer que no Brasil “o trabalho também faz a juventude” não significa, de maneira ingênua, defender o trabalho de adolescentes e jovens, mas, ao contrário:

implica admitir que, se a construção da condição juvenil decorre de um complexo de valores sedimentados sob o ponto de vista social e histórico, no Brasil, uma alteração desse quadro deveria ser expressão de mudanças estruturais mais substantivas que atenuem as profundas desigualdades sociais, submetidas a processos de longa duração (p. 125).

De acordo com o Conselho Nacional de Juventude (2006), a educação e o trabalho na vida dos jovens não são situações necessariamente contraditórias, em que os jovens devam somente estudar até que estejam supostamente preparados para o mercado de trabalho, em uma

idade legal. No entanto, a configuração das forças produtivas do início desde século sinaliza para o chamado desemprego estrutural que pode se tornar uma característica permanente nas nossas sociedades. Ou seja, mesmo quando se pensa em um nível macro social, as medidas que buscam protelar a entrada dos jovens no mercado formal de trabalho acabam por não enfrentar a gravidade da questão. E, sob outro aspecto, ou seja, do lado dos jovens, o que chama a atenção é a demanda por trabalho, emprego e formas alternativas geradoras de renda. A realidade é que grande parte dos jovens, à medida que a idade avança, busca combinar suas atividades à inserção no mercado de trabalho.

O debate em torno da relação entre a juventude e o mundo do trabalho vem sendo marcado por inflexões advindas das políticas de geração de trabalho e renda, bem como das políticas sociais, sobretudo, a partir de 1990, onde o desemprego é transformado em um grave problema estrutural devido às intensas mudanças na economia e na política brasileira. O que se tem é um novo padrão de transição ocupacional que vai tomando forma no mercado de trabalho brasileiro:

Quando parte importante da população adulta viveria traços que anteriormente poderiam ser considerados de jovens, ou seja, daqueles que estariam tentando ingressar no mercado, como fragilização dos vínculos e intensificação das transições ocupacionais. Acirram-se os trânsitos não apenas entre ocupação e desemprego, isto é, no interior do próprio mercado de trabalho, mas também, e de maneira bastante intensa, entre situações de atividade e inatividade. De todo modo, isso parecia atingir os jovens de maneira mais aguda (CORROCHANO, 2011, p. 60).

Neste momento, as propostas do Estado e da sociedade civil se concentram na prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes e em ações de qualificação profissional. A partir dessas ações, começa a ganhar destaque a necessidade de compreender e propor medidas voltadas para adolescentes e jovens em idade legal de trabalhar (CORROCHANO, 2011).

Desta forma, ao adentrar no universo juvenil é necessário ter em vista a heterogeneidade das experiências dos jovens em relação à escolarização e ao trabalho. Assim, compreender essa diversidade é essencial para analisar tanto o momento em que se dá a inserção do jovem no mundo do trabalho, sua permanência e as implicações destas.

De um lado, a difusão do ensino básico ainda é relativamente incompleta e bastante desigual no Brasil: a taxa de matrícula no ensino básico continua crescendo lentamente e parcela expressiva dos jovens não o completam antes de sair da escola. [...] isto implica grandes diferenças quanto ao momento de entrada no mercado de trabalho segundo classe social. De outro lado, porque a divisão sexual do trabalho tradicional, na qual cabe às mulheres o trabalho doméstico/reprodutivo, ainda tem forte peso na inserção feminina no mundo do trabalho, o que mais uma vez é mediado pela classe social (GONZALEZ, 2009, p. 112).

Do exposto observa-se a complexidade que existe na tríade jovem/trabalho/educação. A relação perpassa especificidades inerentes à condição juvenil. Por isso, tanto a educação quanto o trabalho poderão ter significados diferentes para os jovens conforme o contexto em que estiverem inseridos. De acordo com o Conselho Nacional de Juventude (2006):

hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos (p. 27-28).

Cabe destacar, ainda, que o desemprego entre os jovens também ocorre de maneira heterogênea. Tal como pode existir uma diversidade de situações em relação ao jovem e ao mundo do trabalho, o desemprego também poderá se apresentar em diferentes contextos:

segundo a idade, a classe social, o sexo, a cor/raça, os níveis de escolaridade e os locais de moradia. Isso permite afirmar que o desemprego juvenil é plural. Assim como são várias as juventudes, também são vários os desempregos de jovens, o que fica perceptível tanto nos números quanto nas representações dos sujeitos que vivenciam essa situação (CORROCHANO, 2011, p. 52).

O Conselho Nacional de Juventude (2006) evidencia a importância de proporcionar aos jovens a garantia do trabalho digno e decente, pois, muitas vezes esta garantia aparece em poucas iniciativas governamentais. Segundo o Conselho, “o chamado estágio continua sendo apenas um modo de as empresas acessarem mão de obra de relativa qualidade, a baixo custo, com muito pouco controle sobre o que esta atividade pode proporcionar ao jovem, em termos de formação e vivência profissional” (p. 27). Além disso, quase “inexistem discussões sobre a melhor forma de proporcionar emprego ao jovem de maneira a compatibilizar seus horários de trabalho com o estudo, tornando as duas atividades mais integradas” (p. 27). No entanto, é fundamental não deixar de lado tais iniciativas, pois estas podem ter a capacidade de fazer grande diferença na formação social e profissional dos jovens. Na realidade, é necessário que estas e outras iniciativas sejam potencializadas no sentido de efetivar com qualidade as políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens. Conforme o Conselho Nacional de Juventude (2006):

é preciso mobilizar a sociedade para o debate acerca da implementação da legislação relativa ao trabalho juvenil e abrir novas linhas de ação nesse campo (...). O Estado deve também garantir segurança material para que a trajetória educacional do jovem não seja prejudicada pela necessidade de se garantir sobrevivência própria ou de seus familiares (p.27).

Sendo que este fato é bastante comum na trajetória dos jovens brasileiros. Deste modo, construir saídas para além destas ações poderá permitir que a centralidade na educação e no trabalho configure-se mais fortemente como a grande solução.

Logo, ao identificar os principais conceitos e percepções em torno da categoria Juventude; analisar a condução das políticas públicas e a trajetória das políticas de juventude no Brasil; e desvelar a relação juventude, trabalho e educação, foi possível constatar a importância do trabalho na vida dos jovens, além de verificar a necessidade da criação e fortalecimento de políticas e ações voltadas para a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Nesse sentido, o próximo Capítulo apresenta discussões acerca das principais transformações ocorridas no mundo do trabalho, os desafios para a inserção laboral dos jovens, a condução das atuais Políticas de Trabalho e Emprego para a juventude no Brasil, bem como a caracterização do Projovem Trabalhador e sua trajetória no Estado do Amazonas.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE E TRABALHO: AS POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO E O PROJOVEM TRABALHADOR NO ESTADO DO AMAZONAS

2.1. Transformações no Mundo do Trabalho: os desafios para a inserção laboral dos jovens

Para compreender as transformações contemporâneas que têm ocorrido no mundo do trabalho é necessário situar momentos importantes na história social e econômica, a saber: a época de ouro do capitalismo, com a universalização da proteção social; a organização do trabalho, com o sistema fordista/taylorista de produção e o período pós-fordismo e a crise dos anos 1970 e suas consequências para o mundo do trabalho.

No contexto dos *países centrais* (países desenvolvidos) o período entre o segundo pós-guerra que vai de 1945 até meados dos anos 1970 caracterizou-se pela prosperidade e expansão de novas formas de relações econômicas e sociais, ficando conhecido como os *30 anos gloriosos do capitalismo*. Segundo Hobsbawm (1995, p. 255) “a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas”.

A prioridade dos países europeus e do Japão logo nos primeiros anos depois de 1945 foi a recuperação frente à destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, ou seja, a reconstrução dos seus territórios. Para tanto, tomaram como referência o passado, e não o futuro. Por isso, muitos não reconheceram a natureza excepcional do período que vivenciavam. Para os Estados não comunistas essa recuperação também significava deixar o medo da Revolução social e do avanço comunista para trás. Apesar dessas buscas, os benefícios reais desse crescimento ainda levariam algum tempo para serem sentidos, pois é apenas na década de 1960 que a Europa toma sua prosperidade como uma coisa certa (HOBSBAWM, 1995).

A época de ouro do capitalismo foi marcada pela dominância do capital, pelo aumento da participação do Estado frente às demandas da sociedade e a constituição de sistemas de proteção social. Foi um período caracterizado por altas taxas de emprego, ganhos salariais para os trabalhadores, universalização da proteção social, bem como a lucratividade do setor produtivo.

Cabe destacar que houve uma confluência de fatores que marcaram esse período na história, podendo ser concebido a partir de distintas análises no que se refere à universalização da proteção social, alguns a atribuem aos avanços econômicos, outros às lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais frente à exploração do capital.

No contexto econômico, diante do cenário de pós-guerra, houve a disseminação do modo de produção fordista/taylorista¹¹, novo padrão de acumulação da produção, com processo de assalariamento, produção em massa e exploração do capital sobre o trabalho. Ford ampliou uma série de inovações tecnológicas e organizacionais já em curso no início do século XX, dentre as quais o taylorismo, em franca expansão na gestão do trabalho em empresas metalúrgicas. Para Ford a “produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 1992, p. 121).

Apesar de não ter citado Taylor em seu texto mais conhecido, intitulado *Minha vida e minha obra*, Ford não o ignorou. Nas suas experiências, “a organização do trabalho com o objetivo da produção em massa somente puderam ser realizadas a partir da divisão técnica e minuciosa das funções e atividades entre os agentes, conforme foi desenvolvido pelo sistema taylorista” (PINTO, 2013, p. 35). Desta forma, a ideia principal do sistema fordista/taylorista era elevar a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação extremo, a partir de um certo momento o operário torna-se efetivamente um *apêndice da máquina*, repetindo movimentos tão iguais num curto espaço de tempo quanto possam ser executados por qualquer pessoa, sem a menor experiência de trabalho.

O período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. Esse conjunto de práticas pode ser chamado de fordismo-keynesiano (HARVEY, 1992).

Portanto, o fordismo qualifica-se pela articulação entre um *regime de acumulação* (taylorista) e um *modo de regulação* da repartição dos ganhos de produtividade. Deste modo, são as formas institucionais de regulação da relação salarial que qualificam as tarefas do Estado regulador-intervencionista (COCCO, 2012). É o Estado marcado pelas políticas chamadas Keynesianas, nos Estados Unidos, no período entre as duas guerras, com elevado crescimento econômico, avanço do capitalismo e ampliação do sistema de proteção social (Estado de bem estar social); e também com políticas econômicas de inspiração keynesiana em países da Europa ocidental a partir do segundo pós-guerra, em um contexto de polarização entre socialismo e capitalismo, marcado por disputas ideológicas. Ressalta-se que o Estado de bem estar social não

¹¹ Momento em que se vende o que já foi produzido, a produção comanda a reprodução; Trabalhador desqualificado que executa mecanicamente suas tarefas, relações cooperativas (comunicativas) são incorporadas na maquinaria, o indivíduo é pré-programado para trabalhar silenciosamente; A fábrica é o núcleo da produção de massa; Papel da produtividade, com ganhos de produtividade que constituem-se na decomposição dos fluxos (COCCO, 2012).

ocorreu de forma idêntica e nem casual em todos os países. Nesse sentido, tem-se um conjunto de elementos importantes que possibilitam pensar esse processo.

Para atender aos requisitos da produção fordista e enfrentar a incapacidade do capitalismo regulamentar condições essenciais de sua própria reprodução foi necessário o choque da Grande Depressão, na década de 1930, e o estabelecimento de um novo modo de intervenção estatal. Desta forma, o fordismo somente chegou a sua maturidade como regime de acumulação após 1945, se mantendo mais ou menos intacto até 1973. Nesse período o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes de crescimento, o padrão de vida se elevou, as crises foram contidas, a democracia de massa foi preservada, a ameaça de guerras intercapitalistas tornou-se remota e o capitalismo teve sua expansão de alcance mundial. Este contexto possibilitou que o fordismo se aliasse firmemente ao keynesianismo (HARVEY, 1992).

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso - resultou de anos de luta (p. 125).

No contexto social, destacam-se as lutas dos movimentos sociais que buscavam recuperar condições trabalhistas e de vida na medida em que a economia estava avançando. Com a ampliação dos sistemas de proteção social houve o aumento do grau de cobertura e conquistas dos trabalhadores e movimentos sociais. Nesse processo, com as novas condições econômicas e a ampliação dos direitos sociais, tem-se a formação de sindicatos, partidos e movimentos sociais que lutam para que seus direitos se efetivassem na prática.

No entanto, essa luta não ocorreu de forma pacífica, pois nesse período de expansão do pós-guerra, os movimentos operários mais radicais, que lutavam pela ampliação do poder da classe trabalhadora e por melhores condições de trabalho e de vida, sofreram diversos ataques políticos e foram controlados pelo grande capital e pelo Estado, sendo obrigados a assumir um compromisso com o fordismo. Esse controle ocorreu de várias formas em diferentes países, o mais frequente era dar certa liberdade aos sindicatos em troca da cooperação com o sistema fordista de produção. Mesmo assim a luta dos trabalhadores não desapareceu e se manteve mobilizada frente à ofensiva do fordismo global.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa (...) preservaram

algun controle dentro das fábricas (...) e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade (HARVEY, 1992, p.128).

Apesar de todo o descontentamento e das lutas que foram travadas nesse período, o regime fordista conseguiu manter sua expansão, favorecendo o trabalho sindicalizado e estendendo os *benefícios* da produção e do consumo de massa de maneira significativa, isso, pelo menos até a aguda recessão de 1973 que culminou com o início do regime de acumulação.

Segundo Hobsbawm, apenas quando passa esse grande *boom*, sobretudo com a eminência da crise dos anos 1970 é que os economistas começam a perceber que o mundo, e principalmente os países desenvolvidos do mundo capitalista, passam por uma fase única na história. Segundo Alves (2011) a crise do capital que atingiu os países capitalistas centrais, em meados da década de 1970, impulsionou transformações sócio-históricas nas mais diversas esferas do ser social capitalista.

A primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, inaugura o período histórico de “crise estrutural do sistema capitalista”, marcada pela sobreacumulação e intensa concorrência internacional. Sob o impulso da mundialização do capital, constituiu-se um novo complexo de reestruturação produtiva, buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impôs cada vez mais às corporações transnacionais, imprimindo-lhes sua marca (ALVES, 2011, p. 11 a 12).

Nesse sentido, ao situar as recentes transformações no mundo capitalista, busca-se compreender o desenvolvimento de uma *cultura do trabalho*¹² e como os jovens se inserem nesse contexto. Desta forma, é importante tecer considerações acerca do processo de reestruturação produtiva, momento em que o sistema taylorista/fordista de organização se expande nas economias capitalistas centrais, principalmente durante as duas guerras mundiais.

Em meados dos anos 1970, após o longo ciclo de crescimento econômico, fundamentado na produção e no consumo de massa, o sistema taylorista/fordista sofreu impacto de várias ordens, começando pela esfera econômica com o súbito aumento geral dos preços do petróleo e

¹² A cultura do trabalho abarca um conjunto de estratégias e atividades que se imbricam, complementam-se, diferenciam-se e, às vezes, se confundem com o que poderíamos chamar de cultura de classe, do capitalismo, do assalariamento, empresarial, empreendedora, social empreendedora, na qual o trabalho configura fortemente as relações entre os atores. Nesse sentido, é composta de ideologias justificadoras e contra-ideologias, nas quais o mundo do trabalho tem sido ressignificado: formas de resistência e formas de consentimento à dominação; maior individualização nas relações de trabalho, ao lado de formas de valorização do coletivo; novas proposições e interpretações do trabalho coletivo e de suas possibilidades; fim e retorno da ideia de projeto. Enfim, uma miríade de situações nas quais o trabalho continua fundamental na explicação do social e dos valores que justificam ou contestam a ordem vigente (LIMA, 2010, p. 164).

valorização/desvalorização do dólar. Esta instabilidade gerou grande cautela nos investimentos produtivos e forçou a indústria a redirecionar suas estratégias de padronização em larga escala para a crescente agregação tecnológica, com maior qualidade e personalização de seus produtos. Esta estratégia teve como exigências: alta flexibilidade da produção, altos índices de qualidade nos produtos, baixos preços finais, bem como uma entrega rápida e precisa. Tais mudanças colocaram em questionamento o sistema taylorista/fordista e fez surgir um grande interesse por experiências alternativas em termos de organização do trabalho e da produção industrial. Um exemplo é a experiência desenvolvida no Japão, a criação de um sistema ousado e polêmico de organização, o toyotismo. O modelo japonês “tinha como fundamento uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa *enxuta e flexível*” (PINTO, 2013, p. 46).

Assim, a partir do conjunto de transformações macro e microeconômicas, entra em vigor o novo regime de acumulação de capital em âmbito internacional, chamado por Harvey (1992) como regime de acumulação *flexível* que “decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de produção, exploração da força de trabalho e acumulação de valor nas condições de uma crise crônica de sobreacumulação” (ALVES, 2011, p. 12). Além disso, cabe considerar a acumulação flexível não como uma *ruptura* com o padrão de desenvolvimento passado, mas uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista.

A conjugação das duas vias de transformações, a reestruturação produtiva e a flexibilização da ação estatal interventora no movimento de livre mercado, tem resultado no aumento da segmentação da classe trabalhadora e em maiores exigências de qualificação. Nesse processo, grandes contingentes de trabalhadores perderam o emprego e muitos sindicatos foram atingidos por esta fragmentação causada por uma constante realocação da classe trabalhadora em diferentes setores econômicos (PINTO, 2013). Cabe destacar que:

Ao ser incorporado pelas economias periféricas como “modelo” de desenvolvimento político, econômico e social, este resultou num agravamento das crises já preexistentes. No Brasil culminou na implantação da doutrina neoliberal no Estado na década de 1990, persistindo até os dias atuais, impondo à classe trabalhadora, de um lado, a precarização dos serviços públicos e flexibilização dos seus direitos, mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural; ao empresário nacional, de outro, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, com a manutenção de acordos predatórios fundados em políticas monetárias, ditadas por organismos de controle financeiro internacionais (p. 52).

No Brasil esse processo foi intensificado a partir de 1990. O Estado reduz sua intervenção na economia, há o aumento das privatizações e a abertura econômica para os mercados internacionais. Com a ascensão de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, que adotam

medidas em sintonia com o receituário neoliberal, iniciam-se propostas de desregulamentação, flexibilização, privatização e desindustrialização. Com isso, ampliam-se também o “subproletariado, os terceirizados, os subempregados, ou seja, as distintas modalidades do trabalhador precarizado. Coube ao governo FHC intensificar o processo de desmontagem dos parques direitos trabalhistas, construídos durante várias décadas de luta e ação dos trabalhadores” (ANTUNES, 2009, p. 235).

Nos países capitalistas o processo político de derrotas históricas da classe trabalhadora, sob a conjuntura dos anos 1970-80, é uma das causalidades históricas fundamentais para a constituição da chamada acumulação flexível (PETRAS, 1995 apud ALVES, 2011).

A ascensão de políticas neoliberais, a partir de 1979, com a vitória de Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Reagan, nos Estados Unidos, promove a desregulamentação da concorrência e a liberalização comercial, além de adotar políticas antissindiciais, impulsionando, deste modo, novos patamares de flexibilidade e contribuindo para instaurar um novo poder do capital sobre o trabalho assalariado. No plano político internacional e da ofensiva ideológica do capital, a queda do Muro de Berlim, e, 1989, e o *débâcle* da URSS, em 1991, constituem o ápice da ideologia do capitalismo vitorioso. Portanto, a reestruturação produtiva enquanto acumulação flexível foi, antes de tudo, resultado histórico-social da luta de classes e da série de derrotas das instituições defensivas do trabalho no campo econômico, político e ideológico, no decorrer das décadas de 1970-80 (ALVES, 2011, p. 20).

Nas décadas de 1980-90, tornou-se clara a situação de debilitação do mundo do trabalho, o resultado histórico da mundialização do capital e da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho é impressionante: instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas. Desse modo, a mundialização do capital, a acumulação flexível e o neoliberalismo constituíram nas últimas décadas de capitalismo global, um novo (e precário) mundo do trabalho complexificado, fragmentado e heterogeneizado (ANTUNES, 1995; ALVES, 2000 apud ALVES, 2011). Além disso, “o cenário da produção destrutiva, o desemprego em massa e a exclusão social atingem principalmente a juventude, elemento de futuridade da reprodução social” (ALVES, 2011, p. 24).

Ao se aproximar do universo juvenil logo se verifica o quanto o trabalho é importante e possui diferentes significados a partir da realidade de cada jovem. Compreender o porquê de sua busca por trabalho, por qualificação profissional, por uma colocação no mercado, e, tudo isso, em um contexto nada favorável já representa um grande desafio. Segundo Corrochano (2012, p. 47) “para uns, a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho; para outros, o trabalho faz parte de sua realidade desde muito cedo, principalmente se considerarmos países como o Brasil”.

No caso brasileiro, a relação dos jovens com o universo do trabalho ocorre de maneira similar, pois o acesso a empregos de qualidade e protegidos se tornaram cada vez mais escassos. Isso acontece principalmente a partir dos anos 1990, com as dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho e com a ampliação das exigências de níveis de escolaridade, deixando os jovens com poucas chances de realizar uma boa transição da escola para o mundo do trabalho. Desta forma, o desafio encontra-se na compreensão da situação dos jovens frente ao mundo do trabalho, bem como a questão do emprego e do desemprego juvenil.

Para Corrochano (2012) à medida que a crise no mundo do trabalho se intensifica, novas estratégias são desenvolvidas entre os jovens e suas famílias. São novos (ou velhos) mecanismos de representações criados para lidar com essa situação, apesar do aumento ainda que limitado, de ações públicas em direção aos jovens e aos desempregados. O fato é que ao se tratar da condição juvenil no Brasil, constantemente a dimensão do trabalho tem sido apontada como questão central, contendo em si diferentes sentidos para os jovens brasileiros:

Necessidade; fonte de independência, inclusive permitindo a própria vivência da condição juvenil; possibilidade de realização pessoal; e exploração. Ainda que esses sentidos possam variar segundo diferentes perfis juvenis, parece não restar dúvida sobre a importância do trabalho em suas vidas. Ao mesmo tempo, parece ser, sobretudo “por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego” que o trabalho emerge em algumas pesquisas recentes como uma das maiores preocupações, interesses e demandas juvenis (CORROCHANO, 2012, p.38).

A relação jovem e trabalho releva uma complexidade, pois, em virtude das mais diversas condições de vida que se encontram os jovens, o trabalho tem significados diferentes. Por vezes o trabalho considerado como uma forma de ajudar a complementar a renda familiar, o que muitas vezes, contribui para o abandono escolar. Outras vezes como uma forma de buscar a independência financeira. No entanto, há jovens que conseguem conciliar escola e trabalho, outros optam somente por trabalhar. O trabalho na vida dos jovens também surge como uma meta, pois há jovens que visam o aprimoramento dos estudos em busca de um trabalho digno para seu futuro. E, ainda existe a questão do desemprego, muitos jovens procuram o primeiro emprego ou buscam ingressar novamente no mercado de trabalho, mas se deparam com obstáculos como a falta de qualificação e experiência.

Antes de prosseguir com a discussão em torno da relação jovem e trabalho é preciso fazer um breve destaque às questões pertinentes ao trabalho, à ocupação, ao emprego e ao desemprego buscando apreender os sentidos do trabalho para o segmento juvenil.

Quanto à categoria trabalho, recorre-se a Lessa (2011), baseado em Karl Marx, sua definição é clara, o trabalho é “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o

homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1983, p. 149, apud LESSA, 2011, p. 131). Para Marx, o trabalho é o processo de produção da base material da sociedade que ocorre por meio da transformação da natureza, ou seja, não há possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência.

O trabalho é, pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda a sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência, sem os quais nenhuma vida social poderia existir. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo do natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas (LESSA, 2011, p. 142).

Desta forma, o trabalho nasce através da objetivação de uma prévia-ideação enquanto resposta a uma necessidade concreta, sendo que o objeto construído pelo trabalho do indivíduo possui uma dimensão social. Por isso, o trabalho é o que fundamenta o ser social, pois, cria a base, também material, indispensável ao mundo dos homens, além disso, ao transformar a natureza, o indivíduo também transforma a si próprio e à sociedade.

Para Antunes (2010) apesar de o trabalho ser o ponto de partida do processo de humanização do ser social, na sociedade capitalista o trabalho se objetiva de forma degradante. Assim, a força de trabalho é transformada em uma mercadoria. “O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. (...) o trabalho torna-se meio e não ‘primeira necessidade’ (...) torna-se ‘um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual’” (op. cit. p. 144 e 145).

A força de trabalho (conceito-chave em Marx) torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio, e não primeira necessidade de realização humana (...). O trabalho como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano (ANTUNES, 2013, p. 08 a 09).

Tendo em vista os elementos inerentes a categoria trabalho cabe trazer para a discussão a questão do emprego na atualidade. O emprego pode ser entendido como o trabalho que é realizado por uma pessoa ligada formalmente a outras pessoas ou organizações, tanto de caráter privado como público. Esta formalidade é expressa por contratos legais de trabalho que

estabelecem o vínculo empregatício, pelo exercício de uma determinada atividade profissional e mediante o pagamento de um salário. O emprego é uma relação de trabalho que está subordinada à sociedade capitalista (MENEGASSO, 1998, p. 82, apud WIECZYNSKI, 2003). Deste modo, o emprego é uma forma histórica assumida pelo trabalho, o qual implica em uma relação de troca garantida por um contrato de trabalho, o que permite a sua inscrição na estrutura social (CASTEL, 1998).

Também é necessário ter o entendimento sobre a categoria ocupação, sendo esta caracterizada por uma atividade produzida livremente por uma pessoa e está voltada para as realizações pessoais e não para o sistema produtivo. O uso do termo ocupação nas Ciências Sociais segue o entendimento de que a ocupação de uma pessoa é a espécie de trabalho feito por ela, independente da indústria em que esse trabalho é realizado e do status que o emprego confere ao indivíduo (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 829, apud WIECZYNSKI, 2003). Já conforme o entendimento do Ministério do Trabalho e Emprego (2010, p.06), “ocupação é um conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais. O que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (autônomo, por exemplo)”.

Cabe destacar que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2014) define oito categorias de posição na ocupação, sendo estas: a) empregado; b) trabalhador doméstico; c) conta-própria; d) empregador; e) trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar; f) outro trabalhador não remunerado; g) trabalhador na produção para o próprio consumo; e h) trabalhador na construção para o próprio uso. Sobre a categoria emprego, a PNAD classifica os empregados: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; dentre outros.

No que tange ao desemprego, Rosso (2004) afirma que este é um traço da contemporaneidade e tem suas raízes na forma de repartição social dos ganhos obtidos mediante a redução dos tempos de trabalhos. Desde a instauração das políticas de seguro desemprego, no início do século XX nos países avançados, e no final do século XX no Brasil, o desemprego passou a ser um fator controlável, os desempregados sendo amparados pelo Estado a partir de contribuições sociais. Atualmente, temos um problema acentuado, pois, de um lado existe um contingente imenso de desempregados *trabalhando* para conseguir emprego, e de outro, trabalhadores empregados trabalhando muito mais do que antes. Este cenário causa uma grande insegurança na sociedade em relação ao mundo do trabalho. Assim, “o desemprego é seguramente, hoje, o risco social mais grave, o que tem os efeitos desestabilizadores e dessocializantes mais desastrosos para os que sofrem” (CASTEL, 1998, p. 584).

Segundo Corrochano (2011) o desemprego é uma categoria socialmente construída. Desta forma:

O desemprego é a condição à qual estão sujeitos trabalhadores regulares, temporal involuntariamente sem trabalho, sendo passível de análise e mensuração estatística, e incorporado a um estudo jurídico. Sua emergência esta fortemente ligada ao desenvolvimento do regime do assalariado moderno, da imposição de nova forma de relação com o trabalho e de diferentes padrões de vida entre os trabalhadores (DEMAZIÉRE, 1995, apud CORROCHANO, 2012, p. 38-39).

É valido ressaltar que, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - PED/DIEESE (2014), desempregados são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego, desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; e desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Logo, todas essas questões referentes ao trabalho, à ocupação, ao emprego e ao desemprego são fundamentais, pois contribuem para uma melhor compreensão acerca dos seus possíveis significados e implicações na vida laboral dos jovens.

2.2. Políticas de Trabalho e Emprego para a juventude brasileira

Compreender a juventude a partir de sua construção social, cultural e histórica, procurando refletir sobre suas especificidades e aproximações é fundamental quando pensamos a constituição das Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens no Brasil. Portanto, ao reconhecer a importância da relação juventude e trabalho é possível compreender o diálogo entre a juventude e as atuais políticas e ações de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Desta forma, assim como a temática da juventude começa a ganhar projeção e complexidade na agenda pública nacional e internacional, no âmbito da Política Pública de Trabalho isso também ocorre, sobretudo quando o jovem passa a ganhar relevância como público-alvo, pois começa a entrar nas estatísticas de desemprego, ameaçando a *desagregação do tecido social*, revelando o tamanho da pobreza estrutural e passando a figurar no quadro de preocupação de governos e organismos internacionais. No Brasil foi possível observar as diversas transformações no mercado de trabalho, inclusive nas próprias relações de trabalho. Os ajustes ocorreram por meio da terceirização, do crescimento de emprego rotativo e de baixa qualidade, bem como pela intensificação da informalização. Tais ajustes agravaram ainda mais os fatores que já relegavam especificidade e complexidade aos problemas ligados às Políticas Públicas de Trabalho (VELASCO, 2012).

Na primeira década do século XXI importantes alterações foram inseridas nas políticas voltadas para a juventude no Brasil. Em 2003, o governo federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), com o objetivo de contribuir para a geração de mais e melhores empregos para a juventude brasileira. Em 2004 o governo federal cria o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude (DPJ), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com o objetivo de atuar na promoção de oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda para os jovens. Em 2005, foi instituída a Política Nacional da Juventude, por meio da Medida Provisória 238, assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005. No mesmo ato criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), com o objetivo de propiciar aos jovens a conclusão do ensino fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias.

Inicialmente, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2014), os programas de formação e qualificação profissional tinham como público-alvo jovens de 16 a 24 anos. A partir de 2003 pelo menos três grandes programas direcionados para a geração de trabalho e renda foram criados, entre eles: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE; o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; e o Programa Escola de Fábrica. Em 2007, estes programas passaram por um conjunto de mudanças que foram mobilizados por avaliações e resultados pouco significativos que culminaram em várias reformulações, inclusive na faixa etária do público alvo, que passou a ser de 15 a 29 anos. Assim, a busca por uma maior integralização dos programas e projetos direcionados aos jovens orientou a atuação da Secretaria Nacional da Juventude para o lançamento do novo Projovem.

Dentre os programas, ações e iniciativas voltadas para o público juvenil ganham destaque: a) o ProJovem Trabalhador que visa capacitar jovens para o mercado de trabalho em ocupações alternativas geradoras de renda. Tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos que estejam em situação de desemprego, sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo, tenham concluído ou estejam cursando o ensino fundamental ou médio, e não sejam universitários; b) a Lei do Estágio - lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes. A Lei representou uma evolução na política pública de emprego para jovens no Brasil, ao reconhecer o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico; e por fim, c) a Aprendizagem que estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício, e ao mesmo tempo, são matriculados em cursos de aprendizagem. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE, 2014).

Cabe destacar, de acordo com a Política Nacional da Juventude (2006), no âmbito do trabalho, existe a discussão em torno do estímulo à Educação Profissional. Deste modo, é possível identificar estratégias governamentais no sentido de relacionar qualificação profissional e trabalho a partir de duas soluções: a primeira é de estímulo à educação formal profissional e tecnológica, sem restrições de acesso a esta ou aquela camada populacional específica; a segunda tenta proporcionar melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho a jovens oriundos de setores populacionais que possuem condições sócio-econômicas desfavoráveis, e se baseiam em cursos de formação rápida, não formal, vinculados geralmente ao recebimento de uma bolsa/incentivo (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006). No que tange a segunda solução, esta encontra-se com frequência nos planos e programas governamentais, no entanto, sua efetivação é um tanto imprecisa devido suas características focalizadoras. Portanto, apreende-se que o objetivo principal do governo nos anos iniciais do século XXI é incluir os jovens em programas e ações visando qualificá-los para o mercado de trabalho, sem com isso, idealizar o tipo e a qualidade dos cursos que os jovens acessam, bem como as condições dessa inserção laboral.

Quanto ao estímulo à educação profissional, esta ocorre concomitante, subsequente ou integrada ao ensino formal. A partir de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente são 38 institutos federais

presentes em todos estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014). Com isso, fica evidente a preocupação do governo com a educação profissional revelando uma de suas linhas de atuação que visa a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Entretanto, de acordo com o Conselho Nacional de Juventude (2006), os programas vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE ganharam maior evidência, sobretudo a partir de 2003, a exemplo de programas como o ProJovem, o Consórcio Social da Juventude, o Soldado Cidadão, que buscam proporcionar o aumento das habilidades dos jovens, ao mesmo tempo em que se procura estimular o desenvolvimento de atividades comunitárias de interesse coletivo. Nesse sentido, observa-se certa ênfase em uma opção que busca satisfazer as chamadas demandas emergenciais, no sentido de diminuir as debilidades de formação de parte da juventude brasileira.

Atualmente, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2014), as políticas de trabalho direcionadas aos jovens no Brasil são conduzidas a partir de ações voltadas à qualificação profissional e a intermediação de mão de obra, buscando contribuir para o reconhecimento e valorização dos jovens como pessoa, mediante sua autonomia e o exercício de seus direitos e de sua liberdade; enquanto cidadão, consciente de seu protagonismo, efetivando sua participação no aprimoramento da democracia e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais; e enquanto trabalhador, qualificado social e profissionalmente para a inserção cidadã, no mundo social e do trabalho. Além disso, as ações públicas referentes ao trabalho estiveram, e estão, em grande parte, concentradas na elevação da escolaridade.

Entre as iniciativas recentes encontra-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, criado pelo Governo Federal em 2011 no âmbito do Ministério da Educação - MEC. Este tem por objetivo a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. No PRONATEC são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, e em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014).

Também no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego existe o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude, implementado no ano de 2012, que tem como eixo fundamental a aprendizagem profissional. O programa tem por objetivo o ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, além disso, proporciona aos maiores de 14 e menores de 24 anos, e às

pessoas com deficiência (sem limite de idade) a conexão entre a formação profissional e a formalização de contrato de trabalho de natureza especial. A integração da aprendizagem profissional com outras políticas de governo e a integração com os cursos do PRONATEC e do Projovem Trabalhador buscam potencializar os recursos mobilizados nesses programas visando à participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas. Conforme dados da Controladoria-Geral da União (2012):

No ano de 2012 foram beneficiados 207,3 mil jovens, por meio de 185 parcerias assinadas em 2011, sendo 14 com estados e 171 com municípios, utilizando recursos da ordem de R\$ 384,5 milhões. Em agosto de 2012, aproximadamente 37% dos jovens que foram beneficiários do Projovem estavam empregados, conforme mostram os dados do Caged. (...) Em relação ao Projovem Trabalhador, entre 2010 e 2012, manteve-se estável a taxa de inserção dos jovens participantes, permanecendo na faixa dos 30%. Nas ações de qualificação do trabalhador, de 2009 a 2012, nota-se um aumento de 9,8% na participação de não brancos, e de 27,9% entre os com mais baixa escolaridade; entretanto, reduziu-se em 32,34% a participação dos jovens entre 16 e 29 anos, e em 10,1% a das mulheres (p. 508-512).

No que se refere à política pública de qualificação, para o Ministério do Trabalho e Emprego (2014), esta busca promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, portanto, também dos jovens, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.

No entanto, as oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não lhes possibilitando o desenvolvimento profissional, inserção e permanência no mercado de trabalho. Por outro lado, ao conciliar experiência no trabalho com formação técnico e profissional, algumas das ações e programas fazem com que a aprendizagem se apresente como alternativa e oportunidade para os jovens se inserirem de forma mais qualificada no mercado de trabalho. A política de valorização do salário mínimo e os programas de transferência de renda estão entre as iniciativas que atingem os jovens, mesmo que não estejam exclusivamente voltadas para o segmento (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2013).

Existem também ações e iniciativas que apesar de não estarem dirigidas especificamente aos jovens ou formalmente vinculadas ao ProJovem Integrado, têm impacto sobre a inserção juvenil no mundo do trabalho. Cabe destacar as ações que compõem o chamado Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que atendem os trabalhadores em geral, assim como aquelas voltadas para o

fomento da economia solidária. Ainda no âmbito do MTE, as agências públicas de emprego, a exemplo do Sistema Nacional de Emprego (SINE), têm grande importância na articulação entre oferta e demanda de força de trabalho. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), este possui linha de crédito especial, destinada à juventude, denominada Pronaf Jovem (OIT, 2009).

Contudo, para além dessas ações e iniciativas, é essencial o desenvolvimento e a implementação de novos paradigmas sobre o trabalho, que devem ser construídos coletivamente, pois, se trata de uma questão complexa que exige o envolvimento de todos. É nesse sentido que se faz necessária trazer para a discussão o tema Trabalho Decente.

A temática do emprego de jovens foi reconhecida como uma prioridade na Agenda Hemisférica para a Promoção do Trabalho Decente, apresentada pelo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho - OIT na XVI Reunião Regional Americana (2006). Na oportunidade, na Década de Promoção do Trabalho Decente, que esta reunião aprovou, foi definido como objetivo central promover a formação e inserção da juventude no mercado de trabalho. A Agenda Hemisférica cria um marco para uma melhor estruturação da cooperação entre a OIT e seus constituintes nas Américas e reflete um conjunto de prioridades que buscam contribuir para melhorar a qualidade do desenvolvimento da região (OIT, 2009).

De acordo com a Agenda Nacional de Trabalho Decente (2006) a promoção do Trabalho Decente passou a ser considerada uma prioridade política do governo brasileiro, assim como dos demais governos do hemisfério americano. Essa prioridade foi discutida e definida em 11 conferências e reuniões internacionais de grande relevância, realizadas entre setembro de 2003 e novembro de 2005 .

Assim, a promoção do emprego de qualidade para os jovens passa a ser entendida como um dos elementos centrais da estratégia geral de promoção do trabalho decente no Brasil. Ela deve conciliar ações do lado da oferta e da demanda do mercado de trabalho, evitando se apoiar exclusivamente na oferta, em especial na questão da escolaridade e qualificação dos jovens; por outro lado, ela tampouco pode estar baseada apenas na demanda, em especial na visão de que o crescimento econômico sustentado pode resolver todos os problemas de inserção laboral da juventude. Ademais, é fundamental conciliar o crescimento econômico, promotor do trabalho decente, com políticas micro e meso-econômicas, e com políticas sociais e de mercado de trabalho para a geração de emprego de qualidade. Para tanto, é necessário que os objetivos da promoção do Trabalho Decente sejam de fato colocados em prática (OIT, 2009).

No entanto, para Mocelin (2011), na concepção de trabalho decente existe uma ênfase demasiada nas condições contratuais e de trabalho, sem levar em consideração aspectos que são intrínsecos ao emprego e às condições econômicas e técnicas de segmentos produtivos.

Se, por um lado, é fundamental defender que os empregos gerados sejam “decentes”, por outro, deve-se buscar observar a constituição dos mercados de trabalho, para que se possa analisar como têm se estruturado, quais tipos de empregos são criados, como é a distribuição desses tipos; em suma, além de promover o “trabalho decente”, faz-se necessário conhecer a composição dos mercados de trabalho, a fim de compreender, de fato, por que alguns empregos são melhores do que outros. A distribuição de empregos nos mercados de trabalho não pode ser simplesmente reduzida a uma dualidade entre trabalho precário e trabalho decente, entre “maus empregos” e “bons empregos”; é preciso conceber a composição dos mercados de trabalho em termos de diferenciações e desigualdades (MOCELIN, 2011, p. 48).

Apesar das distintas visões, a luta em busca do trabalho digno, decente e com qualidade vem crescendo, sobretudo, entre os jovens. A elaboração da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil representou um passo importante em direção à efetivação do direito ao trabalho. A partir de 2003, a promoção do Trabalho Decente foi assumida como compromisso pelo governo brasileiro e pela Organização Internacional do Trabalho.

A agenda reuniu um conjunto relevante de questões relacionadas à diversidade do trabalho juvenil em nosso país. Estimulou representantes de empregadores, sindicatos, governo e sociedade civil a construírem ações específicas para os jovens em relação ao mundo do trabalho (CORROCHANO, 2011, p. 69).

A iniciativa representou uma mudança no direcionamento das políticas públicas de educação, trabalho e renda voltadas aos jovens. A Agenda¹³ foi uma construção coletiva com propostas que buscavam responder as principais dificuldades e demandas juvenis no mundo do trabalho, e pretendeu ocorrer em dois tempos. “No tempo presente, marcado pela falta de trabalho e pela forte ausência das condições desejadas de trabalho decente; no tempo futuro, ao perseguir as ações necessárias para a construção de trajetórias ocupacionais dignas e decentes” (CORROCHANO, 2011, p. 69).

¹³ A Agenda também trouxe à tona questões geralmente pouco discutidas, mas extremamente relevantes quanto às condições de trabalho dos jovens, estabelecendo-se um conjunto significativo de prioridades, como o desenvolvimento de ações voltadas à promoção de um ambiente de trabalho que possibilite ao jovem um aprendizado contínuo; a avaliação permanente das condições de trabalho em termos de sua remuneração, salubridade, segurança, condições materiais, alimentação e transporte, para a elaboração de políticas voltadas à sua melhoria; o aprofundamento de diagnósticos sobre condições geradoras de acidentes de trabalho e doenças profissionais com a juventude trabalhadora; entre várias outras. Para além do mercado de trabalho formal, as ações de estímulo à economia solidária e ao empreendedorismo também estão contemplados na Agenda. Vale destacar a importância do debate e a proposição de um conjunto de ações em torno das condições específicas da juventude rural e das comunidades tradicionais, bem como de jovens imigrantes, com deficiência, mulheres e negros (CORROCHANO, 2011, p. 69).

Para o Conselho Nacional de Juventude (2006) um dos desafios encontra-se na constituição de uma política estrutural de trabalho voltada para a juventude, logo:

a estratégia a ser priorizada pelos governos deve ser a de ampliar de maneira significativa os estabelecimentos de ensino profissionalizante, implementando metodologias de aprendizagem que garantam conteúdos relativos ao ensino regular e à prática profissional. (...) Trata-se, portanto, de encontrar mecanismos que vinculem de maneira mais efetiva o aumento dos níveis de escolarização, a educação profissional e o acesso ao trabalho. Talvez essa seja uma forma de se pensar na constituição de uma política estrutural de trabalho juvenil, em que se possa aproveitar o que já existe em termos de formação para o trabalho (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006, p. 29).

Desta forma, interessa também para o debate questões pertinentes à política de qualificação profissional. De acordo com Serra (2009) a intervenção do governo na política de qualificação profissional ocorreu efetivamente a partir dos anos 1990, junto a um sistema público de emprego, em um contexto de reorganização do Estado diante da nova etapa do processo de acumulação capitalista. Nesse momento, a qualificação profissional ganha destaque ao se revelar como uma possível estratégia de combate aos impactos das políticas de ajuste estrutural que resultaram em desemprego, pobreza, exclusão e desigualdade social.

A estruturação da política pública na área do trabalho ocorreu por meio de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda criado em 1995, distribuído em três campos: 1) as políticas de caráter compensatório, de apoio ao desempregado, através do abono salarial e seguro-desemprego; 2) as políticas ativas, de qualificação profissional e a intermediação de mão de obra ou colocação profissional, que buscava inserir os desempregados no mercado; e 3) o conjunto de políticas de crédito dirigidas aos diversos setores produtivos capazes de gerar trabalho e renda (SERRA, 2009).

Na área de geração de emprego e renda, pode-se dizer que vários programas ganharam corpo desde 1995.¹⁴ Porém, é ainda questionável a capacidade desses programas de atingir efetivamente um universo significativo de pequenos empreendimentos. Isso leva a outra questão, que é a baixa cobertura dos mesmos ou, em outras palavras, o seu reduzido peso para contrabalançar efeitos negativos de oscilações macroeconômicas sobre o emprego. Na realidade, as flutuações do emprego no Brasil no período 1995-2005 estiveram mais ligadas às políticas macroeconômicas do que aos resultados desses programas. Assim, pode-se perguntar se o seu surgimento vem atendendo ou não a alguma estratégia clara de geração de emprego no país (IPEA, 2006, p. 409).

¹⁴ Principais Programas Federais de Emprego, Trabalho e Renda: 1) Abono salarial, ano: 1989; 2) Intermediação de mão de obra/Sine, ano: 1977; 3) Seguro-desemprego, 1986: trabalhador formal, 1992: pescador artesanal, 2001: trabalhador doméstico, 2003: trabalhador resgatado; 4) Qualificação profissional, ano: 1995; 6) Geração de emprego e renda, ano: 1995; 7) Primeiro emprego para a juventude, ano: 2003; 8) Economia solidária, ano: 2003 (IPEA, 2006).

Neste sentido, Velasco (2012) alerta que, caso decisões corretas não sejam tomadas, o compromisso com o pleno emprego e políticas articuladas às políticas macroeconômicas pode ser substituído por discursos e práticas de abordagem neoclássica, as quais defendem o funcionamento do mercado de trabalho de forma livre, para que se obtenham os melhores resultados em termos de emprego, de forma que sua intervenção seja voltada somente para ações de grupos específicos.

Das ações que emergiram nessa direção pode-se destacar os programas de formação e qualificação profissional que, pretendendo criar alternativas de qualificação e inserção no mercado de trabalho, voltam-se especialmente para jovens pobres. (...) Ao mesmo tempo, esses programas têm pretendido o desenvolvimento de metodologias de gestão e capacitação para jovens, sustentados na ideia de mobilização e fortalecimento de novos atores sociais, buscando (...) o desenho de uma nova institucionalidade no campo do trabalho e da educação profissional (op. cit. p. 252 e 253).

O referido autor também destaca que os programas de formação e qualificação profissional voltados para os jovens são vistos como exemplos de focalização das Políticas Públicas para o Trabalho. Desta forma, um dos entraves ancora-se no pensamento predominante de que estas ações alcançam apenas o nível microeconômico, com forte tendência a se concentrar somente sobre a oferta e demanda de trabalho, confirmando a crença de que o próprio funcionamento do mercado de trabalho é capaz por si só de gerar vagas. No entanto, esta mesma qualificação acaba por ser legitimada, pois se apresenta como um dos requisitos essenciais ao processo reestruturação produtiva, postulada como um elemento fundamental da chamada empregabilidade.

Desse modo, manifesta-se uma tensa e contraditória relação, pois, ao mesmo tempo em que pretende criar condições favoráveis à inserção do jovem no mercado de trabalho, tende à individualização (...). O risco, então, é que os programas, valendo-se, no campo ideológico, de um conteúdo que remete ao indivíduo o êxito / fracasso ocupacional, levado à órbita de seu próprio comportamento, retirem-no, portanto, da ordem e responsabilidade públicas. Por isso, o conteúdo formativo vale-se da difusão de argumentos que ressaltam o papel do próprio jovem tanto de inserção em atividades solidárias como de planejamento e busca do próprio emprego (VELASCO, 2012, p. 254 e 255).

Para Araújo (2011) os programas de formação e qualificação profissional voltados para a juventude possuem uma atuação limitada diante da atual realidade e são incapazes de solucionar questões históricas presentes na estrutura da sociedade capitalista, responsáveis pelo processo de exclusão social de muitos jovens brasileiros. No entanto, as atuais políticas de trabalho direcionadas aos jovens, mesmo sendo limitadas, buscam ser inovadoras, pois acionam “um

conjunto de dispositivos voltados para a mudança das precárias condições de jovens que foram excluídos historicamente do sistema educacional e do mercado de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 228).

Como se observa, a relação jovem e trabalho constitui um grande desafio para o Estado e a sociedade. Embora já seja possível verificar certa evolução das políticas de trabalho e emprego voltadas aos jovens no âmbito do governo federal, sobretudo nos últimos anos, tomado por pano de fundo os problemas relativos à transição escola - trabalho e a questão do desemprego juvenil nas décadas de 1990 e 2000 (GONZALEZ, 2009). Após esse período houve o crescimento do emprego em todo país. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, de 2001 a 2012, foram gerados 20,3 milhões de empregos formais (BRASIL, 2015). De 2002 a 2014, a taxa de desemprego entre os jovens com até 24 anos caiu 11,2 pontos percentuais, de 23,2% para 12% (SILVA E PAPP, 2015).

Apesar dos entraves que dificultam a condução das Políticas de Trabalho e Emprego para os jovens brasileiros, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2014) desde 2005 cerca de 1,9 milhão jovens foram qualificados. Desse total, aproximadamente 1,5 milhão foram inseridos no mercado de trabalho. Através do Projovem Trabalhador, de 2007 para cá, foram qualificados pelo menos 650 mil e inseridos 200 mil. Especificamente pela Aprendizagem, um total de 1,3 milhão de jovens foram alcançados pelo programa, sendo que, de janeiro a maio de 2013, foram mais de 142 mil jovens admitidos em mais de 85 mil ocupações administrativas. Os dados demonstram que apesar da atuação limitada das atuais políticas de trabalho, em virtude do contexto histórico, econômico e social brasileiro, ainda assim é possível verificar mudanças significativas rumo à efetivação do direito ao trabalho para a juventude.

No entanto, não se pode afirmar que a política de trabalho para juventude brasileira encontra-se consolidada, o que existe são diferentes ações e programas executados visando combater o desemprego entre os jovens, seja prolongando sua permanência na escola ou incentivando sua qualificação profissional para posterior ingresso no mercado de trabalho.

O que se pode confirmar é que as ações e iniciativas no âmbito do trabalho podem ser decisivas para a consolidação da Política de Trabalho e Emprego no Brasil. Para tanto, é necessário que o jovem tenha seu direito ao trabalho reconhecido e efetivado. Além disso, urge:

o reconhecimento de que os jovens são atores sociais e portadores de novas identidades coletivas, cabe desenvolver e implementar novos paradigmas sobre o trabalho de jovens: não se trata mais de trabalho como atenuante da pobreza ou alternativa à marginalidade e à exclusão. Trata-se do trabalho como direito e um componente essencial da formação do jovem, como indivíduo e cidadão (LEITE, 2003, p. 157 apud CORROCHANO, 2011, p. 61).

Do exposto, se compreende que a efetivação dessas ações depende, principalmente, do envolvimento e do compromisso de diferentes atores, bem como a ampliação do diálogo com diferentes níveis de governo, entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários, universidades, e especialmente com diferentes organizações juvenis e com o conjunto da juventude brasileira (CORROCHANO, 2011). Ou seja, é fundamental que as ações no âmbito do trabalho sejam construídas coletivamente. No entanto, também é preciso ir além e compreender a “lógica de organização do capitalismo na contemporaneidade. Esse pressuposto exige situar os termos em que tais políticas operam quando estão em jogo novas formas de produção e reprodução da força de trabalho” (SILVA, 2012, p. 74).

Diante deste cenário, observou-se que o Projovem Trabalhador, ao integrar a Política Nacional de Juventude e fazer parte da política na área do trabalho e emprego, pode ser considerado uma das alternativas de capacitação dos jovens para o mundo do trabalho. Nesse sentido, objetivando analisar a implementação do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus tomando como referência as Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens, o tópico a seguir buscará caracterizar este Programa a fim de compreender as ações que foram desenvolvidas em Manaus.

2.3. Caracterização do Projovem Trabalhador

Entre as Políticas públicas de trabalho e emprego que visam preparar jovens para o mundo do trabalho destaca-se o Programa Projovem Trabalhador. O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/MTE, é responsável pela coordenação e execução deste programa que é composto por quatro submodalidades, a saber: Juventude Cidadã, Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Escola de Fábrica. Atualmente está vigente somente a ação Juventude Cidadã, com a contemplação de 213 Entes Parceiros, distribuídos entre Prefeituras Municipais e Governos Estaduais (OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO DO MERCOSUL, 2012). No entanto, ressalta-se que no Estado do Amazonas somente a submodalidade Juventude Cidadã foi implementada.

Cabe incorporar à discussão uma breve trajetória deste Programa, principalmente enquanto Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã. A implantação do Projovem Trabalhador ocorreu por meio de submodalidades, sendo que estas foram constituídas a partir da

integração de programas que já existiam antes da mudança proposta em 2007 pelo Governo Federal. Desta forma, o Programa foi subdividido em quatro submodalidades, a saber: I. Consórcio Social da Juventude, com a participação indireta da União, mediante convênio com entidades privadas sem fins lucrativos; II. Juventude Cidadã, que envolve a participação direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; III. Escola de Fábrica, que migrou do Ministério da Educação - MEC para o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, caracterizado pela integração entre as ações de qualificação social e profissional com o setor produtivo; e IV. Empreendedorismo Juvenil, que incentiva atividades empreendedoras como formas alternativas de inserção dos jovens no mundo do trabalho (SILVA E ANDRADE, 2009).

De acordo com a OIT (2009), o objetivo principal dos Consórcios Sociais da Juventude - CSJ era realizar a qualificação profissional e social dos jovens, buscando sua inserção no mercado de trabalho. Nesse modelo de gestão, os Consórcios são geridos pela sociedade civil, podendo o setor privado, governos e organismos de financiamento e de cooperação participar como parceiros. O público-alvo dos CSJ eram os jovens com idade entre 16 e 24 anos de idade que, em virtude de suas condições socioeconômicas, tinham dificuldades de acesso ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), priorizando jovens quilombolas, afro-descendentes, indígenas, em conflito com a lei ou cumprindo medidas socioeducativas, jovens com deficiência e jovens trabalhadores rurais. Além disso, era obrigatório que estivessem matriculados ou frequentando regularmente estabelecimento de ensino e que fossem membros de famílias com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo.

A partir de 2008, com a incorporação dos consórcios ao ProJovem Trabalhador, o tempo dedicado à qualificação profissional foi reduzido de 400 para 350 horas, ficando com uma carga semelhante à do Juventude Cidadã. Esta, por sua vez, tem um desenho em vários aspectos bastante similar ao dos Consórcios: combina qualificação profissional e social com trabalho comunitário (os jovens recebem auxílio financeiro pela prestação de trabalho comunitário), e metas de inserção no mercado de trabalho. Contudo, há diferenças importantes entre os CSJ e o Juventude Cidadã: enquanto no primeiro, a execução ocorre por meio de uma rede de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, no caso do segundo, o convênio é realizado pelo Governo Federal com os governos municipais ou estaduais (OIT, 2009).

O Programa Projovem Trabalhador integra o Programa Nacional de qualificação social e profissional que visa capacitar jovens para o mundo do trabalho, sendo gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Cabe destacar que o foco deste estudo é o Programa Projovem Trabalhador em sua submodalidade Juventude Cidadã.

Desta forma, visando caracterizar o Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã utilizou-se as seguintes fontes documentais: I - Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; II - Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008, que regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; III - Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, e suas alterações, que dispõe sobre o Termo de Referência e estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, relativos ao Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã; e IV - Manual de Execução do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, produzido pelo MTE em 2011, que apresenta as normas e procedimentos operacionais para a execução das ações previstas no Plano de Implementação.

De acordo com o Manual de Execução do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã (2011), o programa apresenta três metas, conforme o quadro a seguir:

METAS PROJOVEM TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ		
Meta	Etapa/ Fase	Especificação
1	I	Estruturação: compreende a adequação de espaço, realização de processo licitatório para contratação dos prestadores de serviço para desenvolvimento da qualificação e outros serviços, e implementação de ações de gestão e apoio. Compreende também a divulgação do projeto na área de abrangência, seleção da equipe técnica e seleção das entidades executoras.
2	I	Qualificação Social e Profissional: envolve Qualificação Social; Qualificação Profissional; Temas Transversais; Material Pedagógico; Kit Estudantil; Camiseta; Frequência; Lanche; Transporte; Estrutura da Sala de Aula e Adjacências; Monitoramento e Avaliação das Ações; e Emissão de Certificado.
	II	Pagamento do Auxílio Financeiro: refere-se ao auxílio financeiro destinado ao jovem participante do projeto, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), distribuídos em 6 (seis) parcelas de R\$ 100,00 (cem reais).
3	I	Inserção dos jovens no mundo do trabalho: compreende Inserção via Emprego Formal; Inserção via Estágio ou Jovem Aprendiz; Inserção via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR); e o Desenvolvimento das Ações de Inserção.

Quadro 04: Metas Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã.

Fonte: Elaborado pela autora baseado na Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008.

2.3.1 O público alvo

O Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos que estejam em situação de desemprego, sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo e que: I - estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental; ou II - estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior (BRASIL, 2008).

Em 2011, com a alteração da Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, tornou-se obrigatória a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, para jovens portadores de deficiências não impeditivas ao exercício de atividade laboral, cumpridos os requisitos legalmente estabelecidos para o Programa e disposições da norma regulamentadora da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.

2.3.2 Os objetivos

O Programa Projovem Trabalhador tem por objetivo geral promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio-profissional com vistas à inserção na atividade produtiva. Tem por objetivos específicos: promover ações que contribuam para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos da cidadania e com a redução das desigualdades; e preparar e inserir os jovens no mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas legais geradoras de renda (BRASIL, 2008).

2.3.3 Os Executores do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã

São executores do Projovem Trabalhador: 1) o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/MTE na condição de gestora do Projovem Trabalhador e executora de suas transferências financeiras; e 2) os Estados, os Municípios com população a partir de vinte mil habitantes e o Distrito Federal na condição de Entes Parceiros.¹⁵ As ações constantes do Plano de Implementação devem ser executadas diretamente pelos Estados e Municípios e/ou por pessoas jurídicas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, por eles contratadas (BRASIL, 2008). O quadro a seguir apresenta as principais obrigações destes executores:

¹⁵ Para facilitar o entendimento acerca dos sujeitos da pesquisa serão utilizados os seguintes termos para Ente Parceiro e Entidade Executora, respectivamente: 1) representantes do Estado e do Município do Projovem Trabalhador; e 2) representantes das instituições executoras do Projovem Trabalhador.

OBRIGAÇÕES DOS EXECUTORES DO PROJovem TRABALHADOR		
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	Ente Parceiro	
	Ente Parceiro	Entidade Executora
Cadastrar o Ente Parceiro; Fornecer senha de acesso ao SINPROJOVEM - Sistema Informatizado Projovem Trabalhador (ferramenta operacional disponibilizada pelo MTE para cadastrar, monitorar, controlar e efetuar o pagamento da bolsa auxílio ao jovem beneficiário); Liberar o auxílio financeiro dos jovens que concluíram 75% de frequência no período.	Garantir que Entidade Executora esteja devidamente cadastrada; Garantir que os jovens estejam devidamente cadastrados; Proporcionar suporte e monitoramento para as Entidades Executoras; Fornecer CPF e nome completo do operador do sistema SinProjovem para o Departamento disponibilizar a senha de acesso.	Cadastrar os jovens que participarão das qualificações de acordo com os dados fornecidos na Ficha Cadastral do Jovem; Cadastrar o número da agência bancária; Cadastrar e vincular as turmas aos cursos; Encaminhar os jovens para as qualificações; Alimentar o SinProjovem com os dados gerais da qualificação cotidianamente; Informar a evasão do Jovem no sistema.

Quadro 05: Obrigações dos executores do Projovem Trabalhador.

Fonte: Elaborado pela autora baseado no Manual de Implementação do Projovem Trabalhador, 2011.

2.3.4 A carga horária

O Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã possui carga horária de 350 horas/aula, sendo 100 horas/aula de Qualificação Social e 250 horas/aula de Qualificação Profissional. A carga horária é distribuída em 24 (vinte e quatro) semanas, sendo 15 (quinze) horas/aula por semana, distribuídas em pelo menos 04 (quatro) dias.

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
QUALIFICAÇÃO SOCIAL	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL
100 horas/aula em 07 semanas	250 horas/aula em 17 semanas	350 horas/aula em 24 semanas
15 horas/aula por semana		

Quadro 06: Distribuição da carga horária.

Fonte: Manual de Implementação do Juventude Cidadã - Projovem Trabalhador, 2011.

Em relação ao cumprimento de metas, no que se refere à qualificação, devem ser inseridos no mundo do trabalho, os jovens que tenham passado por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das 350 horas de qualificação total previstas. No que tange à substituição do

jovem matriculado, a instituição executora poderá fazer a substituição do jovem evadido até o limite de 25% da carga horária realizada (BRASIL, 2008).

2.3.5 Qualificação Social e Profissional

Como elemento orientador e facilitador do processo de qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, o Projovem Trabalhador utiliza a metodologia dos arcos ocupacionais. Estes abrangem as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio e prestação de serviço), garantindo assim um maior campo de atuação, visando aumentar as possibilidades de inserção ocupacional dos jovens.

Durante a execução das ações de qualificação social e profissional são abordados temas transversais, tais como: estímulo e apoio à elevação da escolaridade, economia solidária, equidade de gênero, gestão pública, terceiro setor, português, matemática e língua estrangeira. No que tange ao Material Pedagógico, o MTE disponibiliza a matriz do material pedagógico que deve ser aplicada pelos Entes Parceiros que aderirem ao Projovem Trabalhador. Além disso, os materiais da Qualificação Social e da Qualificação Profissional não podem sofrer reduções, mas somente acréscimos (BRASIL, 2008).

2.3.6 O Conteúdo Programático

Os cursos da Qualificação Social do Projovem Trabalhador possuem o seguinte conteúdo:

QUALIFICAÇÃO SOCIAL	
Conteúdo Programático	Carga Horária
Inclusão digital em laboratório com acesso à internet.	40 horas/aula.
Valores humanos, ética e cidadania.	10 horas/aula.
Educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida.	10 horas/aula.
Noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho.	20 horas/aula.
Empreendedorismo.	20 horas/aula.

Quadro 07: Distribuição do conteúdo programático e da carga horária.

Fonte: Elaborado pela autora baseado na Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008.

No que se refere às ações de Qualificação Profissional, cada Arco Ocupacional deve ser composto por ocupações que possibilitem maiores oportunidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho. Além disso, a oferta dos cursos deve estar em consonância com a demanda

local, parte integrante do Plano de Implementação¹⁶ do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã.

As aulas práticas devem ter no mínimo 80 horas/aula e serem desenvolvidas em condições laboratoriais, ou seja, as pessoas jurídicas públicas ou privadas contratadas para prestarem os serviços de qualificação profissional podem utilizar tanto instalações próprias com reprodução das condições reais, de acordo com o curso, bem como fazer parcerias com outras pessoas jurídicas, desde que, quando da execução das aulas, o parceiro não utilize os jovens para o funcionamento regular de suas atividades (BRASIL, 2008).

O conteúdo da oferta dos cursos de qualificação profissional é elaborado com base nos arcos ocupacionais, conforme quadro abaixo:

ARCOS OCUPACIONAIS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		
Administração	Educação	Serviços Domiciliares I
Agro Extrativista	Esporte e Lazer	Serviços Domiciliares II
Alimentação	Gráfica	Serviços Pessoais (Beleza Estética)
Arte e Cultura I	Joalheria	Telemática
Arte e Cultura II	Madeira e Móveis	Transporte
Comunicação e Marketing Social	Metalmecânica	Turismo e Hospitalidade
Construção e Reparos I (Revestimentos)	Pesca / Piscicultura	Vestuário
Construção e Reparos II (Instalações)	Saúde	Outros.

Quadro 08: Arcos ocupacionais da Qualificação Profissional.

Fonte: Elaborado pela autora baseado na Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008.

2.3.7 O Pagamento do auxílio financeiro

O jovem participante do Projovem Trabalhador recebe auxílio financeiro, através do Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), distribuídos em 6 (seis) parcelas de R\$ 100,00 (cem reais), mediante comprovação da frequência de, no mínimo, 75% no período correspondente.

¹⁶ Plano de Implementação consiste no instrumento de materialização do planejamento e programação das ações do Programa que devem ser executadas no âmbito da respectiva unidade federativa ou município. Este deve ser elaborado pelo Ente Parceiro que tenha aderido ao Projovem Trabalhador e analisado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Seu prazo de execução é de até doze meses, sendo suas atividades assim previstas: até quatro meses de estruturação do projeto; seis meses de qualificação dos jovens e pagamento do auxílio financeiro; e, no máximo, dois meses de inserção de jovens no mundo do trabalho, contado a partir do término da qualificação profissional (BRASIL, 2008).

2.3.8 A inserção do jovem no mundo do trabalho

Quanto à inserção no mundo do trabalho¹⁷ existe a meta mínima obrigatória de 30% de inserção de jovens qualificados no mundo do trabalho. Além disso, é permitido que, no máximo, 5% dos jovens sejam inseridos utilizando-se as Formas Alternativas Geradoras de Renda, à exceção dos municípios com menos de 50.000 habitantes localizados nas Regiões pertencentes à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), onde o percentual é de 15%. Para fins de comprovação desta inserção, o MTE aceita somente modalidades¹⁸ específicas de inserção, mediante documentos comprobatórios.

INSERÇÃO DOS JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO	
Modalidades	Documentos comprobatórios
I - Inserção via Emprego Formal	São aceitos como comprovantes cópias legíveis das páginas das carteiras de trabalho dos jovens, onde constam os dados (nome, CPF, Carteira de Identidade) e o registro pela empresa contratante. São aceitos, também, comprovantes originários dos sistemas informatizados disponibilizados pelo MTE;
II - Inserção via Estágio ou Jovem Aprendiz	É aceito como comprovante cópia legível do contrato celebrado com a empresa ou órgão onde o jovem for inserido;
III - Inserção via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR)	São aceitos os seguintes comprovantes: a) registro e abertura de microempresa pelo jovem ou participação como sócio ou cotista: comprovante de registro ou protocolo e ou licença municipal ou estadual de funcionamento; b) registro como profissional autônomo; c) financiamento para implantação de empreendimento próprio: comprovante do empréstimo, parecer favorável ou financiamento e/ou carta de aprovação do projeto; d) aquisição de espaço físico para funcionamento do negócio: contrato de comodato do imóvel, contrato de aluguel do imóvel e/ou termo de parceria para concessão de espaço físico com comprovação da titularidade do imóvel; e) prestação de serviço a terceiros, mediante contrato de prestação de serviços; f) participação em associação ou cooperativa em funcionamento: contratos sociais, estatutos, ata de diretoria e/ou lista de associados; e g) aquisição, pelo jovem, de equipamentos e insumos produtivos condizentes com o arco cursado: nota fiscal de compra e/ou termo de doação com especificação.

Quadro 09: Modalidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora baseado na Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008.

¹⁷ O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE opta pelo termo mundo do trabalho ao invés de mercado de trabalho, pois no Projovem Trabalhador a inserção do jovem não ocorre apenas via emprego formal.

¹⁸ O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE não estabelece o significado das modalidades de inserção, apenas seus documentos comprobatórios.

O não cumprimento da meta mínima de inserção de 30% dos jovens no mundo do trabalho obriga o Ente Parceiro (Estado ou o Município) a restituir cinquenta por cento do valor gasto na qualificação social e profissional por jovem não inserido no mundo do trabalho. Cabe destacar que durante o desenvolvimento do Programa, o Ente Parceiro pode promover ações e eventos junto ao empresariado local, em parceria com as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, a fim de divulgar as ações do Projovem Trabalhador (MTE, 2011).

Quanto aos jovens egressos que não forem inseridos no mundo do trabalho durante a participação no Programa, serão inscritos junto ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Esses jovens serão denominados de *Egressos do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã*, para efeitos de monitoramento, acompanhamento e avaliação da inserção posterior no mundo do trabalho. Sendo obrigação do Ente Parceiro (Estado ou o Município) providenciar a inscrição desses jovens egressos junto às unidades de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (BRASIL, 2008). Ressalta-se que esta obrigatoriedade ocorreu somente em 2013, com a alteração da Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008.

2.3.9 Monitoramento e Avaliação das Ações

De acordo com o MTE (2011), o monitoramento e avaliação das ações do Projovem Trabalhador devem ser realizados pelo Ente Parceiro (Estado ou o Município) junto às Instituições Executoras. O Ente Parceiro é o responsável por acompanhar e avaliar continuamente o cumprimento das ações previstas no Plano de Implementação. Esse acompanhamento deve ocorrer por meio de relatórios de monitoramento, além disso, é responsável por encaminhar ao MTE os relatórios de supervisão (MTE, 2011).

Segundo a Portaria 991/2008, o Ente Parceiro (Estado ou o Município) é obrigado a receber e alimentar no SINPROJOVEM do MTE cadastro geral e pormenorizado (detalhado) efetuado pelas Entidades Executoras. Neste devem constar dados referentes ao corpo docente, aos coordenadores da entidade, estrutura física e especificação do objeto do estatuto. O preenchimento do cadastro, de forma adequada, é condicionante para o início da execução do projeto. O Ente Parceiro (Estado ou o Município) deve se assegurar que a Entidade Executora está cumprindo estas determinações, ficando a Entidade Executora responsável pela veracidade das informações prestadas.

As Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE, como órgãos do MTE, são responsáveis por realizar o monitoramento. Para tanto, o Ente Parceiro (Estado ou o

Município) deve providenciar condições adequadas, apoiando e facilitando, junto às Entidades Executoras, quaisquer visitas técnicas dos executores do MTE, incluindo das SRTE de cada Estado, independentemente de prévio aviso. Quanto à prestação de contas, cabe ao Ente Parceiro proceder à prestação de contas parcial e final junto ao MTE. O prazo máximo para a prestação de contas final é de 60 dias após o término da vigência do Termo de Implementação. A prestação de contas final e parcial, física e financeira são analisadas pela Coordenação-Geral de Contratos e Convênios do MTE - CGCC (BRASIL, 2008).

2.4. O Projovem Trabalhador no Estado do Amazonas

Inicialmente se faz necessário compreender a trajetória do Projovem Trabalhador no Amazonas, para tanto, realizou-se uma pesquisa que buscou resgatar os caminhos percorridos pelo Programa no Estado.

O Projovem Trabalhador no Amazonas é uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e Estados/Municípios, que por intermédio de empresas contratadas executam as ações do Programa. Conforme Lanes (2013, p. 98) “são três atores diferentes e diretamente envolvidos, porém, nem sempre com objetivos comuns. Conciliar esses interesses e perspectivas diferentes é o grande desafio”. Desta forma, entende-se que estes atores, Ministério do Trabalho, Ente Parceiro (Estados/Municípios) e Instituição Executora (empresas contratadas) precisam ter um bom diálogo e um planejamento estratégico que permita a implementação das ações conforme preconiza as diretrizes do Programa. Para tanto, é essencial que estes tenham seus objetivos sempre alinhados com os interesses do público alvo.

Entre os anos de 2009 a 2013 foram realizadas três parcerias para a implementação do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã no Amazonas. A primeira ocorreu em 2009 através de um acordo entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, e o Governo do Estado de Amazonas, por meio da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2008). A parceria teve por objetivo qualificar cinco mil (5000) jovens nos municípios de Manaus, Manacapuru, Novo Airão, Parintins, Barcelos, Iranduba, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, sendo o Instituto Catarinense de Crédito e Gestão de Recursos - ICG-SC responsável pela execução do Programa no Estado.

Em 2010 ocorreu a segunda parceria para a implementação do Projovem Trabalhador e desta vez o acordo foi firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Prefeitura

Municipal de Manaus, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2009). Com o objetivo qualificar mil (1000) jovens no município de Manaus, a SEMTRAD firmou parceria com a Fundação Nilton Lins - FNL para executar as ações do Programa.

No fim de 2011 o acordo para a implementação do Projovem Trabalhador foi firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Secretaria de Estado do Trabalho do Amazonas - SETRAB. O plano de implementação deveria ter vigência a partir da data de sua aprovação e encerrar no dia 28/12/2012 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2012). No entanto, o prazo para a execução do plano de implementação foi prorrogado para o dia 31 de dezembro de 2013, sendo executado somente no referido ano (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013). Desta forma, a SETRAB firmou parceria com o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM e a instituição ficou responsável pela execução do programa, atendendo quinhentos e noventa e sete (597) jovens.

A seguir apresenta-se a Matriz do Programa Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã no Estado do Amazonas, no período compreendido entre 2009 e 2013, construído a partir da pesquisa de campo exploratória realizada nos espaços institucionais de coordenação e execução das atividades do programa.

MATRIZ DO PROJovem TRABALHADOR - JUVENTUDE CIDADÃ NO AMAZONAS 2009 A 2013							
Ano	Parceria (Estados e Municípios)	Instituição Executora	Jovens beneficiados (meta)	Jovens Qualificados	Estado/Municípios	Cursos ofertados	Jovens inseridos no mundo do trabalho
2009	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o Governo do Estado de Amazonas por meio da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR.	Instituto Catarinense de Crédito e Gestão de Recursos - ICG-SC.	5000 Jovens.	4998 Jovens.	Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Parintins, Barcelos.	Turismo e Hospitalidade, Construção e Reparos II (Instalações), Arte e Cultura I, Esporte e Lazer, Alimentação, e Transporte.	30%
2010	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Prefeitura Municipal de Manaus-AM, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD.	Fundação Nilton Lins - FNL.	1000 Jovens.	1000 Jovens.	Manaus/AM.	Alimentação, Arte e Cultura, Construção e Reparos (Revestimentos e Instalações), Esporte e Lazer, Metalmeccânica, Serviços Pessoais (Beleza e Estética), Telemática, Transporte, Turismo e Hospitalidade, e Vestuário.	30%
2013	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o Governo do Estado de Amazonas por meio da Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB.	Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM.	597 Jovens.	Em andamento.	Manaus/AM.	Turismo e Hospitalidade, Serviços Pessoais (Beleza e Estética), Telemática (Informática), Alimentação, e Refrigeração.	Em andamento.

Quadro 10: Matriz do Projovem Trabalhador no Amazonas 2009 a 2013.

Fonte: Relatório de atividades da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR (2009); Relatório Anual da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD (2010) e Instituto Euvaldo Lodi - Regulamento do Projovem Trabalhador (2013).

2.4.1 Parceria Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR e Instituto Catarinense de Crédito e Gestão de Recursos - ICG-SC

Segundo o Relatório de atividades da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR (2009) as áreas de capacitação escolhidas pela empresa foram: Turismo e hospitalidade; Alimentação; Transporte; Esporte e lazer; Construção e reparos II, e Arte e cultura I.

O Projovem Trabalhador apresentou ocupações como: Alimentação: a) Chapista; b) Cozinheira Auxiliar; c) Repositor de Mercadoria; d) Vendedor Ambulante (Alimentação). Arte e cultura I: a) Auxiliar de Produção Cultural; b) Auxiliar de Cenotecnia; c) Auxiliar de Figurino; d) DJ/MC. Construção e Reparos II (instalações): a) Eletricista de Instalações (Edifícios); b) Trabalhador de Manutenção de Edificações; c) Instalador - Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações; d) Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança. Esporte e Lazer: a) Recreador; b) Agente Comunitário de Esporte e Lazer; c) Monitor de Esporte e Lazer; d) Animador de Eventos. Transporte: a) Cobrador de Transportes Coletivos; b) Despachantes de Trafego; c) Assistente Administrativo; d) Ajudante Geral em Transportes. Turismo e hospitalidade: a) Organizador de Eventos; b) Cumim (Auxiliar de Garçom); c) Recepcionista de Hotéis; d) Guia de Turismo Local.

A seguir apresenta-se os Arcos Ocupacionais do Projovem distribuídos por Municípios:

MUNICÍPIO/ ARCO	Turismo e Hospitalidade	Construção e Reparos II (Instalações)	Arte e Cultura I	Esporte e Lazer	Alimentação	Transporte	Total de alunos
Manaus	926	412	-	70	120	850	2378
Irlanduba	214	106	-	-	-	-	320
Manacapuru	476	-	-	117	-	39	632
Novo Airão	153	-	-	38	-	54	245
Rio Preto da Eva	210	-	-	-	-	-	210
Presidente Figueiredo	175	-	35	-	-	-	210
Parintins	457	-	118	198	81	-	854
Barcelos	83	-	-	39	29	-	151
TOTAIS	2694	518	153	462	230	943	5000

Quadro 11: Arcos Ocupacionais por Municípios.

Fonte: Relatório de atividades da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR (2009).

Observa-se que Manaus, Manacapuru e Parintins foram os municípios em que houve a maior concentração dos cursos de Turismo e Hospitalidade. Sendo Manaus destaque por ser considerada como um dos maiores destino de turistas da Amazônia; Parintins em virtude da festa folclórica dos bois-bumbás; e Manacapuru devido ao festival de Cirandas do município.

Cade ressaltar que, o Programa, além de qualificar profissionais que possam efetivamente atuar em diversos setores da atividade turística, também buscou contribuir para o incremento da economia local, pois cada aluno recebeu bolsa auxílio mensal de R\$ 100,00.

De acordo com o Relatório de atividades da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR (2009), o Instituto Catarinense de Crédito e Gestão de Recursos para atender à Portaria que deu origem ao ProJovem Trabalhador Juventude cidadã, buscou diversas formas para inserir os alunos no mercado de trabalho. Após pesquisas realizadas e reuniões com diferentes diretores de empresas de RH foram definidas as maneiras para se cumprirem as metas pré-estabelecidas. O total de alunos inseridos em diferentes formas de geração de emprego e renda para o Estado do Amazonas foi de 1.500 (um mil quinhentos) alunos. As estratégias utilizadas e as formas de inserção foram: Emprego Formal; Formar Alternativas Geradoras de Renda; e Criação de Cooperativas.

Apesar dessas informações não é possível identificar no Relatório de atividades da Amazonastur os espaços ocupacionais que os jovens foram inseridos e nem a qualidade e o desenvolvimento das aulas de formação profissional que os alunos frequentaram. Fato este que inviabiliza uma avaliação mais efetiva do Programa. Outro ponto que merece atenção foi a escolha da Instituição Executora, pois esta é do Estado de Santa Catarina, e a mesma não possui sede fixa em Manaus, o que impossibilita o acesso ágil e com maior transparência às informações referentes ao desenvolvimento das atividades do Projovem Trabalhador no Amazonas.

2.4.2 Parceria Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD e Fundação Nilton Lins - FNL

A Fundação Nilton Lins realizou a Fase da Qualificação Social do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, no período de 24/06 a 05/08/2010. Essa fase compreendeu 100 (cem) horas/aula, realizadas nas 7 (sete) semanas iniciais da execução do Programa, com 15 horas semanais cada. As primeiras 60hs foram destinadas à formação para a cidadania dos jovens, através de aulas ministradas por professores especialistas, mestres e doutores nas áreas dos temas

abordados na qualificação social e contou com a participação de pedagogas ligadas à Fundação Nilton Lins. Os conteúdos específicos para Inclusão Digital, com carga horária de 40 horas, foram ministrados por instrutores do Departamento de Tecnologia da Fundação Nilton Lins, no período de 21/07 a 05/08/2010 (SEMTRAD, 2010).

Segundo o Relatório Anual da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD (2010) a Fase de Qualificação Profissional abrangeu a realização dos 11 (onze) cursos, com carga horária de 250 horas/aula cada um, divididas em diferentes arcos ocupacionais. Os conteúdos específicos da fase inicial de Qualificação Profissional, contemplando 125 das 250 horas previstas para essa fase, foram ministrados por professores com vivência prática nas áreas dos diferentes cursos contemplados pelo Programa. O quadro a seguir apresenta um resumo das atividades de qualificação profissional realizadas nas 125h iniciais ministradas em cada um dos arcos ocupacionais:

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL			
Arcos ocupacionais	Módulos Ministrados	Carga Horária	Período
Administração	Arquivista/ Arquivador	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Auxiliar de escritório/ administrativo	65	
Alimentação	Chapista	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Vendedor ambulante	65	
Arte e Cultura	Assistente de Produção	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Auxiliar de Cenotecnia	65	
Construção e Reparos	Trabalhador de manutenção	70	10/08/2010 a 05/10/2010
	Pintor	55	
Esporte e Lazer	Recreador	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Monitor de Esportes e Lazer	65	
Metal e Mecânica	Assistente de Vendas	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Serralheiro	65	
Serviços Pessoais	Maquiador	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Manicure/Pedicure/Depilador	65	
Telemática	Operador de Microcomputador	80	10/08/2010 a 05/10/2010
	Helpdesk (Assistência)	45	
Transportes	Cobrador	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Despachante de transportes coletivos	65	
Turismo e Hospitalidade	Organizador de eventos	70	10/08/2010 a 05/10/2010
	Guia Turístico	75	
Vestuário	Vendedor de comércio varejista	60	10/08/2010 a 05/10/2010
	Costureiro	65	

Quadro 12: Fase Qualificação Profissional.

Fonte: Relatório Anual da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD (2010).

A partir das informações encontradas no Relatório Anual da SEMTRAD é possível identificar uma preocupação quanto ao prazo de execução das atividades ofertadas pelo

Projovem Trabalhador, tanto em relação a qualificação social como a qualificação profissional. No entanto constatou-se, também, dificuldades no que tange ao acesso às informações da Instituição Executora, pois atualmente a Fundação Nilton Lins encontra-se com suas atividades suspensas. Além disso, destaca-se que tanto a parceria formada em 2009 como em 2010, de acordo com seus respectivos relatórios, finalizaram suas atividades inserindo 30% dos alunos no mercado do trabalho, ou seja, apenas o mínimo que é estabelecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

2.4.3 Parceria Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB e Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM

A parceria entre a Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Amazonas) teve início em 2013 e ofertou 597 vagas para os cursos de qualificação profissional nas áreas de Alimentação; Beleza e Estética; Turismo e Hospitalidade; Refrigeração e Informática, com carga horária de 250 horas, além dos cursos de qualificação social, com carga horária de 100 horas, que passam pelas áreas de inclusão digital, valores humanos, ética e cidadania, educação ambiental, higiene pessoal e promoção da qualidade de vida, noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas e prevenção de acidentes de trabalho, e estímulo e apoio à elevação da escolaridade. O IEL/AM utilizou metodologias voltadas a questões práticas e teóricas associadas ao mundo do trabalho buscando proporcionar uma formação de qualidade aos jovens (SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS, 2013).

As vagas ofertadas foram distribuídas nos cursos conforme a demanda local do mercado de trabalho. A quantidade de professores foi definida a partir da necessidade de cada curso, sendo estes divididos entre os turnos da manhã, da tarde e da noite (INSTITUTO EUVALDO LODI, 2013). O quadro a seguir apresenta os arcos ocupacionais (cursos), a quantidade de vagas ofertadas e a quantidade de professores por curso:

Arco Ocupacional	Vagas ofertadas (%)		Quantidade de Professores
Alimentação	80	13,4 %	01
Beleza e Estética	126	21,2 %	01
Turismo e Hospitalidade	171	28,6 %	01
Refrigeração	20	3,3 %	01
Informática	200	33,5 %	03
Total:	597	100%	07

Quadro 13: Arco Ocupacional e quantidade de vagas e professores por curso.
Fonte: Instituto Euvaldo Lodi, 2013.

Como se observa os cursos de Informática, Turismo e Hospitalidade e Beleza e Estética apresentam o maior percentual do número de vagas ofertadas. Segundo setor de atividade econômica, esses cursos fazem parte do Setor de Serviços. De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2012) em 2010 o setor de Serviços foi o maior empregador na capital do Amazonas, responsável por 29,5% dos postos de trabalho, seguido pela Indústria de transformação, com 23,1% e o Comércio, com 14,8% dos postos. No caso dos postos de trabalho ocupados por jovens de 16 a 29 anos, os maiores empregadores são o setor de Serviços e da Indústria de Transformação.

Diante desses dados depreende-se que o Programa buscou alinhar-se com a Portaria nº 991 de 2008 do Projovem Trabalhador quando preconiza que a oferta dos cursos deve estar em consonância com a demanda local, garantindo aos jovens um maior campo de atuação e maiores possibilidades de inserção ocupacional. Além disso, também chama atenção a quantidade de professores comparada a quantidade de alunos, por mais que os alunos fossem divididos em turmas (manhã, tarde e noite) ainda assim é possível identificar a sobrecarga dos professores.

Segundo o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (2014) os 597 inscritos no Projovem Trabalhador participaram da aula inaugural do projeto que ocorreu no dia 22 de outubro de 2013, no Auditório Gilberto Mendes de Azevedo, na sede do Sistema FIEAM, com a presença da secretária Estadual do Trabalho (SETRAB), Francinete Lima, do coordenador do Sistema Nacional de Emprego no Amazonas (SINE/AM), Arilson de Carvalho Vieira, a superintendente regional do IEL/AM, Kátia Meirielle, e da presidente da Federação das Associações de Microempresas do Amazonas (FEMICRO), Rai Lima. As aulas tiveram início no dia 28 de outubro de 2013 nas dependências do IEL, na Avenida Joaquim Nabuco, Centro, e no SENAI/AM (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), localizado na Avenida Rodrigo Otávio, Distrito Industrial. No SENAI/AM foi ministrado o curso de Refrigeração e os demais foram ministrados no IEL/AM.

Nas cinco áreas estratégicas de formação do Projovem Trabalhador no ano de 2013, as experiências técnicas previstas ocorreram mediante visitas e participações em dinâmicas de grupo com casos reais para que os jovens vivenciem a realidade sobre o mundo do trabalho. Para tanto, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/AM) fechou parceria com empresas de pelo menos quatro segmentos para qualificar os jovens inscritos no Programa e realizar as 100 horas/aula, sendo que após o tempo estimado para formação, o aluno que se destacasse teria a possibilidade de ter seu emprego garantido. A Instituição Executora fechou parcerias com os sindicatos de Panificação,

de Estética e Beleza, Sindicato de Refrigeração, Associação Brasileira de Hospitalidade e Hotelaria, e Prodam para atender os alunos em formação (SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS, 2014).

Segundo o Instituto Euvaldo Lodi (2015) no final dos seis meses de curso, foram certificados 320 alunos participantes do Programa Projovem Trabalhador. No entanto, o motivo da evasão, bem como informações mais detalhadas sobre a implementação do Programa que poderiam ser identificadas por meio dos Relatórios oficiais estão indisponíveis até o momento, pois o processo junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE ainda não foi finalizado.

Diante do exposto, o Capítulo a seguir analisa a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus. Para tanto, apresenta uma discussão acerca do processo de implementação das políticas públicas; analisa a visão dos representantes do Estado (SETRAB) e da Instituição Executora (IEL/AM) sobre a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus; desenvolve uma análise sobre a visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador (IEL/AM), quanto a sua formação social, profissional e expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho; e identifica os principais fatores que influenciaram o direcionamento e os resultados do Programa a fim de evidenciar em que medida as ações desenvolvidas no município coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal.

CAPÍTULO III

O PROGRAMA PROJOVEM TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE MANAUS: ENTRE AÇÕES E DIRETRIZES

3.1. O processo de implementação das Políticas Públicas

Para compreender o processo de implementação do Programa Projovem Trabalhador é necessário realizar uma breve reflexão sobre as implicações e os desafios do processo de implementação das políticas públicas. Para tanto, recorre-se à literatura especializada sobre o tema que dará aporte às reflexões propostas neste capítulo.

A implementação de políticas públicas é uma tarefa árdua para coordenadores, gestores e todos envolvidos nesse processo, é complexa e exige uma série de cuidados desde a formulação para que se possa prever qualquer situação que influencie seu resultado final e ocasione o não sucesso do programa ou projeto. Neste sentido, a implementação vem se tornando cada vez o *elo perdido* nas discussões sobre a eficiência e eficácia, pois “os problemas que não são previstos com antecedência que surgem durante o processo de implementação podem representar obstáculos difíceis de superar e, por vezes, levar à descontinuidade de programas e políticas” (SILVA; MELO, 2000, p. 3).

A implementação não deve ser vista como uma etapa subsequente à formulação, sendo esta última entendida como uma instância racional e compreensiva. A implementação deve ser considerada como “processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só *implementadas*”. É preciso que os formuladores de políticas também voltem sua atenção para os problemas de implementação desde o princípio do processo de formulação de políticas. Para tanto, é necessário desenvolver um conjunto coerente de objetivos para a formulação de políticas públicas integradas, um forte apoio e autorização para a sua implementação e a capacidade operacional suficiente para fazer o trabalho (SILVA; MELO, 2000). Desta forma, a implementação *cria* políticas:

A implementação de políticas constantemente orienta novas políticas. Como a implementação implica em tomada de decisões, ela própria se constitui em fonte de informações para a formulação de políticas. A prática de análise de programas de governo revela que apenas em raríssimos casos os formuladores de políticas decidem *ex nihilo*. As decisões na maioria das políticas setoriais constituem apenas inovações em relação a políticas existentes ou manutenção de políticas existentes realizando-se ajustes incrementais de metas, recursos e prazos de execução (SILVA; MELO, 2000, p. 11).

De acordo com Wu *et al* (2014) a implementação é um processo em que decisões de políticas públicas se traduzem em ações e é considerada uma das etapas mais difíceis e críticas para os gestores públicos, pois é nesta fase que qualquer deficiência na concepção das políticas torna-se visível. Além disso, a implementação é um processo dinâmico e não linear que na maioria das vezes envolve elementos de fases anteriores da criação de políticas, além de todas as incertezas e contingências que estes possam trazer. Por isso, a implementação pode envolver “a interpretação e negociação de objetivos de políticas, como na fase de formulação de políticas, e pode implicar implementadores tomando decisões entre alternativas significativamente diferentes, que podem afetar o tipo de resultado efetivamente produzido” (p. 98).

Além disso, a implementação afeta e é afetada por diferentes atores que definem problemas e soluções a partir de determinados contextos em que as políticas públicas são inseridas. Sendo, as políticas públicas, resultado da confrontação de interesses divergentes, portanto, é essencial que seja incorporado no processo de formulação e implementação de políticas públicas os grupos envolvidos e interessados.

É importante considerar nesta discussão as visões tradicionais do processo de implementação. Segundo Silva e Melo (2000), em um primeiro momento tem-se a visão clássica ou canônica da ação governamental (ação expressa em programas ou projetos de intervenção). Esta visão constitui umas das fases da *policy cycle* (ciclo de política), ou seja, aqui a implementação corresponde à execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com o intuito de atingir metas definidas no processo de formulação das políticas. Isso ocorre a partir de um diagnóstico prévio em um sistema adequado de informações. No entanto, essa visão clássica do ciclo de política não considera o *policy cycle* como um processo, pois nesta visão a implementação é entendida, essencialmente, como um jogo de uma só rodada onde a ação governamental, que ocorre a partir de programas ou projetos, é implementada de cima para baixo (*top down*).

Outra visão tradicional é a perspectiva que compreende o processo de formulação e implementação como um processo. Desta forma, as vicissitudes da implementação de políticas são incorporadas à análise e o monitoramento e avaliação das políticas são considerados instrumentos que permitem a correção de rota. Mas, aqui, a implementação apresenta-se como um processo simples e linear. Ainda assim, essa perspectiva de análise do *policy cycle* como um processo representa um avanço em relação à visão clássica (SILVA E MELO, 2000).

Tais perspectivas de análise da implementação pressupõem “uma visão ingênua e irrealista do funcionamento da administração pública, que aparece como *um mecanismo operativo perfeito*, onde seria possível assegurar a fidelidade da implementação ao desenho proposto inicialmente” (SILVA E MELO, 2000, p. 8). No entanto, nem por isso, uma implementação eficaz precisa ser vista como algo impossível, pois é importante, sem dúvida, enfrentar diretamente seus desafios e dificuldades.

Vários são os desafios enfrentados pelos gestores para implementar as políticas públicas. O que ocorre é que muitas vezes a implementação é negligenciada na prática, e as falhas de implementação são geralmente citadas como a causa do fracasso das políticas públicas ou da falta de sucesso. No entanto, os formuladores de políticas públicas nem sempre conseguem preparar o terreno de forma sistemática para a implementação, resultando ocasionalmente em desastres de políticas de alto nível e, ainda mais frequentemente, em políticas executadas muito abaixo das expectativas.

Uma das razões para esse quadro diz respeito à enorme complexidade que o processo de implementação representa. Por isso, os gestores públicos terão dificuldade de gerar, alocar e controlar recursos, bem como de interpretar intenções de políticas. Além disso, os produtos e resultados pretendidos a partir de uma política pública não conseguirão se materializar ao passo que os efeitos negativos das políticas se tornarão evidentes (WU *et al*, 2014, p. 98).

Desta forma, as tarefas relacionadas com a implementação devem ser integradas em todo o processo de políticas públicas, a começar por considerações de concepção “estratégicas” e de alto nível, até tarefas de desenvolvimento de capacitação e de concepção de nível mais operacional em fases posteriores do processo de implementação. Caso essa integração não ocorra, grandes lacunas podem aparecer entre as intenções de políticas e a execução propriamente dita (WU *et al*, 2014). Por isso, de acordo com Vianna e Queiroz (1988), no processo que compõe a implementação e formulação de uma política pública é preciso que estejam envolvidos os processos de: construção da agenda; especificação de alternativas; escolha de uma alternativa; implementação; e avaliação e o reajuste.

Desta maneira, a partir da compreensão do processo de implementação e de todas as etapas que compõe o ciclo das políticas públicas torna-se possível realizar uma aplicação deste tipo de análise ao Programa Projovem Trabalhador. Assim, ao situar o Projovem Trabalhador nesta análise conceitual de políticas públicas (ciclo de políticas) pode-se compreender tanto o seu processo de implementação, que é o foco desta pesquisa, quanto as fases que acontecem antes e depois de sua execução.

Para ilustrar, foi utilizado o ciclo de políticas públicas, proposto por Jannuzzi (2009), que levanta os aspectos mais relevantes no ciclo da política pública, desde sua concepção a partir de uma demanda social até sua avaliação, com destaque para a definição de agenda, formulação, desenho, tomada de decisão e implementação e avaliação.

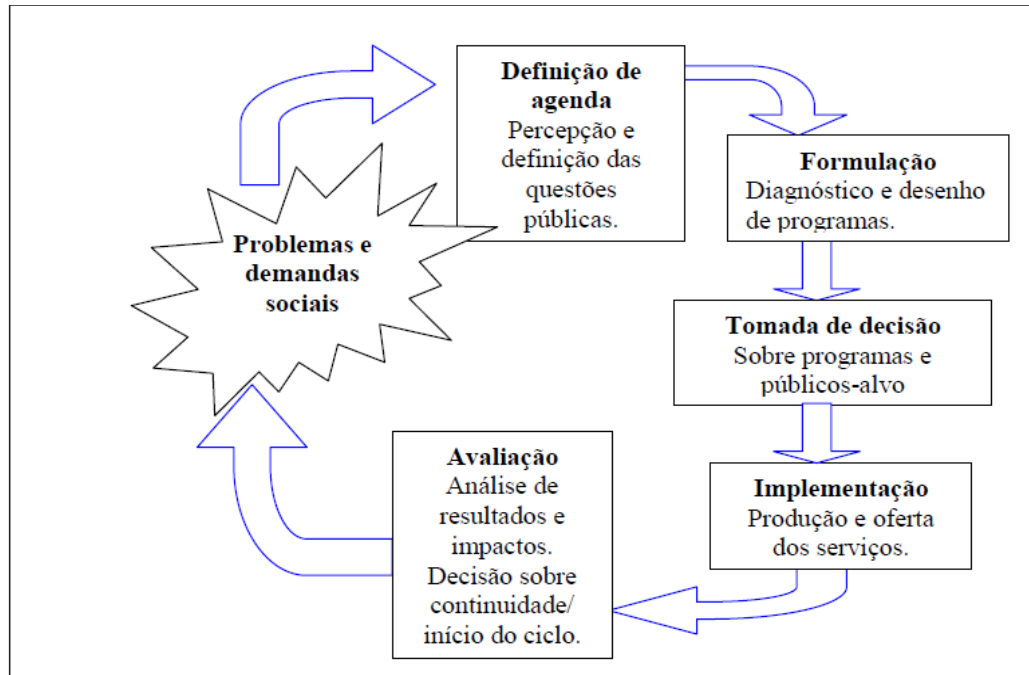


Figura 01: Ciclo de políticas públicas.
Fonte: Jannuzzi (2009, p. 110).

Por esse ciclo é possível identificar de forma mais simples os principais elementos que compõe o ciclo de implementação do Programa Projovem Trabalhador.

Desta forma, a figura 02 destaca os aspectos principais de cada uma destas fases que compõe o ciclo de políticas públicas, sendo que este foi adaptado de Bertholini (2011, p. 66), a saber: (1) *Problema ou demanda social*, marcada por: a) Tendência demográfica (Onda Jovem); b) Juventude vivendo situação de intensa desigualdade; c) Pouca ou inexistente qualificação profissional entre os jovens; d) Fragilidade na inserção profissional; e) Pouca ou inexistente Política de Trabalho para a Juventude. (2) *Definição de agenda*, marcada por: a) Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, que cria a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, o Conselho Nacional de Juventude - CNJ e Projovem; b) Concepção do Jovem como sujeito de direitos. (3) *Formulação*: a) Público alvo: jovens de 18 a 29 anos, que concluíram ou estão cursando o ensino fundamental ou médio, não universitários e em situação de desemprego; b) Programa presencial com 6 meses de duração; c) Qualificação Social e Profissional. (4) *Tomada de decisão*: a) Parceria com Estados e Municípios; b) Elaboração do Plano de Implementação; c)

Metas pactuadas. (5) *Implementação*: a) Estruturação; b) Qualificação Social e Profissional; c) Pagamento do Auxílio Financeiro; d) Inserção dos jovens no mundo do trabalho; e (6) *Avaliação*: a) Ente Parceiro (Estado ou Município) junto às Instituições Executoras; b) Sistema SINPROJOVEM do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

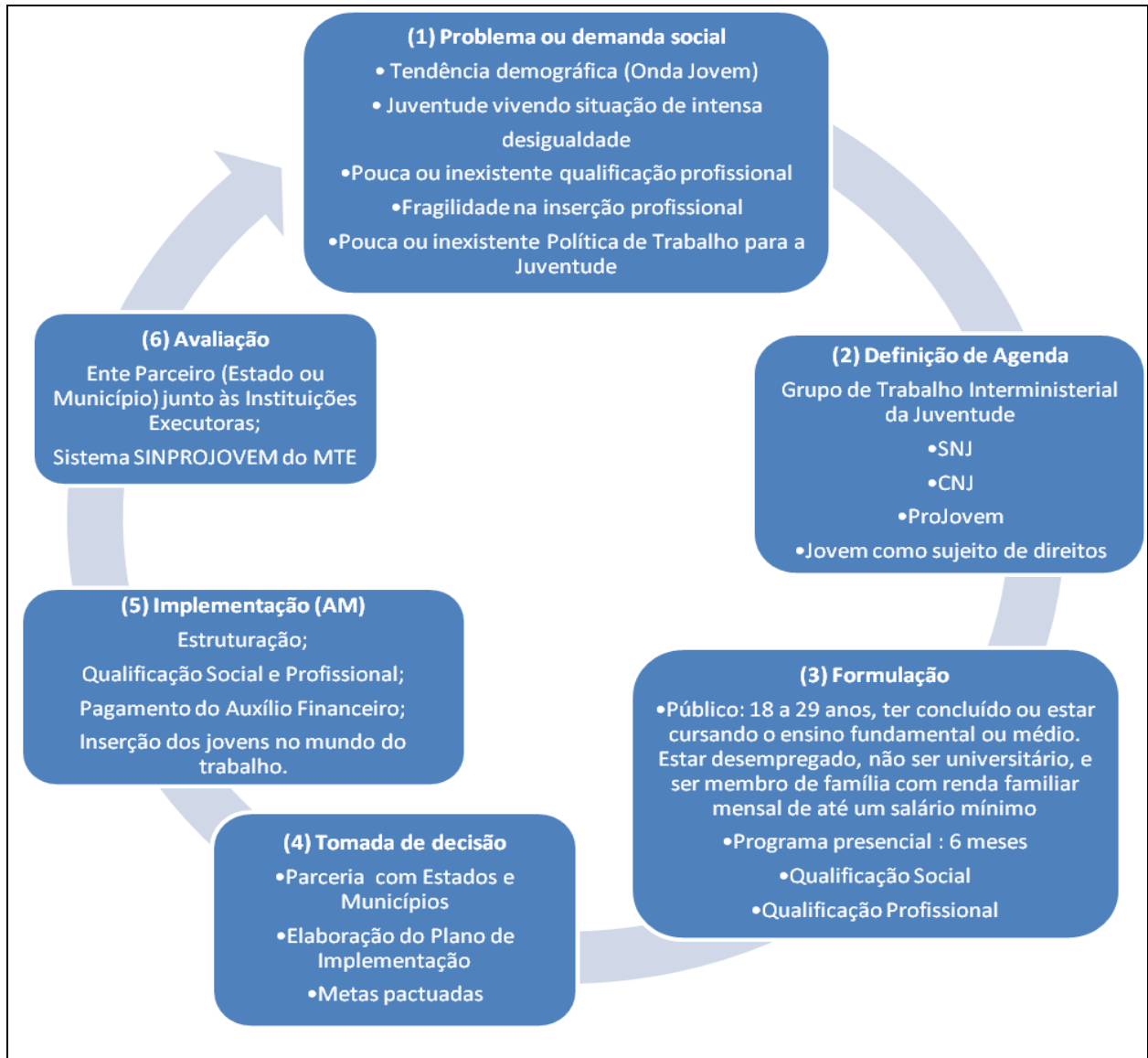


Figura: 02 - Ciclo de implementação do Projovem Trabalhador.
Fonte: Adaptado de Bertholini (2011, p. 66).

Este ciclo aponta de maneira sintética a complexidade do processo de implementação do Programa Projovem Trabalhador, abarcando todas as suas fases, bem como resguardando a todas estas sua devida importância enquanto processos que têm por objetivo viabilizar a efetivação das políticas públicas, particularmente do Projovem Trabalhador. E, desta forma, este ciclo se insere em um aspecto conceitual de análise maior, qual seja, o ciclo das políticas públicas.

Portanto, considerando as discussões sobre juventude, trabalho e políticas públicas, bem como a caracterização do Projovem Trabalhador, abordadas anteriormente, o tópico a seguir objetivou investigar a implementação do Projovem Trabalhador no município de Manaus a partir da visão dos gestores e profissionais que atuam no Programa, a saber: Estado (Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB) e Instituição Executora (Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM).

3.2. O Projovem Trabalhador na visão dos representantes do Estado e da Instituição Executora em Manaus.

O presente tópico busca investigar a visão dos representantes do Estado e da Instituição Executora do Projovem Trabalhador sobre a implementação do Programa em Manaus, com o intuito de evidenciar em que medida as ações desenvolvidas no município coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal¹⁹.

Inicialmente, cabe ressaltar que cada executor²⁰ do Projovem Trabalhador possui obrigações que são desenvolvidas no decorrer do Programa (Quadro 05). Sendo assim, o MTE exerce atribuições de coordenação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações do Programa. Dentre as atribuições do Ente Parceiro está a elaboração do Plano de Implementação²¹, além disso, possui a obrigação de executar o Programa, com rigorosa observância do Plano de Implementação, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, visando à efetividade pedagógica e social (BRASIL, 2008).

Em um primeiro momento indagou-se aos representantes do Estado (Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB) e da Instituição Executora (Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM) suas atribuições no Projovem Trabalhador, a seguir se observa as respostas:

- Elaboração do plano de implementação que foi aprovado pelo Ministério para que o sistema fosse liberado para a gente fazer o trabalho de cadastramento da instituição executora, de liberação dos recursos e contratação (Coordenação geral - SETRAB).

¹⁹ Utilizou-se, sobretudo, a Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008.

²⁰ São executores do Projovem Trabalhador: 1) o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE na condição de gestora do Programa e executora das transferências financeiras; e 2) os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na condição de Entes Parceiros. Cabe ressaltar que as ações constantes do Plano de Implementação devem ser executadas diretamente pelos Estados e Municípios e/ou por pessoas jurídicas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, por eles contratadas (BRASIL, 2008).

²¹ A proposta do Plano de Implementação é analisada pelo MTE, após sua aprovação, o MTE fica obrigado a transferir ao Ente Parceiro os recursos financeiros previstos para a execução das ações, conforme cronograma de desembolso do Plano de Implementação aprovado (BRASIL, 2008).

- Era coordenar o atendimento aos alunos, verificar se o cadastro estava efetivado, verificar as frequências, se estavam sendo atendidos em relação aos lanches, aos vales transportes do SINETRAM (Coordenação geral - IEL).
- Minha função era verificar se o IEL, que era o nosso executor, ele estava cumprindo com o que estava previsto no contrato. Se os conteúdos estavam sendo aplicados dentro do previsto e dentro da linha curricular. Se eles estavam oferecendo estágio, a prática pedagógica e a teórica (Coordenação Pedagógica - SETRAB).
- Verificar os cursos, conversar com os professores, acompanhamento do diário de classe, abertura de cursos (Coordenação de Inserção - IEL).
- Ajudava no processo de convocar os estudantes, houve o processo de cadastramento e a gente fez a triagem. Como existia a quantidade de vagas por cada curso, a gente perguntava quais eram os cursos que eles queriam (Assistente de Inserção - IEL).
- Nós cadastrávamos, tínhamos o controle das frequências, dos lanches. Dávamos todo suporte para que o Projovem caminhasse (Assistente Pedagógico - IEL).

Em Manaus, o Ente Parceiro (a Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB) contratou uma instituição que ficou responsável pela execução do Projovem Trabalhador (o Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM). Conforme os entrevistados, a instituição executora possui as seguintes atribuições: convocar os jovens para participação no Programa²²; cadastrar e alocar os alunos nas turmas pelo sistema (Sinprojovem); acompanhar as atividades em sala de aula (junto aos alunos e professores); monitorar as aulas práticas e os estágios; além de verificar as frequências e a efetivação do auxílio financeiro, do auxílio transporte e do lanche destinados aos alunos.

Desta forma, os profissionais relataram como ocorreu a execução do Plano de Implementação do Projovem Trabalhador:

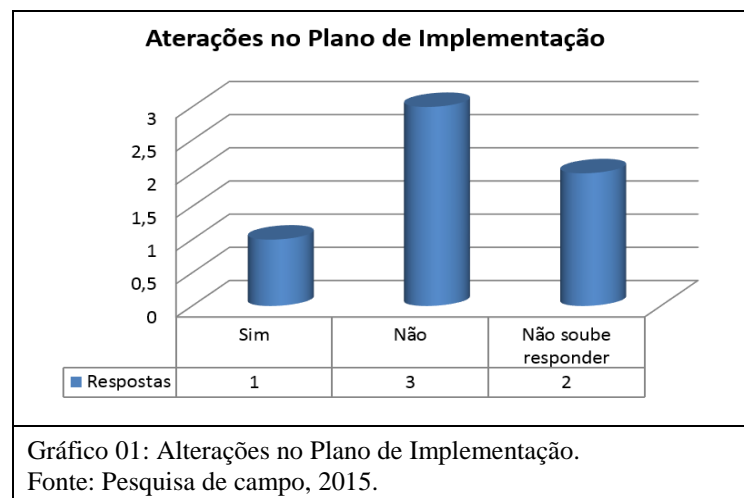
- O plano de implementação foi elaborado a partir de uma demanda que o Ministério do Trabalho já tinha nos dado. A demanda foi na quantidade de 597 jovens no valor de 4,65 por aluno, 350 horas o curso no período de seis meses. A multiplicação de tudo isso dava x valor que foi distribuído entre pagar instituição para executar o serviço, fazer aquisição de material de consumo, aquisição de fardamento (...) (Coordenação geral - SETRAB).
 - Tinha um projeto básico, onde contém o Plano de Implementação. Teve uma equipe que foi cedida pela SETRAB, pelo Governo do Estado, esses profissionais nos davam suporte junto aos cadastros (...) (Coordenação geral - IEL).
- Acho que esse plano foi bem executado. Eu fazia o acompanhamento tanto com a equipe técnica quanto em sala de aula. Como a minha função era ver essa questão, se todas elas estavam dentro do padrão, o que não estava a gente arrumava (Coordenação Pedagógica - SETRAB).

²² Divulgação das inscrições do Projovem Trabalhador, momento em que é realizado o primeiro contato com os jovens.

- O plano foi executado, a coordenação da área de educação ficou responsável. Como eu sou da área de mercado, o que eles pediram para a nossa área foi que a gente fizesse a convocação dos alunos (...) (Assistente de Inserção - IEL).

Segundo os entrevistados, para a execução do Plano de Implementação havia um orçamento que foi distribuído entre aquisição de material e pagamento da instituição executora. Além disso, relataram que havia uma equipe da SETRAB que dava suporte junto aos alunos e realizava o acompanhamento da execução do Plano de Implementação. No entanto, observa-se que mesmo os profissionais relatando que o Plano foi executado, ainda assim não foi possível identificar se os mesmos tiveram conhecimento prévio sobre o conteúdo e as orientações contidas no Plano de Implementação para executar as ações do Programa.

Além disso, foi questionado se houve alterações no Plano de Implementação, ou seja, se durante a implementação do Programa foi preciso rever o planejamento ou alterá-lo por algum motivo. O gráfico 01 indica que, para a maioria dos entrevistados, não houve qualquer alteração ou não tinham conhecimento sobre essa questão.



No entanto, a coordenação geral da SETRAB relatou que houve alterações no Plano de Implementação e apresentou os principais motivos:

- Teve que haver alteração em função de que quando fizeram a proposta inicial que tinha sido aprovada em 2010, eles não tiveram preocupação, principalmente com os itens de consumo. Eles colocaram lá como recurso para pessoa jurídica e aí nós tivemos um pouco de dificuldade porque o kit não estava separado, o kit era único e não tinha esse kit único, nenhuma empresa oferecia esse serviço. Nós tivemos que desmembrar esse kit, ver o que é material de expediente, separado. Então nós fizemos essa proposta de alteração para o Ministério do Trabalho. E, além disso, todas as prorrogações de prazos para execução, devido à mudança de gestão, foi principalmente mudança de gestão, demora na liberação do recurso e isso implicou na solicitação de várias prorrogações (Coordenação geral - SETRAB).

É importante relacionar a fala da Coordenação geral da SETRAB com a discussão teórica sobre implementação. Segundo Wu *et al* (2014) a implementação é um processo em que decisões de políticas públicas se traduzem em ações e é considerada uma das etapas mais difíceis e críticas para os gestores públicos, pois é nesta fase que qualquer deficiência na concepção das políticas torna-se visível. Nesse sentido, espera-se que os formuladores do Projovem Trabalhador também tenham atenção com os problemas que possam surgir durante a implementação para que estes não afetem os resultados esperados.

De acordo com o relato, a proposta inicial de execução do Projovem Trabalhador foi aprovada no ano de 2010, no entanto não pôde ser executada devido a problemas durante a implantação do Programa (momento em que ocorre a sua estruturação e é realizado o processo licitatório para contratação dos prestadores de serviço para a qualificação, bem como outros serviços), por isso, foi preciso realizar mudanças durante o processo que ocasionou a demora na execução do Plano de Implementação. Além disso, também houve demora na execução das atividades em virtude da Secretaria estar passando por uma mudança de gestão, sendo necessários vários pedidos de prorrogações ao MTE. Conforme Portaria do MTE 991/2008: “O Plano de Implementação terá prazo de execução de até doze meses, podendo haver, por apostila²³, prorrogação deste prazo conforme apresentação de justificativas pelo Ente Parceiro, desde que aceitas pelo MTE” (BRASIL, 2008, p. 19).

A coordenação geral da SETRAB mencionou também os critérios utilizados para a escolha da Instituição Executora do Projovem Trabalhador, no caso, o IEL/AM:

- A escolha foi feita na época através de processo licitatório, dispensa de licitação, a lei 8666 diz em seu artigo 24 que se você justificar, você consegue fazer uma dispensa, e a justificativa foi o pouco prazo pra executar e o fato da instituição já ter nome nessa área de qualificação (Coordenação geral - SETRAB).

Conforme relata a coordenação da SETRAB a dispensa ocorreu em razão do curto prazo para execução do Plano de Implementação²⁴ e devido à instituição executora possuir experiência

²³ Procedimento para alteração de contratos administrativos, principalmente no que diz respeito à utilização do apostilamento. O apostilamento deriva-se de apostila, que nada mais é do que fazer anotação ou registro administrativo no próprio termo de contrato ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem (SILVA, 2015).

²⁴ O Plano de Implementação tem prazo de execução de até doze meses, sendo suas atividades assim previstas: até quatro meses de estruturação do projeto; seis meses de qualificação dos jovens e pagamento do auxílio financeiro; e, no máximo, dois meses de inserção de jovens no mundo do trabalho, contado a partir do término da qualificação profissional. No Plano de Implementação em que o procedimento licitatório para contratação das pessoas jurídicas públicas ou privadas, que irão prestar serviços na qualificação social e profissional dos jovens, não tenha se iniciado até o quarto mês, a contar da data de aprovação do Plano, o Ministério do Trabalho e Emprego poderá cancelá-lo unilateralmente (BRASIL, 2008).

na área de qualificação para desenvolver as ações do Programa. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública dispõe em seu artigo 24 sobre a dispensa de licitação. Esta poderá ocorrer em diversos casos, no entanto, destaca-se o inciso IV:

Art. 24. É dispensável a licitação: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Quanto ao acompanhamento e avaliação das ações contidas no Plano de Implementação do Projovem Trabalhador os entrevistados destacaram:

- Nós tivemos a contratação de uma equipe de acompanhamento e avaliação onde nós tínhamos os monitores de inserção, de qualificação e a parte pedagógica (Coordenação geral - SETRAB).
- Tinha que ser passado para a SETRAB os relatórios, relatório parcial e o final. Então a gente sempre estava fazendo um acompanhamento junto a esses relatórios, o que estava ocorrendo, se existia alguma contingência (Coordenação geral - IEL).
- Todo mês eu fazia relatório para controle da SETRAB e ver se estava tudo certo. A única avaliação do sistema era a frequência do aluno, que deveria ser 75% de frequência nas aulas para receber o benefício (Coordenação Pedagógica - SETRAB).
- A gente ficava diretamente com os alunos. Todo dia a gente conversava com eles na sala de aula e fazia esse acompanhamento (Coordenação de Inserção - IEL).
- Tinha uma equipe da área pedagógica que acompanhava os estudantes, tanto na entrega do material, se todos os estudantes estavam indo para as aulas direitinho, se os benefícios prometidos a eles foram entregues. Então essa equipe que fazia todo o processo de acompanhamento (Assistente de Inserção - IEL).
- A SETRAB sempre estava aqui com a gente, (...) questionando, conversando com os alunos, sempre nos dando suporte (...) (Assistente Pedagógico - IEL).

Observa-se nos relatos que existia o monitoramento e a avaliação das ações executadas, tanto por parte do Ente Parceiro (SETRAB) como da Instituição Executora (IEL/AM). O monitoramento ocorreu através de relatórios e avaliações; por meio do Sistema do Governo Federal (SINPROJOVEM) e pela verificação das frequências, dos benefícios e entrega de materiais para os alunos; bem como pelo acompanhamento dos alunos em sala de aula, nas aulas práticas, na inserção no mercado de trabalho e demais atividades realizadas pelo Programa.

Além disso, houve a contratação de pessoal, prevista nas despesas de gestão e apoio, para a execução de serviços especializados no âmbito do Projovem Trabalhador, tais como: Coordenador Pedagógico; Coordenador de Inserção; Coordenador de Monitoramento; Assistente Pedagógico; Assistente de Inserção; e Assistente de Monitoramento.

Segundo Belloni (2007) o objetivo da avaliação de políticas públicas é conhecer seus fatores positivos, apontar seus equívocos e insuficiências, buscando seu aperfeiçoamento. Tal pressuposto coaduna-se com o entendimento que avaliar é apreender. Ou seja, a avaliação é um processo sistemático de análise de uma política que permite compreender, de forma contextualizada, as suas dimensões e implicações, e tem como finalidade estimular o aperfeiçoamento dos objetivos e metas das políticas e ações avaliativas. Sendo assim, a partir deste quadro de profissionais contratado pelo Ente Parceiro para a prestação de serviços nas áreas de qualificação social e profissional dos jovens foi possível realizar o acompanhamento e a avaliação no decorrer da implementação do Programa.

De acordo com Ávila (2001), é importante ressaltar não só o acompanhamento avaliativo da ação, mas também o monitoramento, objetivando aumentar consensos e corrigir distorções durante o próprio desenvolvimento do projeto. Assim, a avaliação deve contemplar:

o processo decisório sobre o projeto; sua implementação; a coerência entre objetivos, estratégias e resultados; a correlação entre resultados previstos e resultados atingidos; a capacidade de inovação e adequação do projeto às demandas; a flexibilidade para introduzir alternativas com maior eficácia; e a cobertura e avanço nos padrões de qualidade almejados pelos usuários das ações das organizações (ÁVILA, 2001. p. 65).

Portanto, entende-se que as instituições devem assumir a avaliação como procedimento que lhes permita aprimorar suas ações e manter uma relação de transparência com seu público alvo, no que tange a seus propósitos, processos e resultados.

O processo de inscrição dos alunos no Projovem Trabalhador também foi tema abordado. Desta forma, os profissionais apontaram os critérios utilizados para o ingresso dos alunos no Programa:

- Nós tivemos certa dificuldade em razão do próprio sistema. O sistema tinha uma exigência de PIS, que todo aluno tivesse, isso foi orientado pelo executor. Como o sistema demorou a rodar e iniciou as aulas sem o sistema estar rodando, quando foram inseridas no sistema houve algumas incompatibilidades como: de jovens que já tinham participado de outros projovem e não poderiam participar desse, jovens que não tinham PIS e jovens que estavam trabalhando, então nós tivemos um pouco de dificuldade nesse início com a inserção desses dados dos jovens dentro do sistema (...) (Coordenação geral - SETRAB).

- O pré-requisito principal era que as pessoas que participassem desse programa não tivessem participado de nenhum que tivesse sido proveniente do MTE porque eles queriam dar oportunidade para as pessoas que ainda não tinham se capacitado em um programa semelhante ou similar a ele (...) (Coordenação geral - IEL).
- Pela idade, tinha que estar desempregado, tinha que estar estudando e ter todo um perfil dentro dos critérios do programa (...) (Assistente Pedagógico - IEL).
- Houve uma demanda bem grande de alunos. Só que nós só podíamos selecionar aqueles que nunca participaram do projeto porque tinha que dar oportunidade para aqueles de fato que nunca participaram (...) (Assistente de Inserção - IEL).

A Instituição Executora lançou edital com processo seletivo para a primeira pré-inscrição dos alunos no Projovem Trabalhador. Após a seleção houve a inscrição e o cadastro dos alunos no Sistema do Governo Federal (Sinprojovem), neste constava as informações sobre os alunos e o curso escolhido por eles, deste modo, efetivando a matrícula no Programa. Além disso, constatou-se que as vagas foram preenchidas de acordo com a demanda dos alunos. Nessa edição do Projovem Trabalhador foram formadas três turmas de Informática, nove de Beleza e Estética, três de Turismo e Hospitalidade e três de Alimentação, sendo as turmas distribuídas no período da manhã, da tarde e da noite.

O pré-requisito para que os jovens entrassem no Programa estava atrelado aos critérios²⁵ estabelecidos pelo Governo Federal e tinham público-alvo específico²⁶. No entanto, segundo a Coordenação geral do IEL, o principal critério utilizado para o ingresso dos alunos foi o fato destes não terem participado antes de Programa similar ao Projovem Trabalhador, dando oportunidade a outros jovens. Além disso, de acordo com a coordenação geral da SETRAB houve certa dificuldade para trabalhar com o Sistema do Governo Federal (Sinprojovem). O que ocorreu foi que o sistema demorou a funcionar o que causou atraso no cadastro dos alunos, comprometendo atividades que dependiam do sistema, como é o caso do acompanhamento da frequência dos alunos e pagamento do auxílio financeiro aos jovens.

Apesar deste problema houve o início das aulas, no dia 28 de outubro de 2013, e somente posteriormente com a efetivação do cadastro dos alunos foi possível verificar as incompatibilidades existentes, pois muitos alunos não entravam no perfil do público-alvo do Programa e tinham problemas no Cadastro de Pessoa Física - CPF e no Programa de Inclusão Social - PIS²⁷, uma das exigências para o cadastro. Conforme relato da coordenação geral da

²⁵ Jovens que estejam em situação de desemprego, sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo e que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental; ou estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio; e não estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior (BRASIL, 2008).

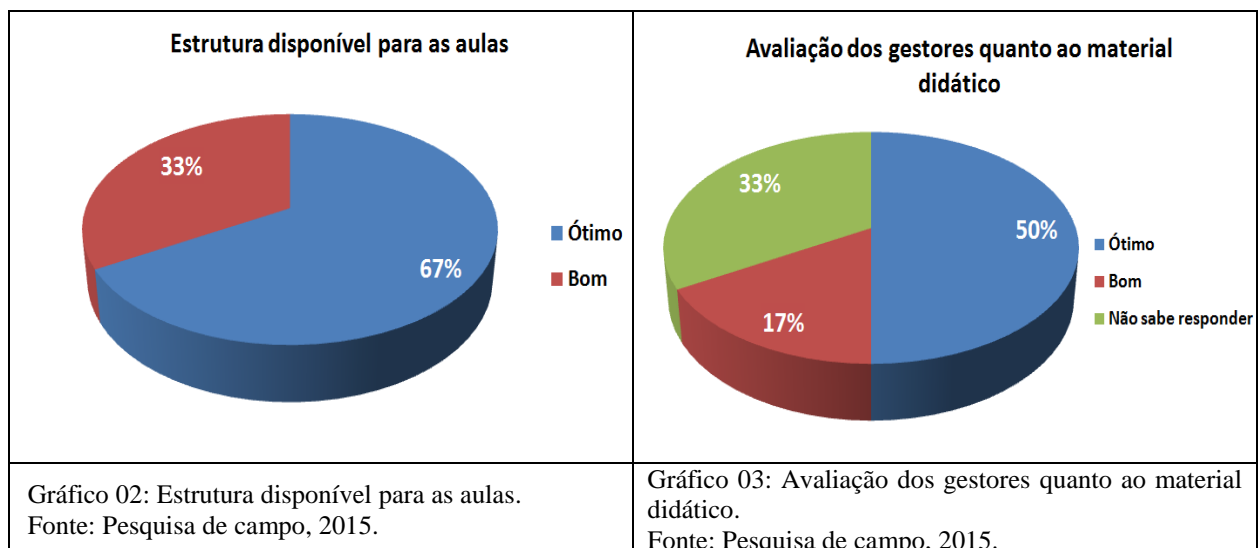
²⁶ O Projovem Trabalhador tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos.

²⁷ O Cadastro de Pessoa Física - CPF e Programa de Inclusão Social - PIS são documentos obrigatórios para cadastramento dos jovens (BRASIL, 2008).

SETRAB somente depois do início das aulas para o meio do Programa foi possível regularizar a situação dos alunos.

No entanto, a situação relatada não condiz com o que preconiza a Portaria do MTE 991/2008 sobre o Termo de Referência do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, pois em seu artigo Art. 10, que trata das obrigações dos Entes Parceiros, em seu inciso XXXII a Portaria orienta que o Ente Parceiro é obrigado a “receber e alimentar no SinProjovem cadastro geral e pormenorizado efetuado pelas Entidades Executoras para fins de conhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego” (p. 09), sendo que a alínea “b” estabelece que “o preenchimento do cadastro, de forma adequada, deverá ser condicionante para o início da execução do projeto” (op. cit. p. 09). Como se observa, mesmo com os desencontros entre as diretrizes e a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus não foi possível identificar por meio de informação oficial do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE os motivos que levaram a falha no funcionamento do SinProjovem e nem se o Ente Parceiro teria autorização para iniciar as aulas do Programa apesar do ocorrido.

Os entrevistados também foram questionados quanto à estrutura disponível para a realização das aulas de Qualificação Social e Profissional e ao material didático disponibilizado pelo governo federal:



Como se observa, no gráfico 02, para 67% dos entrevistados a estrutura disponível para as aulas é ótima, sendo que 33% a considera boa. Os profissionais destacaram em suas respostas os seguintes pontos:

- A estrutura física em relação às aulas de qualificação social ela foi ótima na minha concepção. Em relação às aulas práticas dos arcos ocupacionais, algumas ocupações a executora teve que se adequar. Adequar espaço físico para poder contemplar o curso de Alimentação (...). Então nós fizemos uma visita e foi constatado isso e nós solicitamos que eles reformulassem todo o processo lá e eles fizeram uma adequação no espaço e deu uma melhorada e no nosso entendimento já passou de regular para bom (Coordenação geral - SETRAB).

- As nossas estruturas são ótimas. (...) Os alunos diziam que era muito adequada, era própria para o programa, para capacitá-los. Nós tivemos que fazer algumas adequações em relação a alguns cursos e conseguimos adequar o ambiente para que eles pudessem se sentir mais a vontade e dentro daquele universo que o curso oferecia, que era o caso do curso de Alimentação e Beleza e Estética (Coordenação geral - IEL).

- Excelente porque o IEL trouxe toda uma estrutura. Nós montamos uma cozinha para as aulas práticas, montamos um salão de cabeleireiro (Assistente Pedagógico - IEL).

- Todas as nossas salas são equipadas, nós deixamos eles nas melhores salas, temos nossas unidades equipadas com data show, tem além da lousa um quadro que o professor utiliza, as cadeiras todas tem suas mesas, bem equipada. A gente tem um miniauditório na outra unidade (...) (Assistente de Inserção - IEL).

Os entrevistados fizeram uma avaliação positiva quanto à estrutura disponível para as aulas no Programa, havia salas equipadas, miniauditório e estrutura para as aulas prática. No entanto, ressaltaram entraves durante a implementação do curso de Alimentação e do curso de Beleza e Estética, pois a Instituição Executora teve que fazer adequações nesses espaços de aulas. Estes cursos precisaram de uma estrutura específica que atendesse suas particularidades, principalmente durante as aulas práticas. Sendo assim, as estruturas foram adequadas à realidade de cada curso no decorrer do Programa, como é o caso da cozinha para as aulas práticas do curso de Alimentação e do salão de cabeleireiro para o curso de Beleza e Estética.

Ao relacionar essas avaliações com as respostas dos alunos, conforme será apresentado no tópico a seguir, observa-se que para estes, de uma maneira geral, a estrutura foi ótima ou boa, no entanto, mesmo com essa avaliação, os jovens destacaram que a estrutura deixou também a desejar, principalmente para os alunos do curso de Alimentação²⁸.

Cabe lembrar que a Instituição Executora pode utilizar instalações próprias ou também fazer parcerias para a execução das aulas práticas (BRASIL, 2008). De acordo o Manual de Execução do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã as aulas práticas durante o curso devem ser desenvolvidas em laboratórios, ou seja, em instalações apropriadas para o desenvolvimento das habilidades da profissão (ferramentas e utensílios em quantidade suficiente, limpos,

²⁸ Constatou-se que a estrutura física foi adequada no decorrer das aulas, mas, ainda assim, houve problemas durante as aulas práticas como será verificado no próximo tópico (ver gráfico 23).

conservados, seguros e adequados) e devem espelhar as condições reais de trabalho a serem enfrentadas pelo jovem (BRASIL, 2011).

Além disso, existe orçamento específico para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento dos cursos, conforme discriminação em projeto básico, seguindo as orientações da Portaria do MTE 991/2008 em seu Anexo I - Termo de Referência Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã²⁹. No caso do Curso de Alimentação, de acordo com o histórico da Licitação disponível no Portal de Compras do Estado do Amazonas, seu orçamento tinha o valor de noventa e um mil reais (R\$ 91,0000), para a formação de duas turmas com oitenta e sete alunos. No entanto, não foi possível ter acesso ao Plano de Implementação desta edição do Projovem Trabalhador em Manaus, pois neste deve constar o Plano de aplicação com o detalhamento das despesas e valores do Programa.³⁰

No que se refere ao material didático disponibilizado pelo governo federal, 50% dos entrevistados avaliaram o material didático como ótimo; 17% bom e 33% não souberam responder (Gráfico 03). Além disso, foi questionado se o material didático foi garantido a todos os alunos e como avaliam seu conteúdo:

- Ótimo. Era um conteúdo bem ilustrativo, era um conteúdo de teoria e prática ao mesmo tempo. Então eu acho que isso aí é essencial (...) (Coordenação geral - SETRAB).

- Bom. A gente acompanhava os professores para saber o que eles estavam dando todo dia e também acompanhava a complementação. Às vezes a apostila vem, mas como é de um programa nacional então às vezes não está próprio para uma região. Mas as apostilas estavam boas, estavam bem de acordo (Coordenação de Inserção - IEL).

- Ótimo. A minha função era ver se o professor estava trabalhando os conteúdos que o Ministério previa pra formação técnica. O Ministério deu o material original e o

²⁹ **Do Plano de Implementação:** O Plano de Implementação do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã deverá possuir o detalhamento das planilhas orçamentárias contendo os serviços a serem contratados ou prestados para a execução do objeto do Plano. Os custos apresentados pelo Ente Parceiro deverão ainda estar de acordo com os valores estabelecidos por rubricas pelo Ministério do Trabalho e Emprego: **I - Despesas:** contempla as despesas com a oferta de trezentas e cinquenta horas/aula de qualificação social e profissional ao custo aluno/hora médio que não poderá ultrapassar a referência de valor estabelecida pelo CODEFAT no âmbito do PNQ. **a) Despesa de Qualificação Social e Profissional** - nesta rubrica estão contemplados os recursos destinados ao pagamento dos instrutores, material didático, lanche e transporte para os jovens, com custo mínimo de 85% do valor definido neste inciso I. **b) Despesas de Gestão e Apoio** - nesta rubrica devem ser previstas obrigatoriamente as despesas com pessoal contratado, diárias e passagens para participação nos Encontros Técnicos promovidos pelo MTE, seguro de vida e kit estudantil para os jovens, e despesas com publicidade e propaganda referente ao objeto do Plano de Implementação, podendo ainda haver previsão de contratação de outras despesas necessárias ao alcance dos objetivos previstos no Plano, desde que o montante do custeio não ultrapasse a 15% das despesas definidas neste Item I. A contratação de pessoal prevista nas despesas de gestão e apoio será para execução de serviços especializados, tais como: de coordenação pedagógica, de monitoramento e de inserção. Vedada a contratação de pessoal para as áreas administrativa, contábil, financeira, jurídica e gerencial.

³⁰ O pedido de acesso às informações foi realizado, mas as informações não foram disponibilizadas.

IEL reproduziu. Todos tiveram acesso, eles tinham também material didático e uniforme, que era a camisa do projeto (Coordenação Pedagógica - SETRAB).

- Ótimo. Muitos não concluíram o fundamental, outros não estavam mais estudando. Então assim, eu pude ler e pude acompanhar de acordo com a realidade e a linguagem dos instrutores e era dentro do que os alunos entendiam. Era uma linguagem bem extrovertida, trazendo coisas da realidade deles (...). Todos eles ganharam um kit, dentro do kit bolsa, apostila, camisa, os vales transportes (Assistente Pedagógico - IEL).

É possível observar nas respostas uma boa avaliação dos entrevistados quanto ao material didático, com destaque para o fato dos conteúdos serem ilustrativos e com abordagens que aliavam teoria e prática ao mesmo tempo. Nota-se também que os instrutores adequaram os conteúdos a realidade dos alunos, utilizando uma linguagem simples e atrativa para que os alunos entendessem os conteúdos da Qualificação Social e Profissional.

Conforme relatos, a equipe técnica realizava o acompanhamento dos conteúdos ministrados em sala de aula pelos professores, ou seja, conferia se os professores estavam de fato passando o conteúdo para os alunos, também verificava a complementação dos conteúdos, caso houvesse, pois, segundo o Manual de Execução do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, os materiais da Qualificação Social e da Qualificação Profissional podem ter acréscimos em seus conteúdos devido às particularidades regionais (BRASIL, 2011). Apesar disso, um dos entrevistados destacou a não adequação dos materiais a realidade regional, da mesma forma como relataram os alunos quanto ao tema material didático, como será observado mais adiante. Quanto à formação social e profissional os entrevistados relataram em suas respostas como ocorreu o desenvolvimento das aulas da Qualificação Social e da Qualificação Profissional:

- Qualificação Social: No momento em que o professor passa as informações os alunos começam a ter um pouco de conhecimento que alguns deles não tinham, sobre cidadania, direitos civis, responsabilidade social, cuidado ao meio ambiente. São pessoas tão carentes que não tem esse acesso, e a partir desse momento elas passam a ter outra realidade e eu acredito que isso surtiu muito efeito para deles (...). O mesmo vale para a Qualificação Profissional, porque era aquilo que eles estavam escolhendo para trabalhar (...). Os alunos tiveram as ações em sala de aula e externamente, em todos os cursos (Coordenação geral - IEL).

- Qualificação Social: Eu acho que deveria diminuir a carga horária porque você poderia utilizar palestras rápidas. Para eles o que interessava era a qualificação profissional, pois foi onde eles tiveram a prática. (Coordenação de Inserção - IEL).

- Qualificação Social: Eles mesmos diziam: "professora o bom é que na qualificação social a gente aprendeu muita coisa que a gente não sabia, até dos nossos direitos a gente ficou sabendo agora com esse curso". Foi muito bem trabalhada essa parte. Foi positivo também a presença do Ministério do Trabalho que esteve aqui e conversou com os alunos, fez avaliações com os alunos, entregou o certificado deles. (...) Qualificação Profissional: O ponto positivo é que eles saíram com o certificado em mãos para o mercado de trabalho (...) (Coordenação Pedagógica - SETRAB).

A percepção dos entrevistados quanto à Qualificação Social e Profissional coaduna com a percepção dos alunos que de uma maneira geral fizeram uma avaliação positiva, todavia com destaque para pontos frágeis identificados em alguns cursos, conforme será apresentado no tópico a seguir.

Sobre a Qualificação Social os entrevistados fizeram uma avaliação positiva, pois os alunos adquiriram conhecimentos em diversas áreas como cidadania, meio ambiente, direitos sociais, direitos trabalhistas, entre outras que contribuíram para o crescimento social e profissional destes jovens.

Uma das questões sugeridas foi a redução da carga horária das aulas de Qualificação Social, sendo os conteúdos ministrados a partir de palestras rápidas. No entanto, questiona-se até que ponto os conhecimentos adquiridos pelos alunos poderiam ser ministrados com uma carga horária reduzida ou em palestras rápidas sem que houvesse prejuízo quanto aos conteúdos e a qualidade dessas aulas³¹.

No que se refere à Qualificação Profissional o destaque foi para pontos positivos como: as ações que os alunos realizaram em sala de aula e externamente (aulas práticas, estágios, visitas técnicas); a troca de conhecimento entre os alunos e destes com os professores; a presença do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que acompanhou de perto o desenvolvimento do Programa, com visitas técnicas, avaliação com os alunos sobre as aulas, bem como sua presença na entrega dos certificados de conclusão dos cursos; e o fato dos jovens saírem do Programa com o certificado em mãos, demonstrando que estão aptos a entrar no mercado de trabalho.

No entanto, em relação a este último ponto cabe ressaltar a existência do discurso sobre a certificação como um dos caminhos que o jovem deve trilhar para que suas “habilidades” sejam realmente reconhecidas pelo mercado de trabalho, sendo que a partir desta comprovação é que o jovem terá o status de “qualificado profissionalmente”, estando apto a exercer determinada atividade. Apesar deste apelo, a certificação se apresenta como algo questionável, tendo em vista a lógica de organização do capitalismo que impossibilita a absorção de todos os trabalhadores pelo mercado de trabalho.

É necessário questionar também outros dois pontos. O primeiro é sobre as aulas realizadas em sala de aula e externamente. Neste ponto identifica-se uma contradição entre as falas dos gestores e profissionais em relação aos relatos dos alunos, já que estes destacaram a não realização de aulas práticas, a necessidade de melhoria das aulas práticas e as dificuldades

³¹ Além disso, o tópico a seguir irá apresentar que na visão dos alunos a Qualificação Social foi boa e, do mesmo modo, a carga horária das aulas de Qualificação Social e Profissional foi boa e suficiente.

quanto à liberação para as visitas técnicas, conforme será apresentado adiante. O segundo ponto refere-se à presença do MTE durante a implementação do Programa, pois não foi possível verificar se estas visitas proporcionaram realmente as alterações necessárias e, principalmente, se os pontos frágeis identificados pelos alunos durante a pesquisa foram corrigidos.

Apesar desses relatos, não houve acesso a documentos oficiais do Programa, como relatórios sobre o desenvolvimento da Qualificação Social e Profissional. Solicitamos oficialmente acesso às informações, no entanto, a resposta foi que estavam em fase de conclusão. Logo, a ausência destes dados impossibilitou uma análise mais detalhada sobre as situações relatadas na pesquisa de campo.

Os critérios para a escolha dos arcos ocupacionais e a distribuição dos alunos em cada curso também foram temas abordados, a seguir os principais depoimentos:

- Nós tínhamos uma grade de cursos que poderiam ser solicitados. Foram cinco cursos e a solicitação foi feita a partir do perfil dos jovens e a partir do que o mercado poderia oferecer para eles após a conclusão. Nós determinamos, distribuímos as vagas de acordo com aquilo que o mercado estava tendo mais procura e também pensando naquilo que o trabalhador se ver como ocupação, que ele possa aprender e se inserir no mercado (Coordenação geral - SETRAB).

- Os cursos já veem do governo federal. A distribuição dos alunos em cada curso foi de acordo com a demanda. No momento do cadastro a gente fazia esse monitoramento e controle pela ordem de inscrição, as pessoas se inscreviam até um número de vagas, em cada turma (...) (Coordenação geral - IEL).

- Houve uma pesquisa de campo e eles olharam o lado da demanda do mercado. Os próprios alunos escolhiam os cursos que queriam fazer (Coordenação Pedagógica - SETRAB).

Os cursos são estabelecidos pelo Governo Federal (ver anexo) e os Entes Parceiros devem realizar a escolha desses Arcos Ocupacionais considerando a realidade local do mercado de trabalho. Desta forma, segundo a Coordenação geral da SETRAB, foi realizada a solicitação cinco cursos de acordo com o perfil dos jovens e a realidade do mercado de trabalho em Manaus. Para tanto, houve uma pesquisa que buscou identificar as principais demandas dos jovens e do mercado de trabalho. O número de vagas ofertadas veio a partir da demanda do Governo Federal para a Implementação do Projovem Trabalhador em Manaus, sendo que o Ente Parceiro, no caso a SETRAB, determinou a distribuição das vagas em cada curso de acordo o mercado de trabalho local e com o perfil do trabalhador. Já a distribuição dos alunos em cada curso ocorreu conforme a demanda, ou seja, os alunos se inscreveram nos cursos até um determinado número de vagas em cada turma.

Cabe destacar o relato da coordenação geral da SETRAB quanto à justificativa para a escolha dos arcos ocupacionais:

- Foram cinco cursos solicitados: os cursos de Alimentação, Refrigeração, Turismo, Informática e Beleza e Estética. Todos esses se você for analisar, por exemplo, Informática: se você tem um conhecimento ele serve para o aumento curricular. Se houver exigência de ocupação e você tem informática então sua chance é maior. No caso de Alimentação, tem a possibilidade de abrir negócio formal ou informal. A mesma coisa é o de Beleza e Estética, ele pode abrir o salão dele. O Turismo é em função da nossa regionalidade e para o aumento de currículo, a pessoa ter uma ideia de que é aquilo que ela quer e buscar um nível superior porque ela só vai poder trabalhar nessa área se for Turismólogo. Refrigeração também, a pessoa pode ser um autônomo para fazer a limpeza de ar-condicionado e tem possibilidade de entrar no mercado de trabalho com essa ocupação (Coordenação geral - SETRAB).

Como se observa os cursos escolhidos pelo Ente Parceiro justifica-se, principalmente, em razão da possibilidade destas ocupações refletirem inserção via formas alternativas de geração de renda, a partir da inserção no mercado de trabalho formal ou informal, de forma autônoma ou via empreendedorismo, como é o caso dos cursos de Alimentação, Beleza e Estética e Refrigeração.

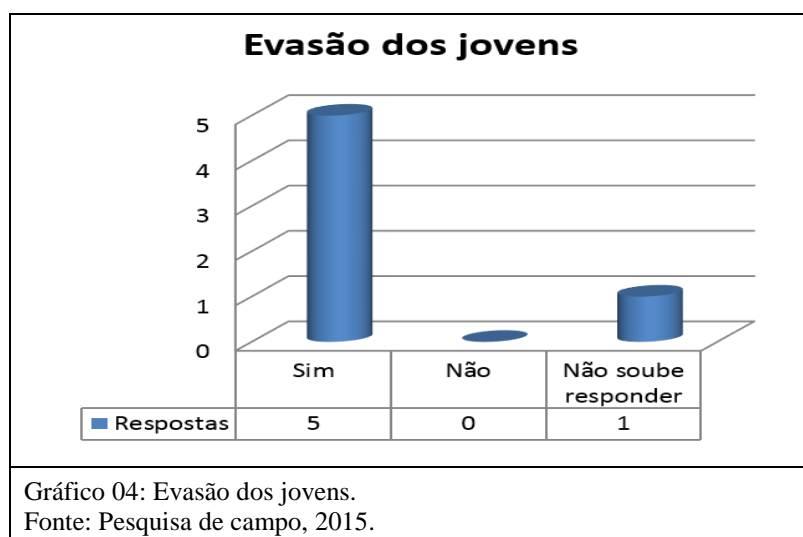
Apesar da proposta do Projovem Trabalhador optar pelo termo mundo do trabalho em virtude da inserção do jovem não ocorrer apenas via emprego formal e diante das dificuldades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho, identifica-se certa fragilidade no modo como ocorre essa inserção, tenho em vista que a possibilidade de empreendedorismo é o que ganha mais destaque no Programa, sem que haja investimentos e incentivos necessários para que os jovens adentrem nesse mundo empreendedor.

Ressalta-se que as ocupações escolhidas se inserem no setor de serviços que abrange áreas como: finanças, bens e imóveis, bares e restaurantes, serviços de saúde, serviços pessoais, entre outros. De acordo com o DIEESE (2011) a distribuição do emprego formal em Manaus está particularmente concentrada no setor de serviços, com 29,5%; seguido da Administração pública, com 26,8%; e da Indústria de transformação, com 23,1%. Somados esses três setores responderam, em 2010, por 79,4% do estoque total da capital.

No entanto, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMC) do IBGE, em 2015 o setor de serviços foi o segundo que mais fechou postos no Amazonas no mês de janeiro, atrás apenas do comércio. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontam que naquele mês, o fraco desempenho contribuiu para a perda de 2,1 mil postos de trabalho na economia do Estado (IBGE, 2015). Sendo a crise o principal vilão dessa conjuntura e a população jovem a primeira a sentir suas consequências, pois a crise econômica que abalou o mundo em 2008 fez a taxa de desemprego entre jovens alcançar

percentuais entre 40% e 50% em países como Portugal e Espanha. No Brasil, a falta de trabalho para essa população saltou de 12,8% para 15,7% entre março de 2014 e 2015. Mais de 500 mil jovens estão desocupados nas seis principais metrópoles do País (BRANDALISE *et al*, 2015).

Sobre o tema evasão foi indagado aos entrevistados se durante o Programa houve evasão dos jovens, e caso positivo, seus fatores. O gráfico a seguir apresenta as respostas:



O gráfico demonstra que para 5 (cinco) profissionais houve evasão no Projovem Trabalhador, sendo que 1 (um) não soube responder a questão. Os fatores que levaram a evasão dos jovens no Programa podem ser vistos nas falas dos entrevistados a seguir:

- Houve evasão no início em função do problema de jovens que já tinham participado de outros Projovem, jovens que estavam trabalhando, a questão da situação do cadastro não ter sido inserido logo no sistema, para o sistema acusar logo isso, então houve essa evasão no início. Alguns conseguiram ser substituídos, outros não, já existia um problema de déficit de evasão. Quando o aluno não se encaixava no perfil teve que sair, não tinha como permanecer, não tivemos como substituir porque quando nós identificamos isso o prazo já tinha passado e o sistema não permitia mais a substituição e aí foi uma evasão obrigatória (Coordenação geral - SETRAB).
- Na verdade sempre tem evasão, mas tem aquele período que a gente pode fazer a substituição. Aí tem o cadastro reserva (...) que é quando a qualquer momento nós podemos convocá-los e fazer a substituição obrigatória (Coordenação geral - IEL).
- Teve no início (...) mas houve a substituição (...) (Coordenação de Inserção - IEL).

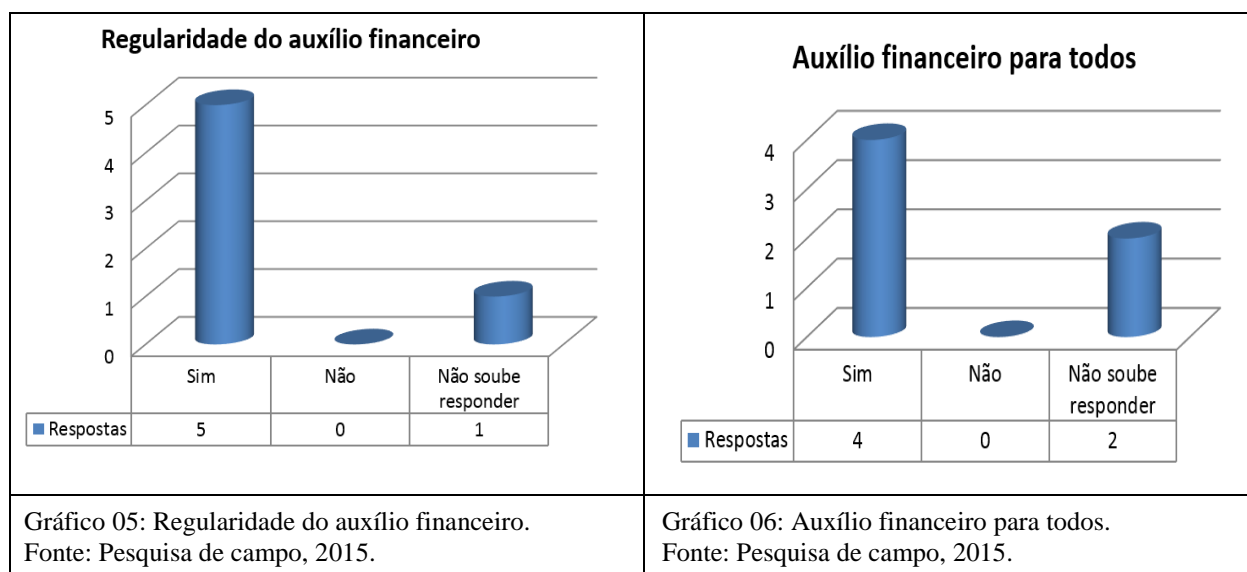
Em seus relatos os entrevistados destacam que houve evasão no início do Programa e que quando possível a substituição foi realizada, pois havia cadastro reserva e esta substituição estava dentro do prazo previsto, conforme Portaria do MTE 991/2008 quando estabelece que a

Instituição Executora deve fazer a substituição do jovem evadido até o limite de 25% da carga horária realizada.

Desta forma, quanto à evasão, conclui-se que esta ocorreu devido a vários fatores, mas principalmente em virtude dos jovens não atenderem ao perfil exigido pelo Programa e porque alguns deles já teriam participado de outros Programas similares ao Projovem Trabalhador, o que impediu a efetivação da matrícula. De acordo com a Coordenação geral da SETRAB, problemas no SinProjovem ocasionaram a não inserção dos alunos no sistema logo no início do Programa. As aulas iniciaram e apenas quando o sistema foi normalizado é que foi possível identificar a situação desses alunos. Desta forma, esses problemas internos levaram a uma “evasão obrigatória”, os alunos tiveram que deixar o Programa. Além disso, o prazo para a substituição dos alunos já havia passado.

No entanto, a Portaria do MTE 991/2008 em seu artigo 10 orienta que o Ente Parceiro deve cadastrar e encaminhar o jovem para as turmas através do SinProjovem. Se a presença do aluno não for computada, o Parceiro deverá arcar com a sua qualificação, além do pagamento do seu auxílio financeiro quando terminado o prazo de substituição (BRASIL, 2008). No entanto, observa-se que este não foi o procedimento adotado, pois segundo a coordenação geral da SETRAB, nem todos os alunos foram substituídos, o que explica em parte, a evasão que ocorreu no Programa. No final dos seis meses de curso, de acordo com o Instituto Euvaldo Lodi (2015), dos 597 jovens inscritos no Projovem Trabalhador 320 alunos foram certificados.

Quanto ao auxílio financeiro questionou-se aos profissionais se o mesmo foi pago regularmente e se todos os jovens o receberam. Os gráficos a seguir apresentam as respostas:



Observa-se que na visão da maioria dos entrevistados o auxílio financeiro foi pago regularmente e todos os alunos o receberam, conforme as respostas a seguir:

- Tudo é uma consequência que ocorreu em razão do sistema, pois houve demora na inserção dos dados no sistema, com isso atrasou o início do pagamento para os jovens. Tentamos nesse período ajustar e ao final todos receberam. Aqueles que estavam dentro do perfil, que frequentavam as aulas (...) (Coordenação geral - SETRAB).

- Sempre tinha um acompanhamento. Às vezes tinha alguns problemas de cadastro, algumas pessoas tinham alguma irregularidade e aí passávamos a informação para que fosse resolvido junto a SETRAB para tentar regularizar a situação dessas pessoas, mas todas foram pagas (...) (Coordenação geral - IEL).

- Eles reclamavam muito do vale transporte. Nós demoramos para realizar porque tinha todo um processo, por exemplo, pra ele receber os R\$ 100,00 reais, ele precisava ter um número de presença e muitos não tinham (...) (Assistente Pedagógico - IEL).

De acordo com os entrevistados a equipe técnica realizava o acompanhamento do pagamento do auxílio financeiro aos alunos e por vezes constatava problemas em seus cadastros, irregularidades que atrasavam o pagamento do benefício. No entanto, os problemas identificados foram resolvidos e os benefícios pagos. Quanto ao atraso para realizar o pagamento, este ocorreu devido ao processo que precisava ser seguido a partir dos critérios estabelecidos pelo Programa³², como por exemplo, o acompanhamento da frequência dos alunos que deveriam ter determinado número de presença, contudo, muitos não tinham essa assiduidade, que era de no mínimo 75% de frequência nas aulas. Além disso, o atraso do pagamento financeiro aos alunos ocorreu também devido a demora na inserção de suas informações no SinProjovem, conforme relatado anteriormente. Somente após a regularização do sistema o pagamento foi normalizado e todos os jovens que estavam dentro do perfil do Programa receberam os benefícios.

Cabe ressaltar que os recursos necessários à execução das ações do Projovem Trabalhador, incluindo o valor do auxílio financeiro e da contrapartida, devem ser alocados conforme o Plano de Implementação. Os recursos da contrapartida devem ser depositados em conta específica, antes do depósito a ser efetuado pelo MTE, como condição para o recebimento dos recursos federais³³ (BRASIL, 2008). Como se observa, a Portaria do MTE 991/2008

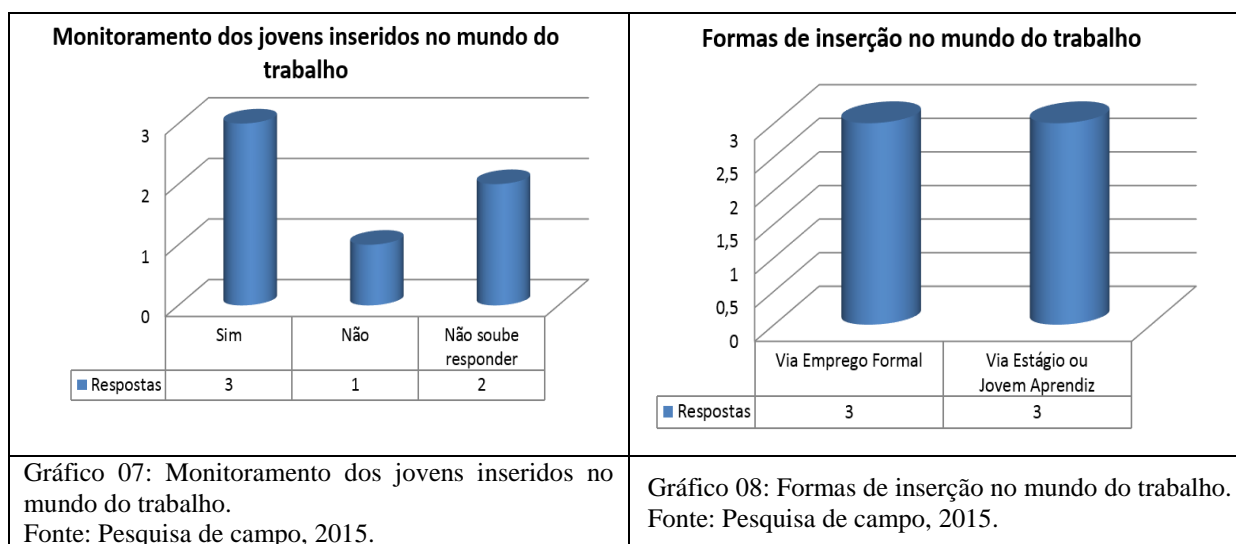
³² O MTE custeará o auxílio financeiro ao jovem participante do projeto, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), distribuídos em 6 (seis) parcelas de R\$ 100,00 (cem reais), comprovadas por meio da frequência nas atividades do mês. A frequência mínima obrigatória dos jovens beneficiários será de 75% do total das 350 horas/aula de qualificação social e profissional, onde cada hora/aula terá duração de 50 minutos (BRASIL, 2008).

³³ A liberação dos recursos do MTE será programada no Plano de Implementação em quatro parcelas de 15%, 35%, 30% e 20% condicionadas ao cumprimento dos requisitos do Programa. A liberação da parcela subsequente ficará condicionada à apresentação da prestação de contas parcial referente à anterior liberada, e assim sucessivamente, sendo, ao final das liberações, apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos (BRASIL, 2008).

estabelece uma série de critérios para o repasse dos recursos aos Entes Parceiros, estes devem seguir as condicionalidades instituídas pelo Programa para obterem os recursos do MTE.

O orçamento para execução do Projovem Trabalhador em Manaus, através da parceria realizada em 2013, foi de R\$ 1.110.151,35, incluindo o valor da contrapartida, efetivada pelo Governo do Estado do Amazonas, no valor de R\$ 111.015,13. O MTE/SPPE efetuou o valor de R\$ 999.136,22 conforme cronograma de desembolso (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2012).

Outro aspecto importante se refere à inserção dos jovens no mundo do trabalho. Desta forma, questionou-se a existência de monitoramento dos jovens inseridos no mundo do trabalho e as formas dessa inserção. Os gráficos a seguir apresentam as respostas:



Três dos profissionais (50%) responderam que houve o monitoramento da inserção dos jovens no mundo trabalho, para os demais não houve ou não soube responder (Gráfico 07). Quanto às formas de inserção dos jovens no mundo do trabalho os entrevistados responderam que estas ocorreram a partir do Emprego Formal e Estágio ou Jovem Aprendiz (Gráfico 08). Conforme se observa em seus relatos:

- Tinha uma equipe da SETRAB que nos ajudava a fazer esse acompanhamento. Lá eles tinham uma forma de controlar as pessoas que são inseridas pelo número PIS, as pessoas cadastradas no sistema do governo federal (...). No momento da prática nós já tínhamos conversado com os empresários sobre a possibilidade inserir os jovens no mercado de trabalho. Nós não temos um controle se essas pessoas foram inseridas efetivamente, mas nós sabemos que teve pessoas que participaram desse momento da prática na empresa e que foram efetivas, em várias situações, em padarias, em refrigeração teve pessoas contratadas (...) (Coordenação geral - IEL).

- Primeiro começaram com o estágio para poder ter a teoria e a prática, e aí a moça da panificadora gostou, então aí ela já ficou. A mesma coisa no curso de refrigeração

também, ela foi para uma empresa, como ela se saiu bem e ele tinha uma vaga disponível então ele já contratou a aluna direto (...) (Coordenação de Inserção - IEL).

- Não sei, mas quando terminou o curso alguns alunos foram selecionados. Os alunos tiveram a experiência de conhecer as empresas a partir do estágio voluntário que fazia parte da aula prática (...) (Assistente de Inserção - IEL).

De acordo com a coordenação geral do IEL uma equipe da SETRAB ajudava no acompanhamento dos alunos no momento da prática, por exemplo, nos estágios. No entanto, não foi possível identificar se existia realmente um monitoramento quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho, pois a pesquisa constatou apenas alguns relatos de alunos que foram contratados após passarem pelo estágio.

Apesar disso, segundo a coordenação geral da SETRAB o Programa ainda está realizando o trabalho de inserção dos jovens no mercado de trabalho, este processo ainda está em andamento devido a uma dificuldade na prestação de contas parcial junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, ocasionando a não liberação de uma das parcelas do recurso federal. Estas dificuldades levaram ao atraso na finalização desse trabalho de inserção dos jovens no mercado de trabalho bem como na conclusão do relatório final do Programa, conforme relato a seguir:

- Nós ainda temos um trabalho a fazer, estamos com uma dificuldade na prestação de contas parcial junto ao Ministério e com isso a dificuldade de receber uma parcela junto ao Ministério e isso ocasionou que o IEL ainda não fechou o relatório final para que a gente possa realmente trabalhar. Alguns jovens nós fizemos o trabalho, eles foram inseridos, eu não tenho números agora no momento, mas assim que finalizar o processo, que ainda não finalizou (Coordenação geral - SETRAB).

O Plano de Implementação tem prazo de 12 meses para ser executado, podendo ocorrer, por apostila (procedimento que altera contratos administrativos), prorrogação desse prazo, a partir de apresentação de justificativas pelo Ente Parceiro (BRASIL, 2008). No caso da parceria entre o MTE e o Governo do Estado do Amazonas para execução do Projovem Trabalhador, com base no Diário Oficial da União (2015), houve uma solicitação de Apostila para a prorrogação do prazo de execução do Plano de Implementação até o dia 27 de maio de 2015. Fato que explica o relato da coordenação geral da SETRAB durante a entrevista ao afirmar que o processo ainda encontra-se em andamento. A justificativa apresentada pela SETRAB é desconhecida, no entanto, a mesma pode ser atribuída ao atraso na liberação das parcelas do recurso federal³⁴.

³⁴ De acordo com artigo 42 da Portaria do MTE 991/2008, a vigência do Plano de Implementação será coincidente com o prazo de execução nele aprovado. Sendo que este Plano pode ser prorrogado desde que as justificativas sejam aceitas pela MTE e desde que ocorra um dos motivos estabelecidos pelo primeiro parágrafo do artigo 42. Quanto aos possíveis motivos para a prorrogação do prazo de execução do Programa pela SETRAB, destaca-se que uma das razões relatadas tem como base o parágrafo VI do artigo 42: omissão ou atraso de providências a cargo do MTE,

Os profissionais também relataram os limites e os avanços do Projovem Trabalhador:

- Avanços nós tivemos no sentido de trabalhar ocupações que o mercado precisa. O que tivemos de positivo foi na formatura desses jovens, alguns já estavam inseriram no mercado, e nós tivemos a percepção de que o curso foi bem aceito por eles. O Ministério já se manifestou com o interesse de fazer outro Projovem, mas agora com um novo formato voltado para o Pronatec (...) (Coordenação geral - SETRAB).

- Acho que deveria ter uma efetiva participação das pessoas que estão junto ao mercado. Os avanços eu acredito que foi ter dentro do conteúdo, essa parte prática onde as pessoas se sentem mais próximas da profissão (Coordenação geral - IEL).

- A dificuldade foi a falta de vaga para o jovem se inserir no mercado. Os avanços foram positivos. Acho que existe a necessidade de mais programas para esses jovens que não tem condições de estarem num curso técnico para que ele possa enriquecer seu currículo e entrar no mercado de trabalho. O Projovem trabalhador também foi positivo pela presença do próprio Ministério, eles não monitoravam só o sistema, eles também vinham em lócus (...) (Coordenação Pedagógica - SETRAB).

- Eu creio que foi uma experiência muito boa para os estudantes porque essas pessoas não tem como fazer um treinamento desses, muitos acabam o ensino médio e não tem aquela visão sobre qual curso fazer para que de fato venha conseguir uma carreira, e esses alunos viram essa oportunidade e agarraram (...) (Assistente de Inserção - IEL).

Observou-se que existe um paradoxo quanto às opiniões sobre trabalho, pois enquanto a Coordenação geral da SETRAB afirma que houve avanços quanto à verificação de ocupações que o mercado necessita, a Coordenação geral do IEL e a Coordenação Pedagógica da SETRAB destacam a dificuldade para inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como a importância de efetivas parcerias que possam ajudar nesse processo.

Desta forma, os principais limites do Projovem Trabalhador referem-se ao momento da inserção dos jovens no mercado de trabalho, pois existe uma grande dificuldade para captar as vagas disponíveis. Um dos entrevistados sugere um acompanhamento da captação de vagas para que haja uma facilidade maior para inserir os jovens no mercado de trabalho dentro do prazo estipulado pelo Programa. Entretanto, cabe ressaltar que as questões quanto à captação de vagas e a dificuldade de inserção também perpassam a difícil equação entre qualificação profissional, experiência e as exigências do mercado de trabalho.

Quanto aos avanços do Programa, foi destacado que os alunos tiveram uma boa experiência, ficaram mais próximos das profissões que desejavam exercer, além do Projovem Trabalhador ter oportunizado aos alunos que não tinham condições de fazer uma qualificação profissional, que saíssem do Programa certificados e aptos para entrarem no mercado de

inclusive quanto às liberações de parcelas de recursos previstas no Plano que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na sua execução.

trabalho. Os entrevistados relataram também que durante a cerimônia de formatura muitos alunos já estavam inseridos no mercado de trabalho e que a experiência no Projovem Trabalhador foi positiva.

Por fim, identificaram as sugestões para a melhoria/aperfeiçoamento do Projovem Trabalhador, segue alguns relatos:

- Eu acho que o programa deveria ser diário, não três vezes na semana, por mais que permanecessem os seis meses, mas você teria uma carga horária maior, em vez de seis meses seriam três. O pessoal receberia três parcelas normais, aí teria um resultado mais rápido. Sobre o sistema, eu acho que deveria ser um sistema direto com o SINE, não deveria ser separado, teria um cruzamento de informações e daria para fazer um acompanhamento e uma avaliação melhor (...) (Coordenação geral - SETRAB).

Eu acredito que é preciso fazer uma análise mercadológica com as instituições envolvidas para que se faça realmente um estudo de mercado (...) (Coordenação geral - IEL).

- A minha sugestão é que no início já seja feito o levantamento das vagas, o monitoramento e o acompanhamento do programa. Eu acho que a dificuldade maior foi captar as vagas no mercado (Coordenação Pedagógica - SETRAB).

- Mudar um pouco, trazer mais cursos atrativos (...) (Assistente Pedagógico - IEL).

- Mais investimento, abrir mais vagas porque muita gente necessita de fato, abrir mais oportunidade aos jovens, incentivá-los (Assistente de Inserção - IEL).

Nos relatos foram sugeridos: a realização de estudos sobre o mercado de trabalho envolvendo as instituições parceiras; a escolha de cursos que sejam atrativos para os alunos; a oferta de uma quantidade maior de vagas; o levantamento das vagas disponíveis no mercado de trabalho logo no início do Programa; a mudança no formato atual do Programa com a realização das aulas diariamente, uma carga horária maior e com a conclusão do curso em três meses; e a criação de um sistema integrado entre o MTE e o SINE para o melhor acompanhamento das informações.

As melhorias sugeridas são, sem dúvida, importantes. No entanto, precisam ser trabalhadas e discutidas coletivamente, entre gestores, parceiros, alunos e a sociedade. Desta forma, espera-se que os gestores do Projovem Trabalhador (Estado/Município e instituições executoras) busquem a construção dessas alternativas de melhorias a partir da socialização das informações sobre a implementação do Programa, junto ao MTE, e principalmente, ao público-alvo, pois estes são os principais interessados e que desejam a efetivação do Projovem Trabalhador.

O tópico a seguir apresenta a visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador em Manaus e tem por objetivo analisar sua formação social, profissional e expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho.

3.3. O Projovem Trabalhador na visão dos jovens egressos do município de Manaus

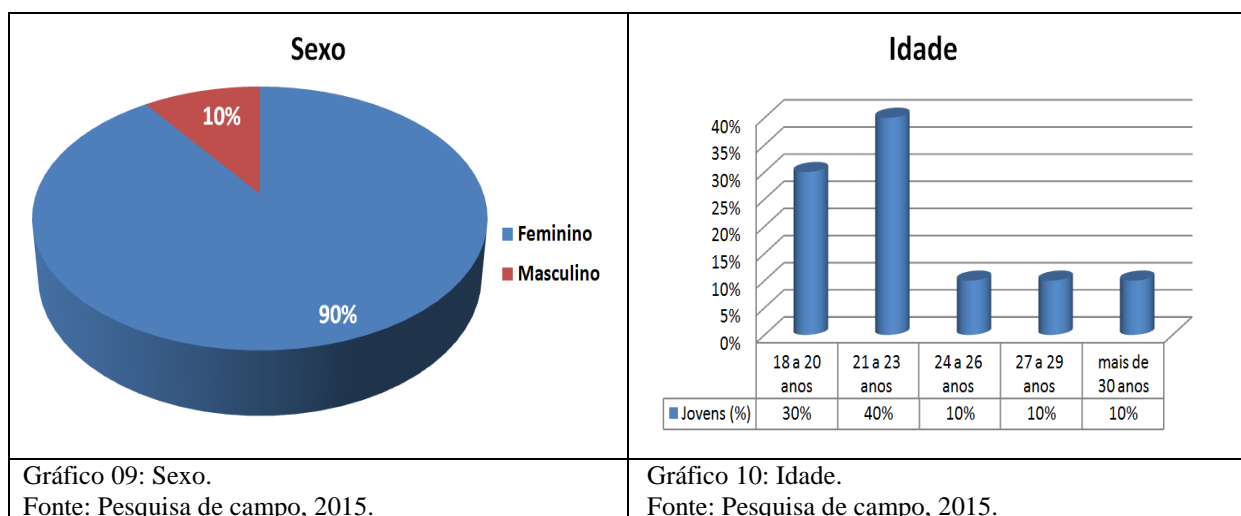
No Estado do Amazonas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o segmento juvenil representa pouco mais de um milhão, ou cerca de 23% da população. Em 2012, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD (2012) apontou que 582 mil jovens não possuíam trabalho. Apesar disso, dados sobre a situação de trabalho e estudo no Amazonas demonstram que mais da metade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos estão presentes no mundo do trabalho, em um total de 51,3%, sendo que destes, 14,1% estudam e trabalham, e 37,2% só trabalham. Os jovens que somente estudam representam 25,9% e os que não trabalham nem estudam 22,8% (IBGE, 2013).

Os dados apontam que apesar da situação de desemprego entre os jovens no Estado do Amazonas, é possível identificar que os jovens estão presentes no mundo do trabalho, bem como buscam essa inserção no futuro. Nesse sentido, demandam cada vez mais políticas públicas de trabalho e emprego que efetivem e qualifiquem esse direito.

Cabe ressaltar que no âmbito do governo federal, foram criados em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. Essas iniciativas possibilitaram aos jovens a elevação da escolaridade, o desenvolvimento de ações de cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho. Desta forma, o Programa Projovem Trabalhador integra a Política Nacional de Juventude e faz parte da política na área do trabalho e emprego, contribuindo com a construção de alternativas para a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho.

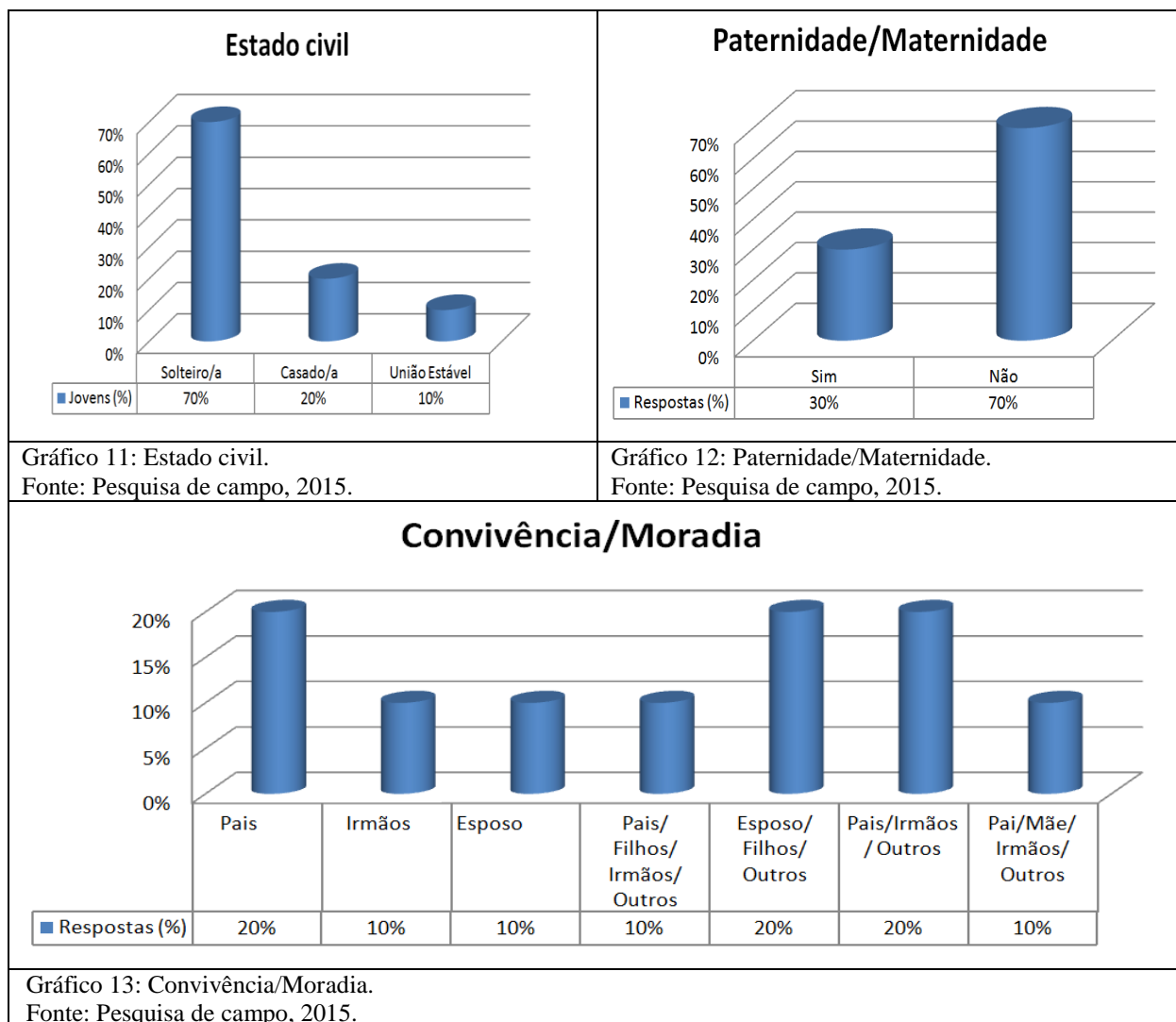
Desta forma, o presente tópico buscou analisar a visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador em Manaus sobre sua formação social, profissional e expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho. Para tanto, inicialmente, é importante conhecer o perfil desses jovens a fim de obter uma visão mais ampla sobre esses sujeitos. O ideal seria a utilização de dados específicos sobre o perfil de todos os alunos egressos do Projovem Trabalhador em Manaus, no entanto, estes dados não foram disponibilizados. Os dados do perfil que será apresentado a seguir são oriundos da pesquisa de campo realizada com os alunos entrevistados.

Feito tais esclarecimentos, os gráficos a seguir apontam dados referentes ao sexo e a idade dos jovens:



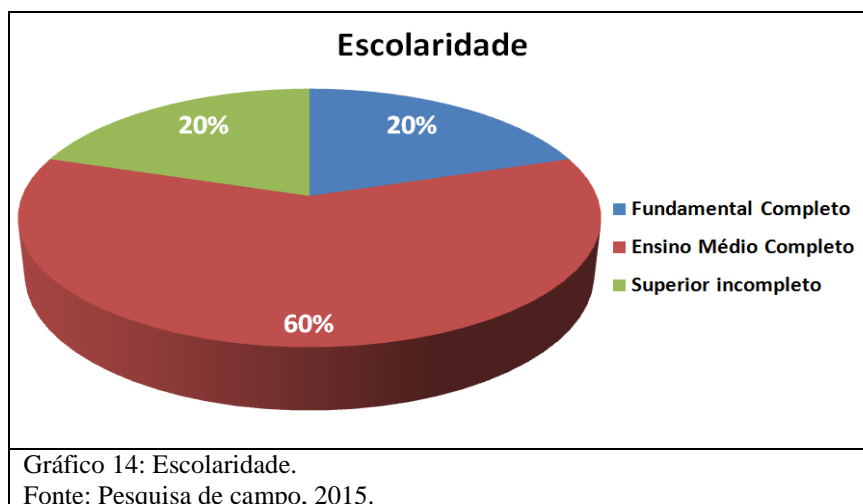
A partir do gráfico 09 observa-se que 90% dos jovens são do sexo feminino e 10% do sexo masculino. Esses resultados se assemelham aos dados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda referente ao número de jovens cadastrados no Projovem Trabalhador de 2008 a 2010 (JUVENTUDE, 2011), no Estado do Amazonas em um total de 6.607 alunos, 2.262 são do sexo masculino e 4.345 do sexo feminino, o que demonstra, desta forma, a predominância do público feminino no Programa. No Programa, o gráfico 10 aponta a prevalência de jovens na faixa etária entre 18 a 23 anos (70%), sendo 21 a 23 anos (40%) e de 18 a 20 anos de idade, (30%). Ao analisar os dados do Anuário referente à faixa etária, observa-se que no Amazonas, 63,9% dos jovens estão na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, assemelhando-se, mais uma vez, aos resultados da presente pesquisa.

A seguir, o gráfico 11 sinaliza que 70% dos jovens são solteiros, 20% casados e 10% convivem em união estável. Investigando questões relacionadas à paternidade e a maternidade, o gráfico 12 demonstra que 70% destes jovens não possuem filhos e 30% possuem. Quanto às questões de convivência/moradia dos jovens egressos observa-se no gráfico 13 um quantitativo expressivo de jovens que moram com os pais, 20%; jovens que moram com os pais/filhos/irmãos/outros, 10%; jovens que moram com pais/irmãos/outros, 20%; e jovens que moram com pai/mãe/irmãos/outros, 10%.



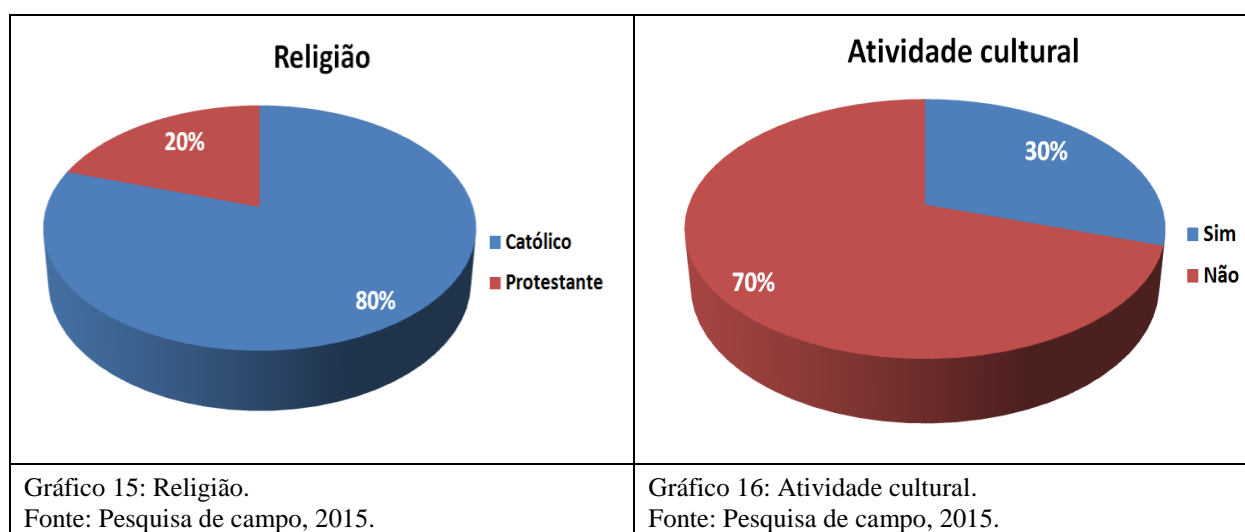
A pesquisa aponta que os alunos do Projovem Trabalhador em Manaus, em sua maioria, são solteiros, não possuem filhos e moram com os pais. Sendo que este último dado corrobora com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a “geração canguru”, na qual a quantidade de jovens que moram com os pais, em dez anos, aumentou quase quatro pontos percentuais entre 2002 e 2012, de 20,5% para 24,3%. (IBGE, 2013).

No que se refere à escolaridade dos egressos, conforme o gráfico 14, o que predomina são os jovens que cursaram até o ensino médio com 60% das respostas. Também chama atenção o quantitativo de jovens que cursaram somente até o ensino fundamental, 20% dos jovens. Destaca-se ainda o percentual de jovens que cursam o ensino superior, 20% dos jovens. Ressalta-se que dos jovens que possuem o ensino médio, 30% cursam o ensino técnico, especificamente, no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, sendo os atuais cursos na mesma área de formação do Projovem Trabalhador.

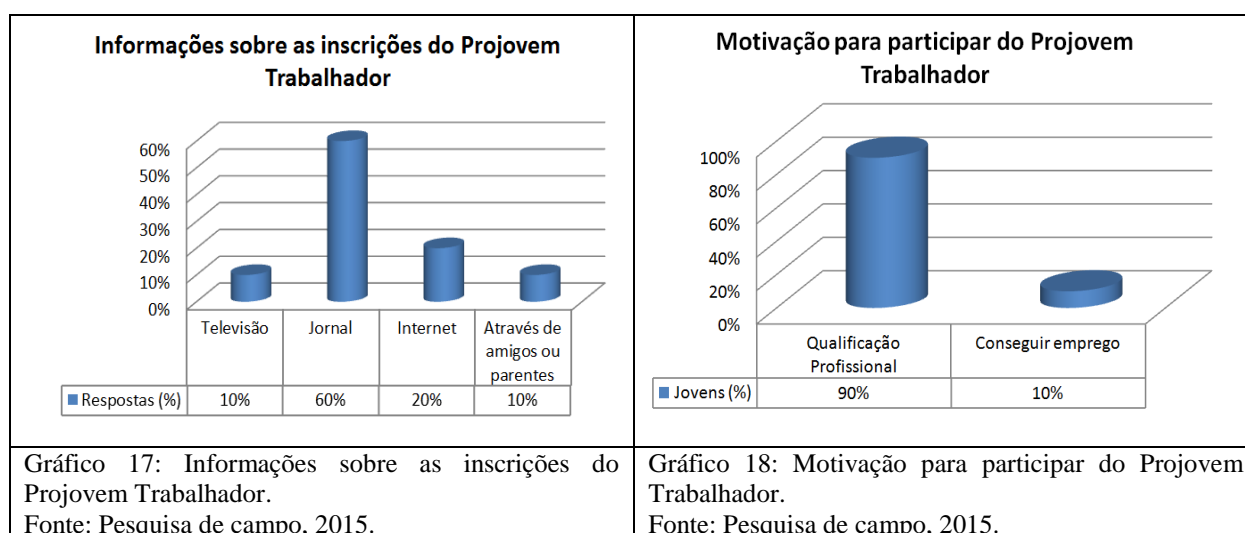


Os jovens também foram questionados em relação à religião e atividades culturais. Quanto à religião, de acordo com o gráfico 15, 80% dos jovens consideram-se Católicos, enquanto 20% consideram-se Protestantes. Também foi questionado se os jovens participam de alguma atividade cultural. Desta forma, a maioria, 70% dos jovens declararam não participar de nenhuma atividade cultural, enquanto 30% responderam que sim, sendo que participam de atividades ligadas à religião (Ministério de jovens da Igreja Católica); à música (Coral Cláudio Santoro) e ao lazer (Futebol), conforme gráfico 16. Apesar do quantitativo de jovens envolvidos em atividades culturais não ser expressivo, ainda assim, os dados demonstram o engajamento dos jovens em diferentes áreas da sociedade.

Destaca-se ainda que, de maneira unânime, os jovens declararam não possuir filiação ou simpatia por nenhum partido político, sendo que a maioria dos alunos respondeu a essa pergunta de forma convicta, ou seja, como se orgulhassem de não fazer parte da política nesse âmbito.

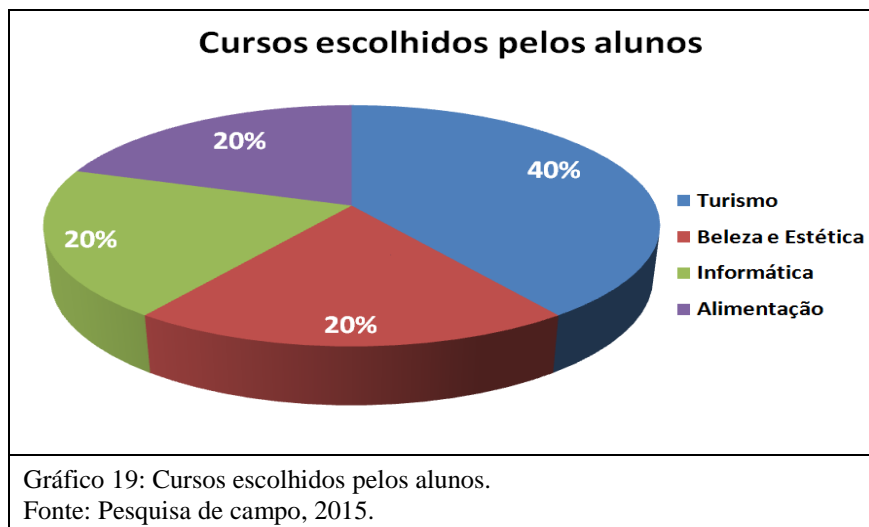


Quando questionados sobre como ficaram sabendo das inscrições do Projovem Trabalhador, 60% dos jovens responderam que foi através do jornal impresso, 20% internet, 10% televisão e 10% amigos ou parentes. O gráfico 17 indica que embora o alcance das novas mídias, como a internet, tenha aumentado nas últimas décadas, o jornal impresso continua sendo um importante meio de comunicação entre os jovens. Quanto ao gráfico 18, a principal motivação para que os jovens participassem do Programa foi a Qualificação Profissional, com 90% das respostas e para 10% a motivação foi conseguir um emprego. Nesse sentido, foi possível apreender que os jovens buscam a qualificação profissional a fim de ter um diferencial no currículo que possibilite ou facilite o ingresso no mercado de trabalho.



Observou-se que dentre os cursos oferecidos pelo Projovem Trabalhador predominou a escolha pelo Curso de Turismo com 40% das respostas. Os demais cursos identificados foram: Beleza e Estética, Informática e Alimentação, cada um desses a escolha foi de 20% (gráfico 19). Destaca-se que não foi possível localizar nenhum aluno do Curso de Refrigeração, por meio da lista de contato fornecida pela Instituição Executora. Os alunos tinham liberdade para escolher o curso no ato da inscrição, dependendo da disponibilidade de vagas. Além disso, os cursos foram definidos pelo Ente Executor, no caso, a Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB, que realizou uma pesquisa de mercado para verificar quais cursos seriam mais bem recebidos pelo público-alvo.

Cabe ressaltar que cada curso teve suas particularidades, méritos e dificuldades no momento de sua implementação. Desta forma, a percepção dos alunos quanto a Formação Social e Profissional, o Auxílio Financeiro e a Inserção no Mercado de Trabalho são bem diferentes em virtude de várias questões que serão analisadas no decorrer do trabalho.



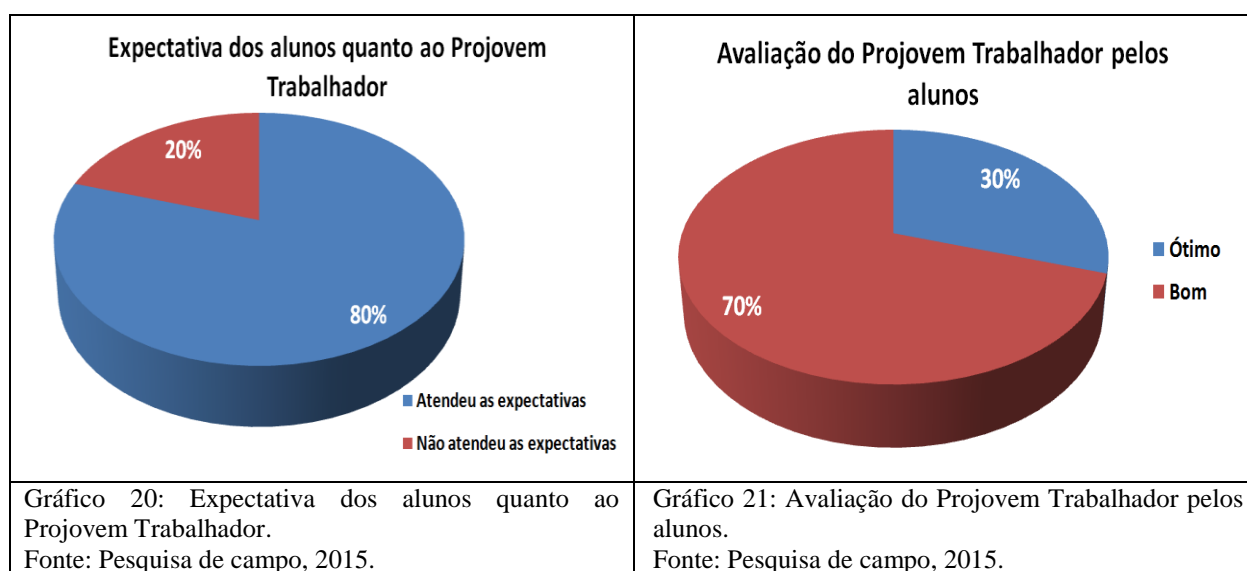
O gráfico 20 apresenta a expectativa dos alunos quanto ao Projovem Trabalhador, ou seja, o que os alunos esperavam do programa e se este atendeu as suas expectativas. Conforme este gráfico, a maior parte dos entrevistados, 80% respondeu que sim, o Programa atendeu as expectativas e para 20%, não. No entanto, apesar dos dados positivos muitos alunos relataram que o Programa deixou a desejar em alguns aspectos, conforme se observa nas falas a seguir:

- Sim. Nós não tivemos dificuldades alguma, o nosso curso foi muito bem atendido. Nós tivemos toda uma atenção (...) então a meu ver, eu não posso falar no geral, mas pra mim superou minhas expectativas (Jovem 3 - Beleza e Estética).
- Não. Mais pelo motivo do emprego que eu esperava. O meu maior interesse quando eu entrei lá foi esse. Sair de lá pelo menos empregada (...) (Jovem 4 - Turismo).
- Mais ou menos, eu acho que não. Porque faltou a prática, a gente queria ter pelo menos um estágio e nós não tivemos (Jovem 5 - Turismo).
- Sim. Atendeu, consegui fazer meu curso, concluir, pegar meu certificado, me especializar na área que eu estava querendo mesmo (Jovem 6 - Beleza e Estética).
- Sim. Era o que eu esperava, só o que ficou a desejar foi o encaminhamento, esse que era o meu objetivo (Jovem 8 - Informática).

Na avaliação dos alunos, a falta de aulas práticas, estágio e encaminhamento para o mercado de trabalho foi o que contribuiu para que o Programa não atendesse a todas as expectativas. Observa-se uma contradição no depoimento de alguns alunos, pois ao passo que respondem que o Programa atendeu as expectativas, também relatam que houve aspectos que ficaram a desejar. Cabe ressaltar que existe uma diferença entre as respostas em virtude da maneira como cada curso foi implementado. Além disso, foi possível observar que os alunos do

curso de Beleza e Estética saíram bem mais satisfeitos com o Programa que os alunos do curso de Turismo, por exemplo, pois os primeiros tiveram aulas práticas e os segundos não.

Sabe-se que formar jovens para o mercado de trabalho requer investimento, não só na qualificação profissional, com ênfase na teoria, mas também na parte prática, pois esta tem grande importância para o jovem quando busca trabalho. Além disso, requisitos como a experiência contam bastante. Tais condicionalidades se tornam obstáculos que dificultam cada vez mais a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Desta forma, é possível compreender a preocupação dos alunos com as aulas práticas e o estágio que deixou bastante a desejar, sendo um dos motivos pelos quais o Programa não atendeu as expectativas.



Já no gráfico 21 é possível observar a avaliação dos alunos quanto ao Projovem Trabalhador. De uma maneira geral, esta avaliação também foi positiva, pois 70% dos alunos avaliaram o Programa como Bom e 30% como Ótimo.

- Bom. Por uma parte foi bom porque a gente aprendeu mais coisa assim que a gente não sabia, tiramos dúvidas de como trabalhar em restaurantes, como tratar os turistas que vem de fora, muita coisa, a estrutura da cidade que tinha que conhecer antes, o guia de turismo da cidade que temos que conhecer para levar os turistas (Jovem 1 - Turismo).

- Ótimo. Eu avalio como ótimo porque eu nunca tinha feito um curso de Excel, mal eu sabia o Word, digitar, nem configurações eu não sabia como fazer, e essas coisas foram essenciais eu aprender e quando for chegar na minha vez de fazer um trabalho eu vou estar apta (Jovem 9 - Informática).

Os alunos destacaram em suas respostas o conhecimento adquirido, ou seja, as habilidades conquistadas durante o curso, demonstrando, dessa forma, que o Programa atingiu seu objetivo quanto à efetividade, pois o conhecimento adquirido em sala de aula contribuirá para a transformação da realidade do jovem.

Cabe ressaltar que a efetividade relaciona-se ao atendimento das reais demandas sociais, ou seja, a relevância de sua ação, significa a sua capacidade de alterar as situações encontradas. Portanto, a efetividade é medida de acordo com a quantidade de mudanças significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que o projeto ou política foi capaz de produzir (CARVALHO, 2001).

Ainda sobre a avaliação do Projovem Trabalhador, destaca-se o depoimento do Jovem 3, do curso de Beleza e Estética. O relato expressa um exemplo de como o Programa foi efetivo em aspectos que contribuíram para a transformação na vida dos jovens.

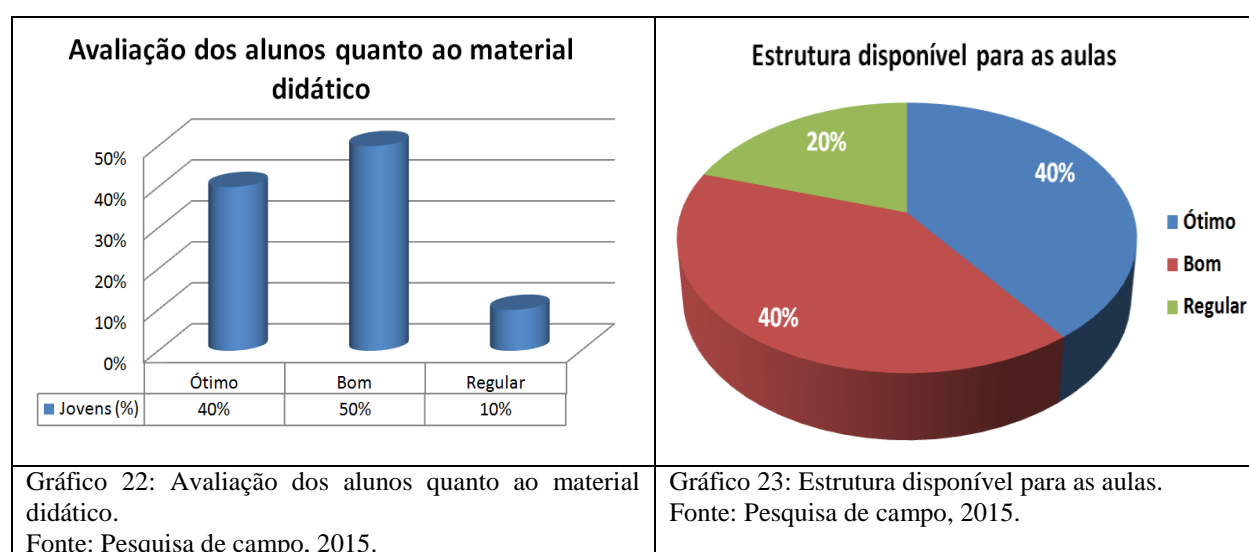
- Ótimo. No Projovem, eu entrei no curso de Beleza e Estética como manicure, eu trabalho como manicure há oito anos, eu sofria com dores na coluna, já estava afetando a minha saúde. Eu saí de lá apta a fazer realmente o que eu gosto, eu tinha interesse em aprender (...). A estética pra mim independente do que tenha em volta eu vou fazer porque eu gosto (...). Todo mundo chega pra mim e pergunta e você não vai fazer nada? E eu digo, eu já faço o que eu gosto, eu já faço o que eu nasci pra fazer (...). Eu, graças a Deus consegui isso, e foi graças ao Projovem. Quando eu vi no jornal, eu já tinha buscado cursos particulares, é um absurdo de caro, quatrocentos reais chega a ser a tua mensalidade, e tu dá tua vestimenta, teu vale-transporte, e o teu material, coisa que na estética é um absurdo de caro. (...) Eu sozinha jamais poderia pagar, eu poderia até iniciar, mas não chegaria a concluir, tenho três filhos, ajudo na minha casa, eu tenho que cuidar das crianças, da onde que eu tirar tudo isso. Então pra mim foi maravilhoso. (...) O curso me completou profissionalmente (...) (Jovem 3 - Beleza e Estética).

No exemplo, a aluna é uma jovem de 28 anos, esposa, mãe de três filhos que ajuda na renda familiar, sendo o Projovem Trabalhador um curso que fez diferença na sua vida profissional. “Solucionou” problemas de saúde, pois a jovem trabalhava como manicure e sofria com problemas na coluna, hoje ela trabalha na área de depilação, especialidade adquirida no Programa. O amor pelo seu trabalho também é algo que chama atenção, pois a jovem relata que trabalha com o que gosta, com o que nasceu para fazer, mesmo com muitas pessoas a sua volta pensando diferente. A aluna destaca também que o programa foi uma oportunidade única de realizar o curso, pois não teria condições de pagar um curso particular de Beleza e Estética. Por isso, em virtude destas questões a jovem avalia o Programa como excelente, ressaltando a importância dele para sua realização profissional.

Observa-se que para esta jovem, além do sentido de sobrevivência, o trabalho tem outro significado em sua vida, é sinônimo de liberdade, possibilitando, não apenas a ascensão social,

mas também o prazer de trabalhar com o que gosta, esse é o sentido que vê em seu trabalho. Ou seja, não é somente trabalho alienado³⁵ para suprir necessidade de sobrevivência. Diante disso, entende-se que os jovens também buscam uma relação com o trabalho diferente da relação de alienação observada por Marx, na qual se trabalha para viver. Assim, é por meio de trabalhos mais qualificados que os jovens esperam modificar a sua relação com o trabalho (MANDETTA, 2013).

Na pesquisa também foi solicitado aos alunos sua avaliação quanto ao material didático garantido pelo Governo Federal bem como a estrutura disponível para as aulas do Programa.



Quanto ao material didático, 40% dos jovens responderam que o consideram ótimo, 50% bom e 10% regular. Além disso, todos responderam que não tiveram dificuldades para compreender o material utilizado pelos professores:

- Ótimo. O material era bem rico, até me serve na graduação (Jovem 2 - Alimentação).
- Regular. (...) a apostila não estava atualizada, então tinha muita coisa que estava naquela apostila que não existia mais, mudou. (...) e era uma apostila mais voltada para realidade nacional, não era local (Jovem 5 - Turismo).
- Bom. (...) Teve algumas coisas que não deu pra entender, mas a professora explicava pra gente. Tem algumas coisas que não estavam atualizadas (...). O material era voltado pra uma realidade mais geral que local (Jovem 7 - Turismo).

³⁵ O trabalho alienado aliena o homem do produto do seu trabalho, do seu próprio trabalho, do seu ser genérico e dos demais seres humanos. Isso impede que ele possa desenvolver as suas potencialidades, bem como que ele possa desenvolver a sua humanidade. Ele transforma-se, pura e simplesmente, numa atividade vital, onde o trabalho representa, tão somente, uma possibilidade de subsistência. Na sua condição de trabalhador, equipara-se a uma máquina, que deve integrar-se perfeitamente no processo produtivo, e que pode ser descartada tão logo não atenda as exigências desse processo (LUZ e BAVARESCO, 2010).

Os alunos destacaram que a apostila não estava atualizada e o seu conteúdo não atendia a realidade regional. Nesse momento, o desempenho dos professores em sala de aula foi essencial, pois apesar do material do curso de Turismo, segundo os alunos, não estar atualizado, os professores como mediadores, souberam contornar a situação e ensinar o conteúdo de forma atualizada.

O Ministério do Trabalho e Emprego disponibiliza a matriz do material pedagógico (apostilas) que deve ser aplicada pelos Entes Parceiros que aderem ao Projovem Trabalhador. É um material padrão que deve ser utilizado na Qualificação Profissional de acordo com cada Arco Ocupacional (Quadro 08). Tanto o conteúdo da Qualificação Social (Quadro 07) quanto o conteúdo da Qualificação Profissional não podem sofrer reduções, apenas acréscimos. Além disso, a oferta dos cursos deve estar em consonância com a demanda local (BRASIL, 2008). No entanto, não é possível observar esta última orientação, pois os materiais pedagógicos continuam sendo elaborados sem atender as particularidades de cada região.

Quanto à estrutura física e material para as aulas do Projovem Trabalhador (gráfico 23), 40% dos alunos consideram a estrutura ótima, 40% boa e 20% regular. A seguir a percepção dos alunos quanto à estrutura disponível para as aulas:

- Regular. Nas aulas práticas, mexíamos com alimentos e lá não tinha uma estrutura adequada pra fazer os alimentos, não tinha um espaço apropriado, na verdade. Depois que gente reclamou um pouco aí compraram alguns equipamentos, mas o local mesmo não era bom. Tinha uma cozinha bem pequena (Jovem 2 - Alimentação).

- Ótima. Nós tínhamos espaço, nós tínhamos liberdade, as pessoas que eram atendidas por nós nunca se queixaram, se nós tivéssemos um problema hoje no outro dia já era resolvido, sempre tinha material, nós nunca chegamos a ficar sem ter aula por falta de material, todas as nossas necessidades foram supridas (Jovem 3 - Beleza e Estética).

- Boa. Tinha uma estrutura boa nas salas de aula, tinha data show (Jovem 5 - Turismo).

Na pesquisa de campo, quanto à estrutura disponível para as aulas, de uma forma geral as respostas que se destacaram foram as seguintes: faltou estrutura, espaço apropriado para o desenvolvimento das aulas; sempre tinha material, havia estrutura; havia data show, computador, acesso a internet.

Como se observa, a percepção dos alunos quanto à estrutura é bastante divergente o que pode ser atribuído ao fato dos alunos terem pertencido a cursos diferentes. Por exemplo, no Curso de Beleza e Estética os alunos tinham toda uma estrutura para realizarem suas atividades,

ao contrário do Curso de Alimentação, que no início não havia estrutura e somente depois tiveram as necessidades particulares do curso atendidas.

Segundo Cury (2001) as organizações são formadas por uma permanente tensão de tendências, forças, interesses que ora se opõem, ora se reforçam mutuamente. Diante disso, é preciso analisar a realidade, identificando essas forças em jogo, as relações entre elas e seus efeitos (ou potenciais efeitos) sobre a organização, seus objetivos e ações. É necessário analisar também o ambiente interno da organização, verificar quais os aspectos que influenciam ou poderão influenciar o trabalho, qual o impacto desses elementos, externa e internamente, e como eles poderão afetar a organização e os projetos que serão implementados. Portanto, através de um bom planejamento é possível identificar esses diferentes aspectos e, assim, utilizá-los, eliminá-los ou minimizá-los.

Planejar estrategicamente não é, portanto, adivinhar ou predizer o futuro, mas sim calcular, influir no futuro, pois, ainda que não tenhamos o controle total sobre os resultados de nossas ações, podemos tentar criá-lo, prevendo possibilidades e dificuldades, descobrindo e antecipando respostas (CURY, 2001, p. 42).

Desta forma, compreende-se ser indispensável que o Projovem Trabalhador tenha um processo de planejamento minucioso e sistemático para que o Programa venha a ter sucesso e obtenha os resultados esperados.

Uma das principais questões abordadas na pesquisa refere-se ao desenvolvimento das aulas de Qualificação Social e Profissional do Programa. Questões sobre o conteúdo programático, a carga horária das aulas, a dinâmica dos professores em sala, as aulas teóricas e práticas e o estágio foram consideradas. O quadro a seguir apresenta a percepção dos alunos:

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL
Jovem 1 - Turismo: A aula de Qualificação Social foi até boa , a professora era uma psicóloga. Nós éramos muito acanhados e ela tirou nossa timidez. Não ficou tão chata essas primeiras aulas porque a gente fez muitas dinâmicas. A carga horária foi boa, suficiente. A Qualificação Profissional eu não achei muito boa porque tinha que ter mais aula prática , nós tivemos muita aula teórica (...). Fizemos visita ao Teatro Amazonas e ao Mercado Adolfo Lisboa apenas.
Jovem 2 - Alimentação: A Qualificação Social acho que foi bem mais proveitosa , teve bastante assunto. (...) As aulas práticas deixaram bem a desejar eu acho, porque no Programa do curso tinha Chapista, Repositor de mercadoria e a gente não teve essa prática mesmo, a gente mais cozinhou. Na verdade eu acho que a carga horária era boa, tinha era que melhorar a parte prática.

<p>Jovem 3 - Beleza e Estética: Na Qualificação Social nós tivemos o professor Laércio que foi um ótimo instrutor. Não só instrutor, mas também motivador (...). Eu acredito que a carga horária foi pouca pra quem ia sair já pronto pra trabalhar, por exemplo, quem quis aprender correu atrás, não faltou as ações, quem quis realmente, quem estava com força de vontade conseguiu. (...) As aulas práticas foram maravilhosas desde o início, a professora era de uma força de vontade para que nós realmente aprendêssemos, não só aprender o procedimento, mas pegar o amor ao que tu está fazendo. (...) O curso era voltado para várias especialidades, nós tivemos todos os módulos, o design de sobrancelha, depilação, massagens linfáticas, manicure, cabelo, corte, coloração, alisamento, química, corpo e pele, que é o banho de lua, limpeza de pele. Então nós saímos aptas a tudo, quem realmente quis aprender.</p>
<p>Jovem 4 - Turismo: A Qualificação Social pra mim foi a melhor que teve, a professora Andreia é uma psicóloga, uma excelente profissional, nos ensinou a ser um bom profissional, ser o mais ético possível no nosso local de trabalho. (...) Quanto à Qualificação Profissional, a prática não teve, só a teoria. Da prática a gente só fez uma visita no Mercado Adolfo Lisboa. A professora era legal, (...) era por dentro do assunto sim, mas na minha opinião acho que faltou um profissional da área mesmo. (...) o turismólogo, acho que com certeza a gente teria aprendido mais coisas.</p>
<p>Jovem 5 - Turismo: A Qualificação Social foi cansativa porque era muita sala de aula, só slides. Na Qualificação Profissional, a parte de Turismo, não teve muita aula prática. (...) E a gente precisava muito da prática, a gente precisava visitar os locais, um restaurante, e a gente não teve isso. Nós tivemos somente uma visita ao Mercado Adolfo Lisboa.</p>
<p>Jovem 6 - Beleza e Estética: Na Qualificação Social as aulas foram legais porque a gente aprendeu muita coisa que eu levei pra mim, pra minha casa, sobre respeito, conscientização, higiene. Qualificação Profissional. Eu achei legal, deu pra aprender muita coisa. Aprendemos manicure, sobre limpeza de pele, massagem, corte de cabelo, sobrancelha, maquiagem. Deu pra aprender um pouquinho de cada (...).</p>
<p>Jovem 7 - Turismo: A Qualificação Social eu achei bem legal, a professora explicou super bem as matérias. Não tive nenhuma dificuldade (...). Turismo requer prática, não só teoria. Então acho que faltou planejamento por parte do IEL e da professora, faltou comunicação, planejamento. A gente queria visitar os lugares, conhecer mais a cidade.</p>
<p>Jovem 8 - Informática: As aulas de Qualificação Social foram ótimas, os professores eram legais, ensinou muito bem, passou o conteúdo todo, a carga horária foi suficiente. Na Qualificação Profissional era informática básica, aí depois passou para avançado e logo no final a gente viu um pouco de Excel avançado, foi bom. Na aula prática a gente foi para uma empresa, a Prodam, só que o meu objetivo era ser encaminhado. Quando eu entrei no curso eu vi na internet que ao terminar o curso a gente era encaminhado, então pensei que a gente ia ser encaminhado para o trabalho, só que quando chegou lá na empresa, a gente só teve três dias de aula lá na Prodam. Mas foi uma boa experiência, os profissionais nos acompanhavam, deu pra aprender.</p>
<p>Jovem 9 - Informática: Na Qualificação Social a gente falou sobre cidadania, legislação trabalhista, o que tinha mudado, deu pra ter uma boa noção (...). Na Qualificação Profissional. A gente começou no pacote básico e chegamos ao avançado, eu queria que a gente tivesse chegado ao Photoshop, naquele manual tinha mas nós não conseguimos chegar lá, pois muitas pessoas tiveram dificuldade pra aprender, tinha gente que nunca tinha mexido com informática e isso fez com que o professor tivesse que acompanhar o ritmo desses alunos (...).</p>
<p>Jovem 10 - Alimentação: A aula de Qualificação Social foi boa, fizemos palestras, atividades. Na Qualificação Profissional faltou infraestrutura, não tinha uma sala adequada, a gente teve que pegar uma sala e adequar pra fazer o curso de Alimentação. Depois eles ajustaram, mas não tinha uma cozinha própria, era a cozinha da instituição (...).</p>

Quadro 14: Qualificação Social e Profissional segundo os alunos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Sobre a Qualificação Social apenas um aluno declarou que as aulas eram cansativas, e isso devido a grande quantidade de slides apresentados. No entanto, a maioria dos alunos fez avaliações positivas e destacou a importância do professor, pois o conteúdo apresentado por ele foi proveitoso e bem explicado, sendo passado por meio das aulas expositivas, de palestras e atividades em sala de aula, e oportunizou aos alunos, por exemplo, que fossem menos tímidos e profissionais éticos em seu ambiente de trabalho. Além disso, um dos alunos destacou que o professor também era um grande motivador, sempre os incentivando a continuar e não desistir do curso. Na Qualificação Social os alunos também aprenderam sobre cidadania, legislação trabalhista, respeito, conscientização, higiene, entre outros assuntos.

Na Qualificação Profissional os alunos do curso de Turismo destacaram que houve poucas aulas práticas ou que elas foram quase inexistentes. O curso foi mais teórico que prático. Segundo os alunos, houve visitas técnicas, mas a maior parte do conhecimento adquirido em sala de aula não foi posto em prática, nem por meio dos estágios. E como destacou uma aluna, Turismo requer prática e a falta de planejamento por parte da Instituição Executora e do professor acabou ocasionando essa fragilidade no curso de Turismo. Um dos alunos destacou também que eles não foram acompanhados por um profissional da área, no caso, um Turismólogo, o que poderia ter dado mais qualidade ao curso.

Os alunos do curso de Alimentação relataram que tiveram aulas práticas, mas que estas poderiam ser melhores, pois não havia uma estrutura adequada para o desenvolvimento do curso. Logo no início os alunos protestaram por melhorias e então a Instituição Executora realizou os ajustes, mas ainda assim, não havia uma cozinha própria para as aulas práticas o que dificultava o pleno aprendizado dos alunos.

Já os alunos de Beleza e Estética gostaram das aulas de Qualificação Profissional, destacaram o conhecimento adquirido e as especialidades que aprenderam em sala de aula. Uma das alunas relatou que já trabalhava como manicure e no final do curso pôde investir em uma nova especialidade (depilação) a partir das habilidades que aprendeu no Programa.

Os alunos do curso de Informática também avaliaram de forma positiva as aulas de Qualificação Profissional. Um dos alunos relatou que as aulas práticas ocorreram em uma empresa, no entanto, o jovem esperava pelo seu encaminhamento para o mercado de trabalho, o que não aconteceu. Outra questão se refere ao conteúdo programático que não foi ministrado de forma integral, sendo o motivo, a dificuldade da aprendizagem dos alunos, pois o professor precisava acompanhar o ritmo de cada aluno em sala de aula.

A partir dos relatos observa-se que os alunos dos cursos de Turismo e Alimentação são os que mais destacaram fragilidades quanto à implementação das aulas de Qualificação Profissional, demonstrando que um dos pontos que o Programa precisa melhorar diz respeito ao Planejamento das aulas práticas, tendo em vista a importância do aprendizado técnico e prático para a formação profissional dos jovens.

O quadro 15 aborda os principais pontos relatados pelos alunos quanto às aulas de Qualificação Social e Profissional e o quantitativo de resposta para cada aspecto verificado.

PRINCIPAIS ASPECTOS		RESPOSTAS (%)
Aulas práticas, estágio e mundo do trabalho	Houve aulas práticas	10%
	É preciso melhorar as aulas práticas	20%
	Não houve aulas práticas	40%
	Houve visitas técnicas	40%
	Houve dificuldade para liberar os alunos para as visitas técnicas	20%
	Houve estágio	10%
	Faltou encaminhamento para o mercado de trabalho	10%
Qualificação Social e Profissional	Foi boa a Qualificação Social	90%
	Foi boa a Qualificação Profissional	50%
	Faltou abordar mais conteúdos na Qualificação Profissional	40%
	Carga horária das aulas foi boa, suficiente	60%
	Faltou estrutura física adequada para as aulas	20%
	Faltaram profissionais qualificados na área	20%

Quadro 15: Principais aspectos da Qualificação Social e Profissional segundo os alunos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Depreende-se do quadro acima que a Qualificação Social teve uma avaliação positiva dos alunos, com 90% das respostas, demonstrando que o Programa buscou “promover ações que contribuam para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos da cidadania”, conforme consta em seus objetivos específicos.

A Qualificação Profissional, por sua vez, teve 50% das respostas no que se refere a sua avaliação positiva. Esse baixo quantitativo se deve a aspectos como: a não realização de aulas práticas, com 40% das respostas; a necessidade de melhoria das aulas práticas, 30%; estrutura física frágil ou ausente, 20%; dificuldades quanto à liberação para as visitas técnicas, por parte

da Instituição Executora, 20%; conteúdo da Qualificação Profissional não abordado de forma integral, 40%; e a ausência de profissionais qualificados na área, 20%.

Observou-se, desta forma, o não cumprimento do mínimo de 80 horas/aula estabelecidas para as aulas práticas, bem como a ausência de condições laboratoriais que utilizasse tanto instalações próprias como reprodução das condições reais, de acordo com o curso, conforme orienta o Programa. Além disso, a ausência de profissionais qualificados na área é uma questão que pode ter contribuído para que os conteúdos da Qualificação Profissional não fossem abordados em sua íntegra.

Os alunos também foram questionados quanto à evasão, se houve e o motivo desta:

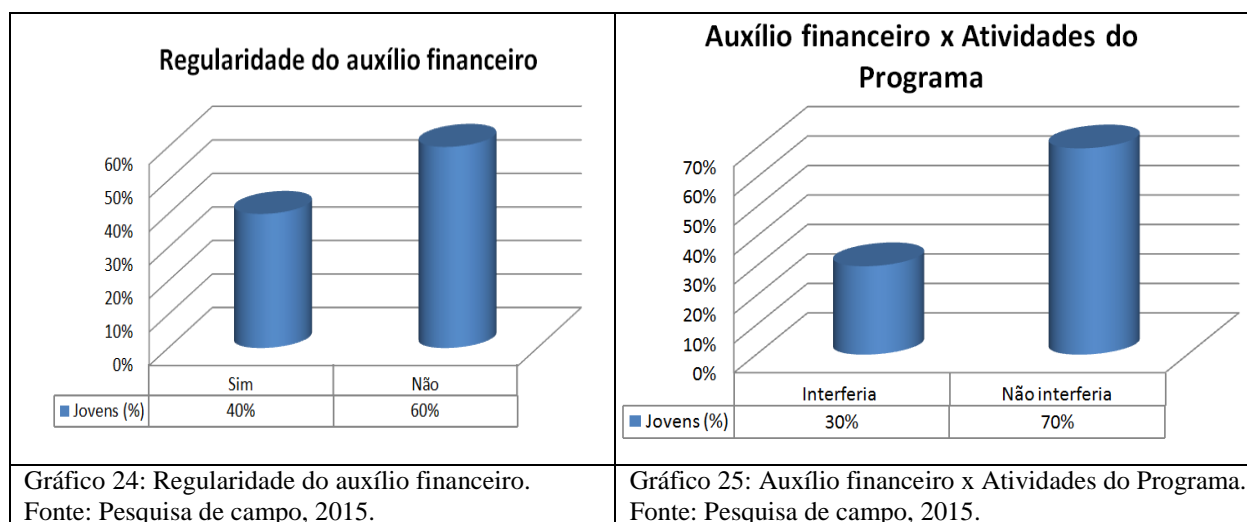
- (...) Tinha o benefício, acho que muita gente estava lá mais por causa do benefício e ele atrasou, saiu quase já no final, era o benefício e o auxílio pra passagem, então acho que foi por isso (Jovem 2 - Alimentação).
- (...) O que dava pra ver que ninguém escondia era o interesse pelo dinheiro, no meu caso ajudava bastante, mas o meu interesse principal lá era o emprego. Teve gente que arrumou emprego, teve gente que não quis mesmo, desistiu, ou teve gente que começou a fazer faculdade, e assim eles foram desistindo, mas acho que foi mais por causa do dinheiro e do vale transporte que atrasava (Jovem 4 - Turismo).
- (...) A maioria deles dependia do auxílio para passagem e muitos não tinham condições e foram desistindo logo no começo (...) (Jovem 8 - Informática).
- De 25, formou uns 12 alunos. Desses 50% que desistiram metade foi por causa de problema financeiro (...) (Jovem 9 - Informática).

A maioria dos entrevistados relatou que houve evasão. 80% afirmou que houve desistências devido ao atraso do auxílio financeiro e do auxílio transporte. Segundo os alunos o benefício não saía no prazo estipulado e, muitos, sem este benefício, não tinham condições de frequentar as aulas. Outros motivos também foram destacados para essa possível evasão. Os alunos conseguiram inserção no mercado de trabalho, ingressaram em universidades, não se identificaram com o curso, entre outros motivos. Cabe destacar a contradição quanto a este tema, já que para gestores e profissionais a razão para a evasão dos alunos ocorreu devido a problemas internos no sistema do Sinprojuvem, pois constatou-se que muitos alunos não entravam no perfil do público-alvo do Programa. Ainda assim, não se pode afirmar com precisão os motivos, tendo em vista que não houve pesquisa com os alunos evadidos.

Quanto ao destaque do auxílio financeiro compreende-se que este cenário ocorreu em virtude do Projovem Trabalhador ter como público-alvo jovens de baixa renda, ou seja, com renda familiar de até 1 salário mínimo e em situação de desemprego. Desta forma, o único suporte que os alunos tinham para frequentar as aulas era o benefício do próprio Programa.

Constatou-se, assim, que o atraso do benefício também contribuiu para a desistência de muitos alunos no Programa, seja no início ou no meio do curso.

No que se refere ao auxílio financeiro foi indagado aos alunos sobre seu pagamento e se esse auxílio interferia no desenvolvimento das atividades no Programa. Quanto ao pagamento do auxílio financeiro, de acordo com o gráfico 24, para 60% dos alunos, o auxílio financeiro não foi pago regularmente; e para 40% sim, foi pago regularmente.



De acordo com os jovens o auxílio financeiro atrasou nos primeiros meses, mas depois foi pago regularmente. O auxílio transporte também teve atrasos, o que dificultou a permanência de alguns alunos em sala de aula. Os jovens relataram que houve casos de alunos que não receberam todas as parcelas do auxílio financeiro, mas que isso ocorreu devido à quantidade de faltas no curso, entre outros motivos. Houve ainda dois alunos que receberam a última parcela do auxílio financeiro somente no final do curso, sendo que desconhecem o motivo. Alguns desses aspectos podem ser observados a seguir:

- Não. A gente teve que tirar do nosso bolso pra poder frequentar as aulas (Jovem 1 - Turismo).
- Não. Recebemos a primeira parcela mais de um mês depois que começou o curso, toda vez atrasava de todo mundo. E diziam que atrasava justamente por causa dessa evasão e eles tinham que ver quem realmente estava indo. Eu só recebi cinco parcelas, mas porque eu tinha bastante falta e isso contava (Jovem 2 - Alimentação).
- Não. Teve atraso, nós viemos receber já no terceiro mês. Recebemos todas as parcelas, agora teve gente que não recebeu da minha turma, mas por causa da frequência. Mas a maioria das pessoas recebeu todas as parcelas (Jovem 5 - Turismo).

- Sim. Só no começo que demorou pra gente receber, e a gente recebeu a última parcela depois que já tinha terminado o curso. Mas todo mundo recebeu, recebemos normal todos os benefícios, inclusive o vale transporte (Jovem 9 - Informática).

Ressalta-se que o Projovem Trabalhador faz parte dos Programas de Transferência de Renda, pois concede o benefício financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00, e condiciona o pagamento à frequência dos alunos em sala de aula. Desta forma, cabe concordar com a visão de Ribeiro (2001) quando afirma que as bolsas concedidas pelos programas “não garantem a permanência dos alunos, por motivos multifatoriais”, pois a permanência ou não nos programas irá depender da realidade vivenciada por cada jovem, mesmo assim, é importante ressaltar a “relevância das bolsas como mecanismo de distribuição de renda para as diversas juventudes pobres” (RIBEIRO, p. 40).

No entanto, no caso do Projovem Trabalhador, o benefício financeiro proporciona, sobretudo, a frequência dos alunos em sala de aula, ou seja, a sua permanência no Programa, conforme os jovens demonstraram em seus depoimentos sobre o tema evasão, bem como se observa, a seguir, em relação à interferência do auxílio financeiro no cotidiano dos alunos no Programa.

Quanto à interferência do auxílio financeiro nas atividades realizadas pelos alunos (gráfico 25), ou seja, se o benefício recebido (100 reais por mês durante os seis meses de aula e mais o vale transporte) de alguma forma interferia no seu desempenho em sala de aula. A fala dos alunos aponta que para 70% o auxílio financeiro não interferia, para 30% interferia.

- Não. Não interferia porque eu queria mais saber do curso, mas era um auxílio que ajudava (Jovem 1 - Turismo).

- Sim. Ter ou não aquele dinheiro pra mim não iria fazer a diferença porque o que eu queria era qualificação porque eu não teria dinheiro pra bancar uma qualificação daquela, mas o dia que saía o benefício era uma ajuda muito grande porque o nosso vale transporte também saía com atraso, então quando eu pegava aqueles cem reais eu colocava crédito. (...) ele te auxiliava a estar em sala de aula então fez falta não sair regular (Jovem 3 - Beleza e Estética).

- Sim. O dinheiro era um incentivo pra eu estar lá. Na época eu não estava fazendo nada e o meu pai também não estava com a mínima possibilidade de pagar uma faculdade pra mim. O Projovem veio em uma hora boa na minha vida porque eu não estava fazendo nada (...) (Jovem 4 - Turismo).

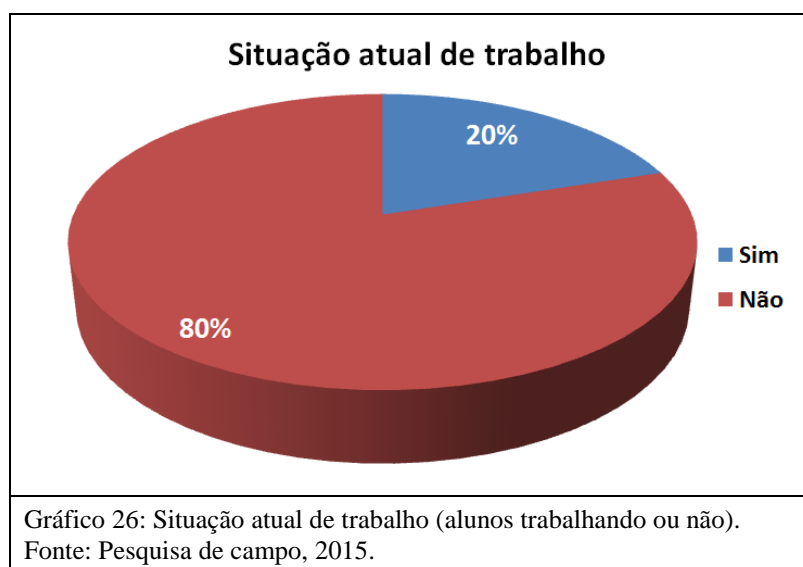
- Sim. Pois o auxílio transporte também atrasava e a gente tinha colocar o dinheiro para o transporte (Jovem 7 - Turismo).

- Não. O auxílio não interferia, eu estava lá mais pela qualificação (Jovem 8 Informática).

Os jovens relataram que o auxílio financeiro não interferia no desenvolvimento de suas atividades no Programa, pois o que mais interessava era a qualificação profissional. Ainda que, para alguns alunos, mesmo o auxílio financeiro não interferindo, ele era uma ajuda, visto que usavam o benefício para suprir o atraso do auxílio transporte. Destaca-se, também, que para um dos alunos o auxílio interferia sim, era um incentivo a mais para estar lá.

Cabe demonstrar a contradição na fala dos alunos, pois quando indagados sobre a interferência do auxílio financeiro em suas atividades no Projovem Trabalhador, responderam que o mesmo não interferia (70%). Contudo, de acordo os dados sobre evasão, os mesmos destacaram (80%) que em virtude do atraso para o pagamento do auxílio financeiro, muitos alunos desistiram dos cursos, evidenciando a relação entre o auxílio concedido e a permanência dos alunos no Programa.

Os jovens também foram questionados sobre sua situação atual de trabalho, no caso, se estavam trabalhando. Desta forma, 80% responderam que não e 20% que sim, conforme se observa no gráfico a seguir:



A seguir os jovens que estão trabalhando falam um pouco sobre sua situação atual:

- (...) A Estética no salão hoje em dia você tem que ter certificado para quando chegar a fiscalização. Daí a dona desse salão estava precisando de gente na área de estética, então voltei pra cá, mas desde que eu me formei eu nunca fiquei desempregada, antes de trabalhar aqui com ela, eu cheguei a montar um Box pra mim, mas a estética é muito cara para manter. O que eu ganhava não dava pra investir em um Box e ainda sustentar minha família porque meu marido estava desempregado, então eu fechei o Box e voltei pra cá porque aqui eu já tenho uma estabilidade (Jovem 3 - Beleza e Estética).

- Trabalho como Auxiliar de estoque, sou ajudante de caminhão, estou há seis meses nesse trabalho, com carteira assinada (Jovem 8 - Informática).

Dentre os jovens que estão trabalhando, apenas um trabalha na área, no caso, o aluno do curso de Beleza e Estética que trabalha em Salão de Beleza. O outro aluno não trabalha na mesma área que formou pelo Projovem Trabalhador, no caso, o curso de Informática. Ele trabalha em Loja de material de construção.

Destaca-se que dentre os que não trabalham, dois estão na faculdade, sendo que um deles estuda na mesma área de formação do Projovem, no caso, o curso de Alimentação, e hoje cursa Nutrição. Além disso, três alunos fazem curso técnico pelo Pronatec, na mesma área que formaram no Programa, no caso, Turismo.

É possível observar os diferentes rumos que os alunos tomaram depois da conclusão do curso no Projovem Trabalhador. Fizeram escolhas, buscaram aprimoramento, adquiriram novas responsabilidades, e tudo isso em um contexto de difícil inserção no mundo do trabalho.

Os jovens também foram questionados quanto à expectativa em relação à inserção no mundo do trabalho. O quadro a seguir apresenta o relato dos alunos:

EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO
Jovem 1 - Turismo: (...) Tenho vontade de fazer um curso de Turismo .
Jovem 2 - Alimentação: (...) Quero atuar na área.
Jovem 3 - Beleza e Estética: Eu quero fazer uma faculdade de Estética . Não tenho perspectiva de criar um negócio próprio porque a estética é muito cara e está em constante mudança. Eu quero me especializar para ir a uma clínica. Eu passei muito tempo parada para concluir o curso eu tive que trabalhar para manter os meus filhos.
Jovem 4 - Turismo: Não tenho expectativa em relação ao mercado de trabalho. É bom pra quem já trabalha na área (...) eu entrei lá mesmo mais pra ocupar meu tempo com alguma coisa, estar estudando, porque é sempre bom estar estudando. Mas são duas áreas que eu não tenho interesse em trabalhar, é turismo e restaurante e bar. (...) Na época muita gente correu para o turismo por causa do ano da Copa e esse foi um dos motivos, eu queria arrumar um emprego .
Jovem 5 - Turismo: O que eu espero é colocar em prática o conhecimento que eu já adquiri no Projovem e nesse curso atual que faço, pretendo colocar em prática, ganhar experiência e pretendo não só focar nessa parte de turismo, mas também em outros objetivos que tenho. (...) eu pretendo sim ter pelo menos um bacharelado de Turismo .
Jovem 6 - Beleza e Estética: Queria me encaminhar, mas eu disse que não podia por causa dos meus filhos, se eu fosse trabalhar mesmo eu ia abrir um salão lá em casa porque eu já tenho todo o material. (...) Não penso em trabalhar em outro salão, mas quero abrir o meu próprio.
Jovem 7 - Turismo: Estou pensando bem se eu quero essa área mesmo, por mais que eu não queira não vou desistir desse curso, eu vou continuar, mas eu quero fazer fotografia , que é o que eu sempre quis . Mas acho que se tiver oportunidade eu vou tentar , eu vou arriscar pra ver como vai ser.

Jovem 8 - Informática: Estou pensando em sair desse trabalho, estou procurando , no momento em que eu encontrar eu saio desse, mas a dificuldade é conseguir o trabalho . Eu tenho os cursos, terminei meus estudos em 2010, então já faz cinco anos que eu procuro e como eu estava precisando eu consegui esse aí, mas até agora ainda procuro porque é difícil esse meu trabalho e como eu entendo um pouco, eu procuro mais na área de informática, estou esperando a oportunidade aparecer (...).
Jovem 9 - Informática: Eu me sinto muito bem preparada, se aparecer uma oportunidade acho que eu não teria dificuldade de encarar. Só não procurei por minha opção mesmo porque estou estudando.
Jovem 10 - Alimentação: Não tenho interesse na área . Gosto de outra área, Fisioterapia.

Quadro 16: Expectativas em relação à inserção no mundo do trabalho segundo os alunos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Depreende-se do quadro 16 que os jovens possuem diferentes expectativas quanto à inserção no mundo do trabalho. Assim, constatou-se que 80% dos alunos possuem perspectivas de atuação na área em que concluíram os cursos do Projovem Trabalhador e 20% não possuem expectativas de atuação nas mesmas áreas em que se qualificaram pelo Programa.

O quadro 17 apresenta os principais aspectos destacados pelos alunos quanto à expectativa de inserção no mercado de trabalho e o quantitativo de resposta para cada aspecto:

PRINCIPAIS ASPECTOS		RESPOSTAS (%)
Continuidade dos estudos e áreas de atuação	Pretende fazer curso superior	40%
	Pretende fazer curso de idiomas	10%
	Pretende se especializar mais	20%
	Pretende atuar em outra área (fisioterapia)	10%
	Busca outro curso (fotografia)	10%
Questões de experiência e prática	Pretende colocar em prática o conhecimento adquirido no curso	10%
	Busca ganhar experiência	10%
	Falta experiência	10%
Motivações para ingresso no Programa	Fez o curso mais para conseguir emprego	10%
	Fez o curso para não ficar parado	20%
Expectativas quanto ao mundo do trabalho	Se tiver oportunidade está preparado	20%
	Esperando ter oportunidade	10%
	Pretende abrir o próprio negócio	10%
Ausência de expectativas	Não tem expectativas de atuar na área	10%
	Não tem interesse na área	10%

Quadro 17: Principais aspectos quanto à expectativa de inserção no mercado de trabalho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto à continuidade dos estudos e áreas de atuação, observou-se um quantitativo significativo de jovens que desejam continuar as qualificações, predominando a busca pelo ingresso em uma Universidade, com 40% das respostas. Aspectos relacionados à experiência e à prática também ganharam destaque (30% das respostas), os jovens ressaltaram a importância desses aspectos para a inserção no mundo do trabalho. Quanto às motivações para ingresso no Programa, constatou-se que 20% procurou a qualificação para ocupar seu tempo e 10% para conseguir emprego. No que se refere às expectativas quanto à inserção no mundo do trabalho observou-se que 30% dos jovens anseiam por oportunidades de trabalho e 10% buscam abrir negócio próprio.

As expectativas dos jovens frente ao mundo do trabalho expressas nas respostas evidenciam novamente as diferentes perspectivas de vida do jovem. Portanto, compreende-se que o trabalho nem sempre terá prioridade para eles quando, por exemplo, desejam aprimorar seus conhecimentos com especializações, faculdades, cursos de idiomas e outros sonhos. No entanto, a busca pela inserção no mundo do trabalho é o que ganha mais destaque dentre as respostas, pois a busca pelo conhecimento é também a busca por essa inserção, seja através de empregos formais, estágios ou formas alternativas geradoras de renda. Desta forma, esses jovens anseiam por conhecimento, experiência e mais oportunidades para que possam demonstrar que estão preparados para o mundo do trabalho.

Por fim, os alunos foram indagados sobre suas possíveis sugestões para a melhoria/aperfeiçoamento do Projovem Trabalhador. Segue alguns depoimentos:

- Mais estrutura física (...). Acho que se eles fizessem um espaço melhor, as aulas seriam bem mais proveitosas (Jovem 2 - Alimentação).

- Minha sugestão é que ele continue focando realmente nas pessoas que precisam. (...) Eu não fui selecionada na primeira vez (...). E eu acho que não fui chamada antes por causa da minha idade (Jovem 3 - Beleza e Estética).

- Eu acho que o que faltou foi mais programação da parte deles. Faltou acertarem mais na parceria com as instituições ou estabelecimentos que poderiam ajudar a gente nos estágios (Jovem 4 - Turismo).

- Eu acho que ele precisa de um pouco mais de administração pra que ele venha a ter mais ordem, pois como é voltado para um público que não tem poder aquisitivo financeiro alto, então, que eles venham a organizar isso antes, o auxílio financeiro e o transporte. E colocar profissionais que atuem na área (Jovem 5 - Turismo).

- Mais prática que foi pouco tempo e ter o encaminhamento (Jovem 8 - Informática).

- Acho que eles deveriam capacitar mais os professores (Jovem 10 - Alimentação).

O quadro a seguir demonstra os principais aspectos destacados pelos alunos para melhoria/aperfeiçoamento do Programa:

PRINCIPAIS ASPECTOS	RESPOSTAS (%)
Não ter atraso do auxílio financeiro e do transporte	30%
Fazer um melhor planejamento, organização, administração	30%
Ter mais prática	30%
Ter profissionais mais qualificados, formados na área	20%
Ter estágio	10%
Ter encaminhamento para o mercado de trabalho	10%
Fazer mais parcerias	10%
Continuar focando em quem realmente precisa	10%
Melhorar a estrutura física	10%
Seguir todo o conteúdo programático	10%

Quadro 18: Principais aspectos quanto às sugestões para melhoria/aperfeiçoamento do Programa.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dentre os principais aspectos para melhoria/aperfeiçoamento do Projovem Trabalhador predominou sugestões para que a concessão do auxílio financeiro e do auxílio transporte não tenham atrasos, com 30% das respostas. Para tanto, os alunos sugeriram a realização de mais planejamento, organização e administração por parte do Programa (30%), visando sanar esses problemas. Além disso, destacaram a necessidade da contratação de profissionais qualificados na mesma área que ministram os cursos (20%) e o desenvolvimento de mais prática durante as aulas de Qualificação Profissional (30%). Ainda relataram sugestões quanto à melhoria da estrutura física, a realização de mais estágios, parcerias com instituições e encaminhamento para o mercado de trabalho, dentre outras. Desta forma, as sugestões dos alunos, se levadas em consideração têm o importante papel de contribuir para melhoria/aperfeiçoamento do Programa.

O tópico a seguir demonstra a relação entre ações e diretrizes desenvolvidas pelo Projovem Trabalhador objetivando identificar em que medida as ações do Programa em Manaus coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal.

3.4. A implementação do Projovem Trabalhador em Manaus: entre ações e diretrizes

O Programa Projovem Trabalhador foi concebido a partir das diretrizes que orientam a Política Nacional de Juventude, dentre estas, destacam-se: o estímulo à prática da cidadania e participação social dos jovens; a geração de trabalho e renda para a juventude; e o preparo de jovens para o mundo do trabalho. Cabe salientar que estas diretrizes se harmonizam com o objetivo geral do referido Programa, a saber: promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio-profissional com vistas à inserção na atividade produtiva (BRASIL, 2008). Deste modo, o presente tópico busca verificar em que medida as ações do Projovem Trabalhador em Manaus coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal para o programa.

Para o alcance deste objetivo serão utilizados os principais aspectos identificados durante a pesquisa de campo realizada com gestores, profissionais e público alvo do Programa a fim de relacionar as ações de implementação que foram desenvolvidas com as diretrizes³⁶ estabelecidas pelo Governo Federal. Com isso, busca-se evidenciar os principais fatores que influenciaram o direcionamento e os resultados do Programa em Manaus. Desta forma, para demonstrar essa relação, serão tomadas como referência a legislação orientadora (Portaria 991/2008), os relatórios de auditorias anuais de contas da Controladoria-Geral da União - CGU (2011-2013) e os relatórios de gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE (2012-2014).

Inicialmente se faz necessário compreender a trajetória do Projovem Trabalhador no País em termos quantitativos de execução, para tanto, recorre-se aos relatórios de gestão do Programa. No ano de 2011 foram firmadas 213 parcerias, com execução em 2012, para o atendimento de 203.380 jovens. Por outro lado, em 2012 foram firmadas 8 parcerias para atender 4721 jovens (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012) e em 2013, 03 parcerias o atendimento de 1700 jovens. Por fim, no exercício de 2014 não foram firmadas novas parcerias tendo em vista a redução orçamentária que ocorreu no Programa nos últimos anos. Além disso, de acordo com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, devido à grande quantidade de processos pendentes de análise referentes às prestações de conta final do Programa, foi determinado pelo MTE, Portaria

³⁶ O termo diretriz significa caminhos propostos para e, contrariamente à imposição de caminhos, ele de nota um conjunto de indicações pelo qual os conflitos se resolvem pelo diálogo e pelo convencimento. A diretriz supõe, no caso, uma concepção de sociedade e uma interlocução madura e responsável entre vários sujeitos, sejam eles parceiros, sejam eles, no campo político, dirigentes e dirigidos. Dessa interlocução, espera-se o traçado de diferentes modos de se caminhar para a efetivação dos fins comuns, obedecendo-se à diversidade de circunstâncias socioculturais, ao respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (cf. art. 210) e à recusa ao monopólio da verdade (CURY, 2002, p.193).

nº 1409/2013, a suspensão da celebração de novas parcerias para que as recomendações dos órgãos de controle quanto à prestação de conta pudessem ser atendidas (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2014).

Essas ocorrências encontradas nos relatórios de auditorias anuais de contas refletem diretamente nas ações do Programa, pois o mesmo precisou adequar o seu orçamento atual para atender as orientações dos órgãos de controle. A seguir será apresentado o detalhamento das constatações, recomendações e modificações solicitadas por esses órgãos buscando relacionar os fatores que conduziram a implementação do Projovem Trabalhador em âmbito nacional com a realidade do Programa no Município de Manaus.

O Relatório de Auditoria Anual de Contas (2011) expõe em suas constatações a ausência total de indicadores para o Projovem Trabalhador³⁷, o que inviabilizou a avaliação do seu desempenho em 2011. A Controladoria-Geral da União - CGU explica que a ausência desses indicadores interfere diretamente na transparência das ações da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, uma vez que nem os órgãos de controle e nem a sociedade terá acesso aos números que demonstram o desempenho do Programa. A SPPE, por sua vez, relata que ainda não dispõe de indicadores que permitam aferir o quantitativo e efetividade das ações da gestão do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude - DPJ, mas informa que estes estão em fase de elaboração, e a sua conclusão ocorrerá quando todos os ajustes necessários no Sinprojovem estiverem finalizados. No entanto, o Relatório de Gestão (2014) ainda recomendava a elaboração e a mensuração de indicadores de desempenho que reflitam os resultados do Programa, o que demonstra, até o momento, o não atendimento da solicitação feita pela CGU.

Como se observa, os indicadores que deveriam verificar as metas do Projovem Trabalhador quanto à Estruturação, Qualificação Social e Profissional, Pagamento do Auxílio Financeiro e Inserção dos jovens no mundo do trabalho encontram-se pendentes, situação que pode explicar a dificuldade encontrada para a obtenção de informações mais detalhadas sobre a implementação do Programa em Manaus. Desta forma, o DPJ adotou como providência a solicitação à Coordenação-Geral de Informática - CGI algumas alterações no sistema Sinprojovem. Entre elas, a inclusão de novas ferramentas para aferição de indicadores, com a finalidade de aperfeiçoar as informações e melhorar a execução do Programa (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2014).

³⁷ Vale destacar que em todas as outras modalidades de Projovem executadas por outros órgãos, há o preenchimento dos respectivos indicadores.

De acordo com o Relatório de Auditoria Anual de Contas (2011), o Projovem Trabalhador é um dos programas menos transparentes da SPPE, tanto no que se refere à execução física quanto à execução financeira. Deste modo, a ausência dos indicadores de desempenho é demonstrada nas constatações evidenciadas pela CGU, como se observa a seguir:

A execução física, apesar de ser contemplada no Sinprojovem, não é disponibilizada ao cidadão. Sabe-se que o formato atual da execução das políticas de qualificação é a celebração de parcerias cuja execução do objeto, em regra, ocorre por meio de contratação de entidades sem fins lucrativos. Desse modo, no Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, além de não ser possível verificar os gastos realizados pelas entidades executoras - porque essas não prestam contas -, não é possível acompanhar online os gastos decorrentes dos recursos transferidos pela SPPE. Cabe destacar que essa falta de transparência se reflete em irregularidades observadas nas fiscalizações da CGU (...), deixando as ações do Projovem vulneráveis a ocorrência de impropriedades/irregularidades e, conseqüentemente, prejuízos financeiros e sociais que poderiam ser evitados se as informações estivessem ao alcance do órgão concedente, dos órgãos de controle e dos cidadãos (RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS, 2011, p. 93-94).

Esta realidade evidenciada pela CGU em 2011 se reflete nas dificuldades encontradas durante a pesquisa quanto à obtenção de informações sobre o desenvolvimento da implementação do Projovem Trabalhador no município de Manaus nos anos de 2009 e 2010. Dentre as dificuldades encontradas então: a falta de informações sobre as instituições executoras; mudança no quadro de servidores das parcerias; deficiência quanto ao acesso a documentos oficiais do Programa (como relatórios e planos de implementação devido à burocracia); e a ausência de um sistema informatizado que contenha os dados essenciais do Programa e a prestação de conta ao alcance de qualquer cidadão.

Para mudar essa realidade, uma das ações da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, a partir de então, foi a realização de acompanhamento em todas as parcerias do Projovem Trabalhador, iniciando com capacitações visando melhorar a qualidade do programa e estreitar a relação com os parceiros. Como principal ferramenta utilizou-se o Sinprojovem a fim de obter um acompanhamento mais quantitativo do Programa, além de trocar e-mails com orientação e pedido de informações sobre as parcerias em andamento. Quanto às metas qualitativas, a SPPE passou a ter uma percepção mais apurada no ato das supervisões in locos e nos relatórios enviados pelas parcerias (RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS, 2012).

Na parceria firmada em 2013 para a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus já foi possível identificar que as ações da SPPE começaram a ser executadas, conforme se observa nos relatos do Ente Parceiro (SETRAB) e da Instituição Executora (IEL/AM), durante

a pesquisa de campo, evidenciando a existência do monitoramento e da avaliação no desenvolvimento das ações do Programa, como já mencionadas.

De acordo com a SPPE, houve a ampliação das visitas de supervisão *in loco* no ano de 2012. Neste exercício a SPPE atingiu um índice de 95% das parcerias vigentes, realizando cerca de 103 supervisões e 8 capacitações, sendo 1 nacional, 4 regionais e 3 realizadas dentro do MTE com a participação dos parceiros (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012). No ano de 2013 o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude - DPJ realizou o acompanhamento das parcerias em execução e aproximadamente 40 supervisões *in loco* (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2013).

Em Manaus, através da parceria firmada em 2013, foi possível constatar a realização desses acompanhamentos a partir de relatos como: “O Projovem trabalhador também foi positivo pela presença do próprio Ministério, eles não monitoravam só o sistema, eles também vinham em lócus” (Coordenação Pedagógica – SETRAB. Pesquisa de campo, 2015). Demonstrando, portanto, que o Programa buscou estratégias de atuação focando na capacitação dos entes parceiros e na ampliação do controle.

Ainda em 2012, visando aprimorar o processo de orientação e planejamento das suas ações de fiscalização, o DPJ formou um grupo de trabalho para atendimento das prestações de contas final para analisar a execução financeira do Projovem Trabalhador. Nas fiscalizações realizadas durante a execução das transferências financeiras foram identificados os seguintes problemas: atraso no fornecimento do auxílio-transporte, atraso no início das aulas práticas, evasão superior ao limite de tolerância permitido, fornecimento de camisetas em número inferior ao contratado, infraestrutura inadequada, entre outros (RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS, 2012).

Alguns desses problemas apontados pela CGU também foram constatados em Manaus na parceria de 2013. O atraso na liberação do auxílio-transporte e do auxílio financeiro foi uma das questões mais destacadas pelos alunos (ver relatos p. 102-103). Foi evidenciada, igualmente, a questão da infraestrutura disponibilizada para o desenvolvimento das aulas, alguns alunos relataram a fragilidade da estrutura para as aulas práticas. Diante disso, houve a necessidade de adequar a estrutura as particularidades de cada curso (como é o caso da cozinha para as aulas práticas do curso de Alimentação e do salão de cabeleireiro para o curso de Beleza e Estética). Do mesmo modo, foi destaque também a questão da evasão, relatada tanto pelos alunos quanto pelos profissionais do Programa. Segundo relatos: “Houve evasão no início em função do problema de jovens que já tinham participado de outros Projovem, jovens que estavam

trabalhando, a questão da situação do cadastro não ter sido inserido logo no sistema” (Coordenação geral SETRAB. Pesquisa de campo, 2015), além de outros motivos observados durante a pesquisa (ver relatos p. 123).

No que se refere à situação do cadastro dos alunos, conforme Relatório de Gestão (2013), a CGU recomendou à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE que esta oriente os Entes Executores quanto à adoção de medidas que evitem a participação de alunos que não se enquadrem no público-alvo do Projovem Trabalhador. Diante dessa recomendação, a seguir apresenta-se a manifestação da SPPE:

Os Entes Parceiros são devidamente orientados quanto aos jovens que poderão participar do Programa, conforme prevê no Termo de Referência - Público Alvo - anexa a Portaria nº 991/2008. Também solicitamos por meio de Ofício-Circular (de orientações gerais) que seja enviada lista dos jovens em planilha Excel, com CPF e o NIS dos jovens cadastrados para batimento com o CAGED (antes de formar as turmas) para que possa ser feita a conferência se o jovem possui vínculo empregatício. Além disso, o Sistema SinProjovem, no ato do cadastro dos jovens, emite um aviso informando se o jovem está fora do perfil. O Sistema SinProjovem não permite que o jovem fora do perfil seja enturmado (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2013, p. 110).

Em Manaus, houve a ocorrência de jovens que não se enquadravam no público-alvo do Programa. De acordo com a coordenação geral da SETRAB, esta situação ocorreu devido a problemas no Sistema do Governo Federal (Sinprojovem), ocasionando a demora na inserção dos dados dos alunos no sistema. Mesmo com essa ocorrência houve o início das aulas e o cadastro dos alunos foi realizado, apenas posteriormente foi possível conferir a veracidade das informações apresentadas pelos alunos. Desta forma, os problemas mais frequentes foram: alunos que não entravam no perfil do público-alvo do Programa e alunos que tinham problemas no Cadastro de Pessoa Física - CPF e no Programa de Inclusão Social - PIS, uma das exigências para a efetivação do cadastro.

No Relatório de Gestão (2012), constatou-se a partir dos encontros técnicos e capacitações na sede do MTE, que a principal dificuldade enfrentada pelos entes parceiros foi o uso do Sinprojovem. Verificou-se a necessidade de um conhecimento maior sobre o sistema para a realização da prestação de contas dos planos de implementação e a inserção de dados, tendo em vista que essa dificuldade na utilização do sistema levava a vários problemas quanto às prestações de conta parciais que, por sua vez, levava a um quadro de baixo pagamento (liberação de parcelas). Desta forma, é necessário destacar a importância de todo esse processo, pois um dos riscos para o não alcance das metas estabelecidas pelo Programa tem como principal fator o

atraso do pagamento às entidades executoras, nos casos de prestação de contas realizadas de forma inadequada.

Cabe ressaltar ainda que as liberações de parcelas estão condicionadas à prestação de contas parciais referentes àquela anteriormente liberada³⁸, e assim sucessivamente, sendo, ao final das liberações, apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos. Além disso, os recursos da contrapartida devem ser depositados em conta específica destacada pelo Plano de Implementação antes da efetivação da transferência pelo MTE, como condição para o recebimento dos recursos federais (RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS, 2013).

Na parceria firmada em 2013 em Manaus foi possível constatar dificuldades quanto à liberação dos recursos federais e obstáculos para a execução do Programa, conforme questionamento sobre a existência de alterações no Plano de Implementação: “todas as prorrogações de prazos para execução, devido à mudança de gestão, foi principalmente mudança de gestão, demora na liberação do recurso e isso implicou na solicitação de várias prorrogações” (Coordenação geral SETRAB. Pesquisa de campo, 2015). Como mencionado anteriormente (Ver tópico 2.4, p. 73), o Plano de Implementação do Projovem Trabalhador não pôde ser executado em 2011, ano em que foi realizado o acordo para implementação, por isso, a necessidade de solicitar as prorrogações para sua execução.

De acordo com o Relatório de Gestão (2014), o pagamento das parcerias vigentes, firmadas em 2011, 2012 e 2013, não foi feito de acordo com o cronograma de desembolso previsto, pois os entes parceiros tiveram dificuldades para realizar o procedimento licitatório e encaminhar a prestação de contas parcial. Como regra geral, o programa tem um prazo de execução de um ano, no entanto, em virtude dessas dificuldades, o prazo de execução foi estendido, comprometendo o orçamento dentro do exercício. Essa realidade também pôde ser observada em Manaus, principalmente quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho, uma vez que esse processo, de acordo com a coordenação geral da SETRAB, encontra-se em andamento em virtude das dificuldades encontradas para a prestação de contas parciais junto ao

³⁸ Para recebimento da 1ª parcela: É necessário depositar a contrapartida e a parceria deverá estar cadastrada no sistema Sinprojovem. Para recebimento da 2ª parcela: É necessário o cadastramento das entidades executoras, a criação das turmas no Sinprojovem, o depósito da contrapartida e a apresentação da Prestação de Contas da 1ª parcela. Para recebimento da 3ª parcela: É necessário ter realizado no mínimo 75% da carga horária de Qualificação Social, o depósito da contrapartida e a apresentação da Prestação de Contas da 2ª parcela. Para recebimento da 4ª parcela: É necessário ter realizado no mínimo 25% da carga horária de Qualificação Profissional, o depósito da contrapartida e a apresentação da Prestação de Contas da 3ª parcela (RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS, 2013).

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o que ocasionou a não liberação de uma das parcelas do recurso federal.

Nesse sentido, observa-se que a SPPE buscou estabelecer a partir do ano de 2012 um acompanhamento mais sistemático das parcerias. No entanto, ainda no Relatório de Auditoria Anual de Contas (2013) houve a constatação de baixa efetividade das ações de supervisão in loco. Nos relatórios das supervisões realizadas em quatro parcerias foram identificados problemas relacionados tanto à execução dos cursos quanto ao fornecimento do material didático, lanche e transporte aos jovens. Dentre as constatações evidenciadas estão:

1) Não execução de aulas de inclusão digital/execução a menor da carga horária fixada; 2) Instalações deficientes (sanitária, elétrica, conforto térmico); 3) Ausência/atraso do fornecimento do auxílio-transporte; 4) Não realização de aulas práticas ou deficiência na disponibilização de insumos e/ou equipamentos necessários para sua execução; 5) Baixa frequência de alunos nas aulas; 6) Ausência de controle de entrega dos benefícios (lanche, auxílio transporte); 7) Ausência/deficiência do fornecimento de lanche; 8) Atraso na disponibilização do auxílio-financeiro; Cabe ressaltar que os cinco primeiros problemas elencados foram detectados nas supervisões realizadas em pelo menos três das quatro parcerias (...) (RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS, 2013, p. 96).

A partir da pesquisa de campo, alguns desses problemas identificados no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício 2013, também foram encontrados em Manaus. Dentre eles: Problemas na inserção de dados no Sinprojuvem ocasionando atraso no fornecimento do auxílio transporte e do auxílio financeiro; Realização de poucas aulas práticas ou até mesmo a sua inexistência, além da ausência de estágios (realidade observada nos cursos de Turismo e Alimentação); e Problemas na frequência dos alunos que não tinham a assiduidade exigida pelo Programa (no mínimo 75% de frequência nas aulas).

Segundo o Relatório de Gestão (2012), quanto às ações de melhoria para o Projovem Trabalhador, o que dificulta sua ampliação é a questão orçamentária e a necessidade de ajustes constantes realizadas no Programa. Sendo que estes ajustes se relacionam principalmente com mudanças nos mecanismos de controle e melhorias a serem implementadas para elevar a sua qualidade. De acordo com o referido relatório, o alcance desses objetivos será obtido por meio das ações que estão sendo desenvolvidas ou prestes a serem implantadas, como: aumento da cobertura e da qualidade da supervisão; a implementação do instrumento da frequência biométrica, melhorias no sistema Sinprojuvem, a realização de capacitações para os servidores do MTE e dos parceiros, dentre outras ações desenvolvidas a partir de 2013³⁹.

³⁹ Mudanças ocorridas na execução do processo de qualificação de jovens em 2013: 1) a Portaria 991/2008 que regulamenta o Projovem Trabalhador foi revisada a fim de aperfeiçoar seus mecanismos de execução e controle. 2)

Logo, dentre os procedimentos para a reestruturação do Projovem Trabalhador, o DPJ solicitou a inclusão do Programa no Siconv - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, atrelando suas informações ao Sinprojovem, o que possibilitará aferir, com precisão, os indicadores de desempenho do Programa, sendo o prazo para implementação destas providências até dezembro de 2015⁴⁰. Além disso, com o intuito de aperfeiçoar o monitoramento das ações, o DPJ esclareceu que, com a implementação do Projovem Trabalhador, via SICONV, serão implementadas, além dos instrumentos de fiscalização/monitoramento e prestação de contas final, readequados ao programa, a realização de teleconsultas junto aos jovens para acompanhamento das ações durante a execução, por meio do Portal do Projovem, que está em elaboração pela CGI, o qual terá canal aberto com a ouvidoria do programa (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2014). Com essa reestruturação espera-se que o Projovem Trabalhador torne suas ações mais efetivas e transparentes, contribuindo para qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho.

O Programa Projovem Trabalhador apresenta uma boa proposta no sentido de preparar os jovens para o mercado de trabalho e para atividades produtivas geradoras de renda, desta forma, é atualmente uma das alternativas para combater o desemprego entre os jovens. Diante das reflexões expostas, foi possível evidenciar que o Programa trouxe contribuições ao proporcionar aos jovens a qualificação profissional e permitir maiores chances de inserção no mercado de trabalho. No entanto, muitas ações do Projovem Trabalhador em Manaus não foram implementadas conforme preconiza suas diretrizes.

Além disso, verifica-se que o Programa não se apresenta a sociedade de forma transparente o que dificulta uma avaliação mais precisa sobre seus reais resultados. Portanto, é necessário que o Programa passe por adequações rigorosas visando publicizar e tornar mais qualitativas suas ações. Nesse sentido, ressalta-se a importância do processo de controle, supervisão e avaliação dessa Política Pública com a finalidade de tornar mais eficiente e eficaz a aplicação dos recursos públicos, alterar a realidade verificada pelos órgãos de controle, e, sobretudo, efetivar verdadeiras mudanças na vida da juventude brasileira.

o SinProjovem ganhou um novo módulo para que as parcerias sejam formalizadas via web, o que tornará a formalização mais moderna. 3) Material Novo: O MTE fornecerá aos seus Parceiros, matriz do material didático que foi revisado em 2012 em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministério da Educação, com isso pretende dar um grau de qualidade efetivo para que o jovem tenha reais condições de ser inserido e se manter empregado (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2013).

⁴⁰ O MTE firmará convênio com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, para que estes atuem na coordenação, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações, tendo como instrumento o Decreto 6.170 de 25/07/2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante Convênios e Contrato de Repasses e a Portaria 507 de 24/11/2011 (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2014).

CONCLUSÃO

A pesquisa, que ora se apresenta, permitiu analisar a implementação do Projovem Trabalhador em Manaus, evidenciando em que medida as ações desenvolvidas no município coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal. Assim como, a visão dos jovens egressos e dos profissionais sobre a implementação do Programa.

O percurso deste trabalho compreendeu a pesquisa enquanto atividade básica da ciência, sendo entendida como a própria geração de conhecimento, visto que é uma atividade científica pela qual descobrimos a realidade (MICHEL, 2005). Nesse sentido, traçamos um caminho que buscou justamente a articulação entre conceitos e referenciais teóricos, procedimentos metodológicos e a realidade do objeto de pesquisa.

Com o intuito de caracterizar as ações do Programa Projovem Trabalhador, implementadas em Manaus, identificamos que a parceria entre a Secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/AM) teve início em 2013 e ofertou 597 vagas para os cursos de qualificação profissional nas áreas de Alimentação, Beleza e Estética, Turismo e Hospitalidade, Refrigeração e Informática. No final dos seis meses de curso foram certificados 320 alunos. A obtenção de informações sobre a implementação do Programa foi uma das principais dificuldades encontradas para realizar a caracterização do Projovem Trabalhador, fato que impossibilitou uma análise mais minuciosa sobre ações desenvolvidas em Manaus.

No âmbito das Políticas Públicas existe o importante papel desempenhado por sistemas de monitoramento e avaliação que permitem identificar as fragilidades, limitações e potencialidades de programas, visando organizar, alterar ou potencializar suas atividades, assegurando sua eficiência e eficácia. Dessa forma, entendemos que é necessário que o Projovem Trabalhador institua um sistema de informações no sentido de publicizar seus propósitos, processos e resultados, o que permitirá aprimorar suas ações, bem como manter uma relação de transparência com a sociedade e seu público alvo.

Em relação à percepção do representante do Estado (Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB) e da Instituição Executora (Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM) quanto à implementação do Projovem Trabalhador em Manaus, constatamos em suas falas uma avaliação positiva do Programa, pois relataram que os alunos tiveram uma boa experiência e ficaram mais próximos das profissões que desejavam exercer. No entanto, também houve destaque para as dificuldades que ocorreram durante o processo de implementação do Programa, como por

exemplo, o momento do cadastro dos alunos no Sistema do Governo Federal (Sinprojovem) e da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Também verificamos que o Estado e a Instituição Executora realizaram o acompanhamento e a avaliação da implementação do Programa. Todavia, devido à dificuldade para trabalhar com o Sinprojovem, pois este demorou a funcionar, houve o comprometimento de atividades que dependiam do sistema, como é o caso do acompanhamento da frequência dos alunos e o pagamento do auxílio financeiro. Desta forma, ocorrências não previstas no momento da formulação do Programa ocasionaram problemas com a frequência e o auxílio financeiro dos jovens. Nesse sentido, concluímos que tanto o Estado quanto a Instituição Executora devem seguir com atenção as orientações estabelecidas para o Projovem Trabalhador, e o Ministério do Trabalho e Emprego deve acompanhar, orientar e fiscalizar as ações visando à correção dos problemas encontrados e o alcance dos objetivos do Programa.

Cabe ressaltar que o processo de implementação constitui uma etapa complexa, pois exige certa atenção em seus procedimentos, desde o momento da formulação até a execução, tendo em vista que qualquer situação não prevista inicialmente pode influenciar o resultado final do programa ou projeto. Assim, a implementação deve ser um processo em que decisões são tomadas, e não apenas implementadas. Assim, observamos que os gestores e os profissionais do Projovem Trabalhador em vários momentos tiveram que decidir dentre alternativas que não foram prevista pelos formuladores, o que por vezes ocasionou o não alcance dos objetivos propostos, como é o caso das dificuldades relatadas pelos entrevistados.

Quanto às aulas de Qualificação Social e Profissional, os gestores e os profissionais ressaltaram pontos positivos para os alunos, pois estes adquiriram conhecimentos sobre cidadania, meio ambiente, direitos sociais, direitos trabalhistas e realizaram ações em sala de aula e externamente (aulas práticas, estágios, visitas) o que possibilitou uma troca de conhecimento entre alunos e professores. Contudo, evidenciamos uma contradição quanto à percepção sobre as aulas de Qualificação Profissional, visto que os alunos identificaram como pontos frágeis, o que gestores e profissionais, por sua vez, relataram como pontos positivos. Tal resultado é preocupante, pois, se há duas visões quanto à implementação do Programa (uma positiva e outra negativa) logo observamos que existem inconsistências que precisam ser monitoradas e corrigidas.

Nesse sentido, é preciso considerar a interação entre os diferentes atores sociais no desenvolvimento das políticas públicas de juventude. No entanto, é necessário, sobretudo, a criação de políticas juvenis participativas e espaços de diálogo em que a juventude tenha voz e

possa expor suas reivindicações. Portanto, consideramos que os alunos devem ser aqueles que orientam as ações de melhoria do Projovem Trabalhador, pois são eles que vivenciam a realidade dos cursos ofertados pelo Programa.

No que se refere à visão dos jovens egressos do Projovem Trabalhador em Manaus sobre a implementação do Programa, verificamos em seus discursos uma avaliação positiva quanto à Qualificação Social, ao relatarem os conhecimentos adquiridos no decorrer das aulas. Desta forma, concluímos que o Programa buscou atingir um de seus objetivos, no sentido de promover ações para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos da cidadania. Quanto à Qualificação Profissional foram destaques aspectos como: falta de aulas práticas; necessidade de melhoria da estrutura física para a realização das atividades práticas; conteúdos que não foram abordados em sua íntegra; e a ausência de profissionais qualificados na área.

Do exposto, constamos, principalmente, a preocupação dos jovens em relação às aulas práticas. Deste modo, é necessário que o Programa realize melhorias e estratégias no planejamento dessas aulas, bem como busque parcerias efetivas para que as ocorrências verificadas sejam corrigidas, tendo em vista a importância do aprendizado técnico e prático para a formação profissional dos alunos. No entanto, ressaltamos que a qualificação profissional de jovens não pode ser considerada como a única solução em relação ao desemprego juvenil, pois em um contexto de precarização das relações de trabalho e diante das exigências de novas qualificações e experiências profissionais como requisitos para a inserção no mercado de trabalho, compreendemos que aprimorar as habilidades dos jovens não será condição suficiente para garantir trabalho digno e com qualidade. Ainda assim, as iniciativas voltadas para a qualificação profissional dos jovens são importantes e podem ser um diferencial no momento da inserção e permanência no mercado de trabalho.

No que se refere às expectativas dos jovens quanto à inserção no mundo do trabalho, identificamos os diferentes rumos que os alunos tomaram após a conclusão do curso no Projovem Trabalhador, além das diferentes expectativas quanto essa inserção. Em seus relatos foram relevantes as questões relacionadas com a falta de experiência, a dificuldade para conseguir emprego, as dúvidas sobre qual carreira seguir, entre outras, evidenciando o anseio dos jovens por mais oportunidades de trabalho, seja através das qualificações, por meio do ingresso em universidades, ou a partir do desejo de colocar em prática o conhecimento adquirido no curso. Nesse sentido, os resultados apontam que o Projovem Trabalhador ainda precisa avançar bastante, pois um de seus objetivos, que é a inserção dos jovens no mundo do trabalho, passa por muitos entraves e dilemas, conforme constatamos na pesquisa. Assim, entendemos que as ações

de implementação requerem uma atenção redobrada por parte de seus formuladores, gestores e executores para que possam avaliar as ações e alcançar efetivamente os resultados esperados.

Os alunos egressos também destacaram algumas sugestões com o intuito melhorar e aperfeiçoar as ações desenvolvidas no Projovem Trabalhador. Deste modo, predominou sugestões referentes à concessão do auxílio financeiro e do auxílio transporte visando o seu pagamento sem atrasos, para tanto, sugeriram que o Programa tivesse mais planejamento, organização e administração. Além do desenvolvimento de mais ações e aulas práticas durante a Qualificação Profissional para que possam sair dos cursos aptos a exercerem as atividades e os conhecimentos adquiridos.

Por fim, objetivando conferir em que medida as ações do Projovem Trabalhador em Manaus coadunam com as diretrizes preconizadas pelo Governo Federal para o programa, identificamos que os indicadores que deveriam verificar as metas do Projovem Trabalhador quanto à estruturação, Qualificação Social e Profissional, pagamento do auxílio financeiro e inserção dos jovens no mundo do trabalho encontram-se pendentes. Esta situação pode explicar a dificuldade encontrada para a obtenção de informações mais detalhadas sobre a implementação do Programa em Manaus, bem como para o cumprimento dos resultados esperados.

Verificamos ainda que nas fiscalizações realizadas pelos órgãos de controle no âmbito nacional, os problemas identificados no Projovem Trabalhador também foram constatados em Manaus. Dentre eles destacam-se: problemas na inserção de dados no Sinprojovem, ocasionando atraso no fornecimento do auxílio financeiro e do auxílio transporte; realização de poucas aulas práticas ou até mesmo a sua inexistência, além da ausência de estágios; e problemas na frequência dos alunos, sem a assiduidade exigida pelo Programa.

Do exposto, os resultados revelam que foram muitas as ações do Projovem Trabalhador em Manaus que não foram implementadas conforme preconiza as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal para o programa. Além disso, constatamos que o Programa passa por um processo de reestruturação visando corrigir as inconsistências identificadas pelos órgãos de controle. Com isso, espera-se que o Projovem Trabalhador torne suas ações mais efetivas e transparentes, contribuindo para a formação social e profissional dos jovens.

Cabe sinalizar a importância da consolidação das políticas para a juventude no Brasil a partir de programas como o Projovem, na modalidade Trabalhador. Sendo assim, a partir da implantação da Política Nacional de Juventude, em 2005, temos a criação de diretrizes que devem orientar o desenvolvimento das políticas de juventude, dentre elas: o estímulo à prática da cidadania e participação social dos jovens; a geração de trabalho e renda para a juventude; o

preparo de jovens para o mundo do trabalho; e a promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas para os jovens. O que demonstra que estas diretrizes buscam se harmonizar com os objetivos do Projovem Trabalhador.

Nesse sentido, para que a política de juventude faça realmente diferença na vida dos jovens, de forma ampla, integrada e com ações que abranjam as reais necessidades das juventudes, acreditamos que é essencial o papel do controle social, da avaliação e do monitoramento por parte de seus formuladores, executores, dos órgãos de controle e da sociedade, o que sem dúvida contribuirá para a efetivação dos direitos dos jovens e se constituirá em um grande avanço para a consolidação das políticas públicas juvenis no Brasil. Desta forma, possibilitando o investimento em programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro, aumentando assim as possibilidades de intervenção sob a ótica da democracia, da cidadania e da justiça social.

Diante dos resultados, sinalizamos como recomendação a criação de um sistema informatizado que contenha os dados essenciais do Programa e a prestação de conta ao alcance da sociedade. Para tanto, as melhorias precisam ser trabalhadas e discutidas coletivamente, os gestores do Projovem Trabalhador (Estado/Município e instituições executoras) devem buscar a construção dessas alternativas de melhorias a partir da socialização das informações sobre a implementação do Programa, junto ao MTE, e principalmente, ao público-alvo, pois estes são os principais interessados e que desejam a efetivação do Programa.

Nesse sentido, é necessário que os formuladores do Projovem Trabalhador também tenham atenção com os problemas que possam surgir durante a implementação para que estes não afetem os resultados esperados. Do mesmo modo, entendemos que as instituições devem assumir a avaliação como procedimento que lhes permitam aprimorar suas ações e manter uma relação de transparência com seu público-alvo, no que tange a seus propósitos, processos e resultados.

Portanto, sinalizamos para a importância de se desenvolver ações mais eficientes e eficazes no sentido de alcançar as metas e objetivos estabelecidos para o Programa Projovem Trabalhador, com o intuito de realizar mudanças que sejam realmente efetivas para o público-alvo. Nessa perspectiva, as ações de monitoramento e avaliação, enquanto um processo sistemático de análise das atividades desenvolvidas, podem contribuir significativamente para o aperfeiçoamento do programa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. *Participação e organizações juvenis: contribuições*. Projeto Redes e Juventudes. Recife, 2004.
- ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas*. VI Congresso Português de Sociologia, mundos sociais: saberes e prática. Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE. Brasília, 2006.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; NASCIMENTO, Natália Ilka Moraes. *Políticas Públicas de Juventude: dilemas entre avanços e descontinuidades*. Perspectivas em Políticas Públicas. Vol. IV, nº 7. Belo Horizonte, 2011.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e Subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *A dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Alexandre Viana. *Política pública, juventude e educação: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens na perspectiva dos atores envolvidos*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, 2011.
- ÁVILA, Célia M. *Gestão de projetos sociais*. 3ª ed. rev. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. – (Coleção gestores sociais).
- BANGO, Julio. Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, MariaVirgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. Tradução de L' Análise de contenu.
- BELLONI, Isaura. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção Questões da Nossa Época; v.75).
- BERTHOLINI, Frederico. *Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem: Análise da Implementação na cidade do Rio de Janeiro*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, agosto de 2011.

BOURDIEU, Pierre. “*A juventude é apenas uma palavra?*”. Questões de Sociologia. Tradução: Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: Helena W. Abramo e Pedro P. M. Branco (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira - Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, e suas alterações, dispõe sobre o Termo de Referência e estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, relativos ao Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã.

_____. Manual de Execução do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, 2011.

_____. Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012. Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (coordenação). Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/indicadores_de_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2015

BRANDALISE, Camila. et al. Jovens, bem preparados e sem emprego: como a crise e a falta de perspectiva ameaçam a juventude mais escolarizada. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/416144_JOVENS+BEM+PREPARADOS+E+SEM+EMPREGO. Acesso em: 22 de julho de 2015.

CASTRO. Jorge Abrahão. AQUINO Luseni (orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Texto para discussão nº 1335. Brasília: IPEA, 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; COELHO, Carla (Orgs.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO. Jorge Abrahão. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2010.

CASTEL, R. 1998. *As Metamorfoses da Questão Social*. Uma crônica do Salário. Tradução: Iraci D. Poletti. Rio de Janeiro: Vozes.

CARVALHO. Maria do Carmo Brant. Avaliação de projetos sociais. In: Gestão de projetos sociais. ÁVILA. Célia M (Coordenação). 3ª ed. rev. - São Paulo: AAPCS - Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. - (Coleção gestores sociais).

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COCCO. Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na crise do capitalismo global*. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE; *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. et al. *Prestação de Contas da Presidenta da República*. Relatório sobre os orçamentos e atuação governamental. Brasília: 2012.

CORROCHANO, Maria Carla. *O trabalho e sua ausência: Narrativas juvenis na metrópole*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

_____. Trabalho e Educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia (Orgs.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *A Educação Básica no Brasil*. Educação & Sociedade. Campinas, vol.23, n.80, p. 168-200, set. 2002.

CURY, Thereza Christina Holl. Elaboração de projetos sociais. Avaliação de projetos sociais. In: *Gestão de projetos sociais*. ÁVILA, Célia M (Coordenação). 3ª ed. rev. - São Paulo: AAPCS - Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. - (Coleção gestores sociais).

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Extratos de Convênios. Sessão 3, número 246, quinta-feira, 24 de dezembro de 2009.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Extratos de Instrumentos Contratuais. Sessão 3, número 254, quarta-feira, 31 de dezembro de 2008

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Extratos de Instrumentos Contratuais. Sessão 3, número 27, terça-feira, 7 de fevereiro de 2012.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - Extratos De Apostilamentos. Sessão 3, número 47, quarta-feira, 11 de março de 2015.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Análise do Mercado de Trabalho Formal em Manaus. Termo de Contrato nº. 005/2011 - SEMTRAD e DIEESE. Observatório do Trabalho. Abril de 2011.

_____. *Juventude e Trabalho: Inserção Produtiva dos jovens no mercado de trabalho de Manaus nos anos 2000*. Termo de Contrato nº. 005/2011 - SEMTRAD e DIEESE. Observatório do Trabalho. Março de 2012.

GONZALEZ, Roberto. *Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?* In.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: Helena W. Abramo e Pedro P. M. Branco (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira - Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric J; *A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*; tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Setor de serviços fica estagnado no Amazonas, aponta pesquisa do IBGE. Acesso em: 01 de junho de 2015. Disponível em: http://www.ejornais.com.br/jornal_diario_amazonas.html.

_____. *Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Regulamento do Projovem Trabalhador 2013. Acesso em: 01 de dezembro de 2013. Disponível em: www.fieam.org.br/iel/setrab/projovem.

_____. Sistema FIEAM destaca os bons resultados de 2014. Acesso em: 01 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.fieam.org.br/site/iel/sistema-fieam-destaca-os-bons-resultados-de-2014/>.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. *Transições do desemprego para o emprego entre os jovens. Mercado de trabalho conjuntura e análise*. Vol. 1, nº. 0. Ano 18. Brasília, 2013.

_____. Brasil: o estado de uma nação. *Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil*. Ano: 2006. Capítulo 07. Acesso em: 28 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs). *Jovens em tempo real*. DP&A, 2003.

JANNUZZI, P. M. *Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação*. Reflexões para a Ibero-América: Avaliação de programas sociais. Brasília: ENAP, 2009.

JUVENTUDE. *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: juventude*. 3. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011.

LANES, Mônica Paulino. *Projovem Trabalhador no município de Serra-ES: Análise de concepções, ações e Políticas Sociais para a juventude*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Vitória - ES, 2013.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2011.

LUZ, Ricardo Santos; BAVARESCO, Agemir. Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho. *Princípios: revista de Filosofia*. Natal, v.17, n.27, jan./jun. 2010.

MANDETTA, Fernanda de Araújo. Juventude, Trabalho e Escolarização: uma análise da trajetória de jovens de classes populares de Sosas - Campinas/SP. In: *Juventude e emprego*:

educar para qual trabalho? SOUZA. Aparecida Neri (Organizadora). Edições Leitura Crítica; ALB – Campinas/SP, 2013.

MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014. *O que é o Pronatec? Objetivos e Iniciativas. Cursos gratuitos*. Acesso em: 15 de maio de 2014. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/>.

_____. *Reordenamento*. Acesso em: 01 de junho de 2014. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/reordenamento>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE, 2014. *Apresentação Projovem Trabalhador*. Acesso em: 15 de maio de 2014. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/apresentacao.htm.

MOCELIN, Daniel Gustavo. Do trabalho precário ao trabalho decente? *A qualidade do emprego como perspectiva analítica*. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 42, n. 2, jul/dez, 2011, p. 47 - 62.

OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO DO MERCOSUL (OMTM). *Informe sobre o Emprego Juvenil no Mercosul*. 2012.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil*. Brasília: 2009.

_____. Organização Internacional do Trabalho. *Trabalho decente e juventude: políticas para a ação*. 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana M. M.; MIOTO, Regina C.T. (orgs) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO - PED/DIEESE. Acesso em 28 de fevereiro de 2014. Disponível em <http://www.dieese.org.br/analisedped/ped.html>.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD. *Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997*. Conceitos e definições da PNAD. Acesso em 28 de fevereiro de 2014. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013

POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego: as expectativas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Controladoria-Geral da União - CGU. Brasília: 2011.

_____. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Controladoria-Geral da União - CGU. Brasília: 2012.

_____. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Controladoria-Geral da União - CGU. Brasília: 2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Brasília: 2012.

_____. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Brasília: 2013.

_____. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Brasília: 2014.

ROSSO, Sadi Dal. *Dilemas do tempo: o tempo de trabalho no Brasil e no mundo globalizado*. In: Desafios do Trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Eliane. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. PAPA, Fernanda de Carvalho; FREIRAS, Maria Virgínia (Organizadoras). Editora Petrópolis - São Paulo, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Cartilha Políticas Públicas de Juventude*. Brasília, janeiro de 2013.

_____. Balanço 2011. Disponível: <http://www.juventude.gov.br/documentos/balanco-2011-snj>. Acesso em: 30 de março de 2014.

_____. Balanço 2012. Disponível: <http://www.juventude.gov.br/documentos/balanco-2012>. Acesso em: 30 de março de 2014.

_____. Marcos da Política Nacional de Juventude. Disponível: <http://www.juventude.gov.br/marcos>. Acesso em: 30 de março de 2014.

SERAFIM, Milena P.; DIAS, Rafael B. Conceitos e ferramentas para análise de política pública. In: BENINI, Edi A. et al (orgs.). *Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SERRA, Rose. *A Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil: estrutura e questões*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 2, p. 245-254 jul./dez. 2009.

SILVA, Enid Rocha Andrade; ANDRADE, Carla Coelho. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abraão de, AQUINO, Luseni Maria C. de, COELHO, Carla (orgs.). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Mariléia Maria. *Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, 2004.

SILVA, Marineide Maria. Na onda da flexibilidade: a experiência do desemprego vista pelo recorte geracional e de qualificação profissional. In: *Jovens, Trabalho e Educação: a conexão subalterna de formação para o capital*. Campinas, SP: Mercado das letras, 2012.

SILVA, Nilson José. Apostilamento em substituição à celebração de termo aditivo. Disponível em: www.esaf.fazenda.gov.br/a_esaf/sao-paulo/arquivos/apostilamento.pdf. Acesso em: 22 de julho de 2015.

SILVA, Cleide; PAPP, Anna Carolina. Crescimento do desemprego já afeta os jovens com maior escolaridade. *Jornal O Estado de São Paulo*. 07 de junho de 2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crescimento-do-desemprego-ja-afeta-os-jovens-com-maior-escolaridade,1701037>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

SILVA, Pedro L.B; MELO, Marcus A. B. *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/UNICAMP. Reunião do CLADE. República Dominicana, outubro, 2000.

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS. FIEAM Notícias. Publicação do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. Ano VII, nº 75. Outubro, ano 2013.

_____. FIEAM Notícias. Publicação do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. Ano VIII, nº 77. Janeiro, ano 2014.

_____. FIEAM Notícias. Publicação do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. Ano VIII, nº 78. Fevereiro, ano 2014.

SOUZA, Celina. Estado de arte da pesquisa em Políticas públicas. In: HOCHMAM, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação nº 24. Ano, 2003.

_____. Trajetórias na constituição de políticas de juventude no Brasil. In: FREITAS Maria de, PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs). *Políticas públicas: juventude em pauta*. – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: *Retratos da juventude brasileira - análises de uma pesquisa nacional*. ABRAMO, Helena W; BRANCO, Pedro P. M. (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TEIXEIRA, R. C. F. *A passagem do “direito ao trabalho” para a “empregabilidade”:* privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade.

Unimontes Científica. Vol 5, ano 1, 2003. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

VELASCO, Erivã Garcia. Juventudes e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização. IN: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2012.

WIECZYNSKI, Marineide Maria. *A ocupação pós-aposentadoria nas organizações sociais: uma questão em debate*. 2003, 235p. (Dissertação de mestrado em Serviço Social) - Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WU, Xun. *et al. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos*. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

APÊNDICES



APÊNDICE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

Formulário de Entrevista A: Para aplicação com os REPRESENTANTES DO ESTADO E DO MUNICÍPIO (Coordenador e equipe técnica do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã)

Data: _____ Instrumento nº _____ Participante da pesquisa _____

I - ESTRUTURAÇÃO

1. Quais as suas atribuições no Projovem Trabalhador?

2. Como ocorreu a execução do Plano de Implementação do Projovem Trabalhador?

2.1. Houve alterações?

() Sim () Não

2.2. Comente:

3. Houve acompanhamento e avaliação das ações contidas no Plano de Implementação do Projovem Trabalhador?

() Sim () Não

3.1. Comente:

4. Quais foram os critérios para a escolha da Instituição Executora do Projovem Trabalhador (IEL)?

5. Quanto ao processo de seleção e inscrição dos jovens, quais os critérios utilizados para o ingresso do jovem no programa?

6. Como você avalia a estrutura disponível para a realização das aulas de Qualificação Social e Profissional?

() ótimo () bom () regular () ruim

6.1. Comente sua avaliação:

7. O material didático disponibilizado pelo governo federal foi garantido para todos?

() Sim () Não

8. Como você avalia o conteúdo do material didático?

() ótimo () bom () regular () ruim

8.1. Comente sua avaliação:

II - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

9. Qual a sua percepção sobre a Qualificação Social e Profissional do Projovem Trabalhador? [Elenque os pontos fortes e fracos].

10. Quais foram os critérios para a escolha dos arcos ocupacionais (Cursos)?

11. Quais foram os critérios utilizados para a distribuição dos jovens nos arcos ocupacionais?

12. Houve evasão dos jovens?

() Sim () Não

12.1. Caso positivo, a instituição executora realizou a substituição dos jovens evadidos? Comente os fatores:

III - PAGAMENTO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

13. O auxílio financeiro foi pago regularmente?

() Sim () Não

13.1. Caso negativo comente os fatores:

14. Todos os jovens receberam auxílio financeiro?

() Sim () Não

14.1. Caso negativo justifique:

IV - INSERÇÃO DOS JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO

15. Qual o quantitativo de jovens inseridos no mercado de trabalho?

16. Há um monitoramento da inserção dos jovens no mercado de trabalho? [Existem documentos?]

() Sim () Não

16.1. Caso positivo como é feito esse monitoramento?

17. De que forma ocorreu a inserção dos jovens no mercado de trabalho?

- Via Emprego Formal
- Via Estágio ou Jovem Aprendiz
- Via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR)
- Outras. Quais? _____

18. Quais foram os critérios utilizados para a escolha dessas modalidades de inserção no mercado de trabalho?

19. A inserção no mercado de trabalho ocorreu na mesma área de formação profissional que o jovem participou no programa?

- Sim Não

19.1. Caso negativo justifique:

20. Os jovens foram inscritos no Sistema Nacional de Emprego - SINE?

- Sim Não

20.1. Caso negativo justifique:

21. Qual a sua percepção sobre a parceria entre Estado/Município (SETRAB) e Instituição Executora (IEL) para a implementação Projovem Trabalhador?

22. Na sua percepção, quais foram os limites e os avanços do Projovem Trabalhador?

23. Quais as sugestões para a melhoria/aperfeiçoamento do Projovem Trabalhador?



APÊNDICE B
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

Formulário de Entrevista B: Para aplicação com os REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES EXECUTORAS (Coordenador e equipe técnica do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã)

Data: _____ Instrumento nº _____ Participante da pesquisa _____

I - ESTRUTURAÇÃO

1. Quais eram as suas atribuições no Projovem Trabalhador?

2. Como ocorreu a execução do Plano de Implementação do Projovem Trabalhador?

2.1. Houve alterações?

Sim Não Não soube informar

2.2. Comente:

3. Houve acompanhamento e avaliação das ações contidas no Plano de Implementação do Projovem Trabalhador?

Sim Não Não soube informar

3.1. Comente:

4. Há quanto tempo a instituição executora atua na área de qualificação profissional?

5. Quanto ao processo de seleção e inscrição dos jovens, quais foram os critérios utilizados para o ingresso do jovem no programa?

6. Como você avalia a estrutura que foi disponível para a realização das aulas de Qualificação Social e Profissional?

ótimo bom regular ruim

6.1. Comente sua avaliação:

7. O material didático disponibilizado pelo governo federal foi garantido para todos?

Sim Não Não soube informar

8. Como você avalia o conteúdo do material didático [apostilas]?

ótimo bom regular ruim

8.1. Comente sua avaliação:

II - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

9. Qual a sua percepção sobre a Qualificação Social e Profissional do Projovem Trabalhador? [Elenque os pontos fortes e fracos].

10. Quais foram os critérios para a escolha dos arcos ocupacionais [cursos]?

11. Quais foram os critérios utilizados para a distribuição dos jovens nos arcos ocupacionais?

12. Houve evasão dos jovens?

Sim Não Não soube informar

12.1. Caso positivo, a instituição executora realizou a substituição dos jovens evadidos? Comente os fatores:

III - PAGAMENTO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

13. O auxílio financeiro foi pago regularmente aos jovens?

Sim Não Não soube informar

13.1. Caso negativo comente os fatores:

14. Todos os jovens receberam auxílio financeiro?

Sim Não Não soube informar

14.1. Caso negativo justifique:

IV - INSERÇÃO DOS JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO

15. Qual foi o quantitativo de jovens inseridos no mercado de trabalho?

16. Houve um monitoramento da inserção dos jovens no mercado do trabalho?

Sim Não Não soube informar

16.1. Caso positivo como foi feito esse monitoramento?

17. De que forma ocorreu a inserção dos jovens no mundo do trabalho?

- Via Emprego Formal
 Via Estágio ou Jovem Aprendiz
 Via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR)
 Outras. Quais? _____
 Não soube informar

18. Quais foram os critérios utilizados para a escolha dessas formas de inserção no mercado de trabalho?

19. A inserção no mundo do trabalho ocorreu na mesma área de formação profissional que o jovem participou no programa?

- Sim Não Não soube informar

19.1. Caso negativo justifique:

20. Os jovens foram inscritos no Sistema Nacional de Emprego - SINE?

- Sim Não Não soube informar

20.1. Caso negativo justifique:

21. Qual a sua percepção sobre a parceria entre Estado/Município e Instituição Executora para a implementação Projovem Trabalhador? [Parceria entre SEMTRAD e Fundação Nilton Lins]

22. Na sua percepção, quais foram os limites e os avanços do Projovem Trabalhador?

23. Quais as suas sugestões para a melhoria/aperfeiçoamento do Projovem Trabalhador?



APÊNDICE C
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

Questionário de Entrevista D: Para aplicação com os representantes do público-alvo (jovens do Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã)

Data: _____ Instrumento nº _____ Participante da pesquisa _____

I - IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo:

Feminino Masculino

2. Idade:

menos de 15 anos 15 a 17 anos 18 a 20 anos
 21 a 23 anos 24 a 26 anos 27 a 29 anos mais de 30 anos

3. Estado Civil:

Solteiro/a Casado/a Divorciado/a
 Separado/a Viúvo/a Outro, qual? _____

4. Tem filhos?

Sim Não

4.1. Se sim, quantos?

1 2 3 ou mais

5. Com quem você mora?

Pais Esposo Pai/Mãe
 Filhos Irmãos Outros, qual? _____

6. Escolaridade:

Fundamental Incompleto Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino médio Completo Superior incompleto Superior Completo

7. Qual a sua religião?

Católico Protestante Outro, qual? _____
 Espírita Sem religião Não sabe responder

8. É vinculado a partido político?

Sim Não Qual? _____

9. Participa de grupos de jovens? [atividade cultural, lazer, esporte]

Sim Não Qual? _____

10. Utiliza as redes sociais?

Sim Não Não sabe responder

10.1. Caso positivo quais:

Facebook Twitter Outro, qual? _____
 Instagram Google + Não sabe responder

II - FORMAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

11. Como ficou sabendo do programa Projovem Trabalhador?

- Rádio/ televisão/ jornal Cartaz/folheto
 Escola SINE
 Através de amigos ou parentes Através de membros das instituições parceiras Outro, qual? _____

12. Qual o principal motivo que o levou a participar do Projovem Trabalhador?

- Qualificação profissional Conseguir Emprego
 Auxílio financeiro durante o curso Abrir seu próprio negócio Outro, qual? _____

13. Você fez o mesmo curso que escolheu no ato da inscrição no Programa? [Qual curso escolheu?]

- Sim Não

13.1. Caso negativo comente:

14. O Projovem Trabalhador atendeu as suas expectativas?

- Sim Não

14.1. Comente:

15. Fale sobre o desenvolvimento das aulas de Qualificação Social e Profissional. [Aula prática, estágio, carga horária]

16. Os temas transversais foram abordados?

- Sim Não Não sabe responder

16.1. Quais?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Estímulo e apoio à elevação da escolaridade | <input type="checkbox"/> Terceiro setor |
| <input type="checkbox"/> Economia Solidária | <input type="checkbox"/> Português |
| <input type="checkbox"/> Equidade de Gênero | <input type="checkbox"/> Matemática |
| <input type="checkbox"/> Gestão Pública | <input type="checkbox"/> Língua Estrangeira |

16.2. De que forma foram abordados?

17. Como você avalia o conteúdo do material didático (apostilas, textos, livros, vídeos)?

- ótimo bom regular ruim

17.1. Você teve alguma dificuldade para compreender o material?

- Sim Não

17.2. Comente:

18. Como você avalia a estrutura disponível para a realização das aulas de Qualificação Social e Profissional?

- ótimo bom regular ruim

18.1. Comente sua avaliação:

19. Como você avalia o Programa Projovem Trabalhador?

() ótimo () bom () regular () ruim

19.1. Comente sua avaliação [Experiência]:

20. Todos os alunos concluíram o curso?

() Sim () Não () Não sabe responder

20.1. Caso negativo comente:

III - PAGAMENTO DO AUXÍLIO FINANCEIRO**21. Você recebeu o auxílio financeiro regularmente?**

() Sim () Não

21.1. Caso negativo comente:

22. O auxílio financeiro interferia no desenvolvimento das atividades que você realizava no programa?

() Sim () Não

22.1. Caso positivo de que forma?

IV - INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO**23. Você está trabalhando?**

() Sim () Não

23.1. Caso positivo, você trabalha na área de formação do Projovem Trabalhador?

() Sim () Não

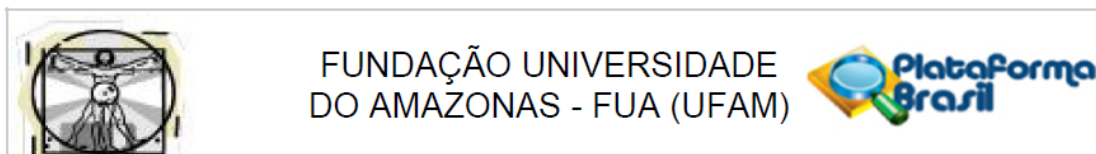
23.2. Caso positivo, qual área?

23.3. Caso negativo, qual a sua expectativa em relação à inserção no mundo do trabalho?

24. Quais as suas sugestões para a melhoria/aperfeiçoamento do Projovem Trabalhador?

ANEXOS

ANEXO 1



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: JUVENTUDE E TRABALHO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE MANAUS

Pesquisador: Maisa Bruna de Almeida Nunes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38863614.0.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 925.186

Data da Relatoria: 16/12/2014

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O universo juvenil é amplo, diversificado e nos conduz a vários caminhos. Pensar a juventude é pensar um caminho de possibilidades, vivências e condições que são próprias deste segmento. Mas, o que nos interessa é conhecer uma determinada realidade: a relação entre a juventude e o mundo do trabalho a partir da implementação do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus. Desta forma, este projeto tem como objetivo analisar a implementação do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus, tomando como referência as Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens, no período compreendido entre 2009 e 2013. O traçado metodológico compreende revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo. O lócus da pesquisa são os espaços institucionais do Projovem Trabalhador no Estado do Amazonas que realizaram parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE entre os anos de 2009 e 2013, a saber: 1) Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTRAD, 2) Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB e 3) Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AM. Como fonte de pesquisa primária será utilizada a entrevista com o intuito de coletar dados e informações a partir da aplicação dos instrumentais junto aos sujeitos da pesquisa. O levantamento documental, como fonte de pesquisa secundária, será realizado por

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

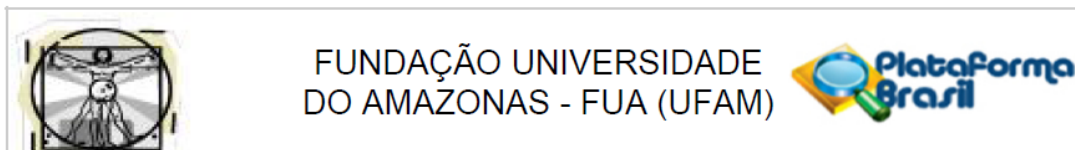
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 925.186

9.TCLE:ADEQUADO

10.Declaração que os resultados serão tornados públicos:ADEQUADO

11.Declaração sobre uso e destinação de material:ADEQUADO

12.Currículo Lattes: ADEQUADO

13.Metodologia:ADEQUADO

14. N° de participantes na pesquisa:ADEQUADO

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1.Folha de rosto:ADEQUADA

1.2. A pesquisadora atendeu a solicitação do comitê.

2.CRONOGRAMA: ADEQUADO

2.1.A pesquisadora atendeu a solicitação do comitê,modificando o cronograma.

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois a pesquisadora cumpriu totalmente as determinações da Res.466/12.

É o parecer.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 22 de Dezembro de 2014

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO 2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **Juventude e Trabalho: uma análise da Implementação do Programa Projovem Trabalhador no Município de Manaus**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Maisa Bruna de Almeida Nunes** mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, av. General Rodrigo Otávio, nº 6200, Coroado I - Manaus/AM, telefone (92) 3305-1480/8426-1963, email: maisabruna@hotmail.com, sob orientação da Profa. Dra. **Cristiane Bonfim Fernandez**, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, av. General Rodrigo Otávio, nº 6200, Coroado I - Manaus/AM, telefone (92) 3305-1480/8426-1963, email: cristianebf@yahoo.com.br. O objetivo geral do estudo é analisar a implementação do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus tomando como referência as Políticas de Trabalho e Emprego direcionadas aos jovens.

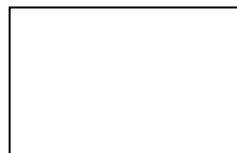
Sua participação é voluntária e se dará por meio de aplicação de Entrevista realizada junto aos Coordenadores, Equipe técnica, Instrutores da qualificação e jovens que participaram do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus. É importante destacar que os formulários de entrevistas contêm vários questionamentos acerca do processo de implementação do Projovem Trabalhador no município de Manaus e serão respondidos com a aplicação e interlocução do pesquisador junto ao sujeito de pesquisa,

Como toda pesquisa com seres humanos envolvem riscos, cabe sinalizar que os riscos decorrentes de sua participação na referida pesquisa são mínimos possíveis, caso ocorra riscos de ordem emocional ou psicológica, serão sanados através de atendimento psicológico, providenciado pela própria pesquisadora sem qualquer ônus ao (a) Sr (a), de forma, que não lhe ocasione qualquer dano ou constrangimento. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o conhecimento da realidade do Projovem Trabalhador no município de Manaus. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM no endereço Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07 Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM. Fone: (92) 3305-5130 - (92) 9171-2496 E-mail: cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com

Consentimento Pós-Informação Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

Assinatura do participante



Assinatura do Pesquisador Responsável

Impressão Dactiloscópica

ANEXO 3



PROJOVEM TRABALHADOR
MANUAL DE EXECUÇÃO
JUVENTUDE CIDADÃ

ARCOS**OCUPAÇÕES**

- | | |
|--|--|
| 1. Administração | <ul style="list-style-type: none"> a) Arquivador b) Almoxarife c) Contínuo (Office-Boy/Office-Girl) c) Auxiliar Administrativo |
| 2. Agro-Extrativista | <ul style="list-style-type: none"> a) Trabalhador em Cultivo Regional b) Extrativista Florestal de Produtos Regionais c) Criador de Pequenos Animais d) Artesão Regional |
| 3. Alimentação | <ul style="list-style-type: none"> a) Chapista b) Cozinheiro Auxiliar |
| 3. Alimentação
(continuação) | <ul style="list-style-type: none"> c) Repositor de Mercadorias d) Vendedor Ambulante (Alimentação) |
| 4. Arte e Cultura I | <ul style="list-style-type: none"> a) Auxiliar de Produção Cultural b) Auxiliar de Cenotecnia c) Auxiliar de Figurino d) DJ/MC |
| 5. Arte e Cultura II | <ul style="list-style-type: none"> a) Revelador de Filmes Fotográficos b) Fotógrafo Social c) Operador de Câmera de Vídeo (Cameraman) d) Finalizador de Vídeo |
| 6. Construção e Reparos I
(Revestimentos) | <ul style="list-style-type: none"> a) Ladrilheiro b) Gesseiro c) Pintor d) Reparador (Revestimento) |



7. Construção e Reparos II (Instalações)
- a) Eletricista de Instalações (Edifícios)
 - b) Trabalhador da Manutenção de Edificações
 - c) Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações
 - d) Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança
8. Educação
- a) Auxiliar de Administração (Escolar)
 - b) Contador de Histórias
 - c) Inspetor de Alunos
 - d) Recreador
9. Esporte e Lazer
- a) Recreador
 - b) Agente Comunitário de Esporte e Lazer
 - c) Monitor de Esporte e Lazer
 - d) Animador de Eventos
10. Gestão Pública e 3º Setor
- a) Agente Comunitário
 - b) Agente de Projetos Sociais
 - c) Coletor de Dados de Pesquisas e Informações Locais
 - d) Auxiliar Administrativo
11. Gráfica
- a) Guilhotineiro (Indústria Gráfica)
 - b) Encadernador
 - c) Impressor (Serigrafia)
 - d) Operador de Acabamento (Indústria Gráfica)
12. Joalheria
- a) Joalheiro na Confecção de Bijuterias e Jóias de Fantasia
 - b) Joalheiro (Reparações)
 - c) Gravador (Joalheria e Ourivesaria)
 - d) Vendedor de Comércio (Varejista)
13. Madeira e Móveis
- a) Marceneiro
 - b) Reformador de Móveis
 - c) Auxiliar de Desenhista de Móveis
 - d) Vendedor de Móveis

14. Metalmecânica
- a) Serralheiro
 - b) Funileiro Industrial
 - c) Auxiliar de Promoção de Vendas
 - d) Assistente de Vendas (Automóveis e Autopeças)
15. Pesca/Piscicultura
- a) Pescador Artesanal
 - b) Auxiliar de Piscicultor
 - c) Trabalhador no Beneficiamento do Pescado
 - d) Vendedor de Pescado - Peixeiro (Comércio Varejista)
16. Saúde
- a) Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas
 - b) Recepcionista de Consultório Médico e Dentário
 - c) Atendente de Laboratório de Análises Clínicas
 - d) Atendente de Farmácia (Balconista)
17. Serviços Domésticos I
- a) Faxineira
 - b) Porteiro
 - c) Cozinheira no Serviço Doméstico
 - d) Caseiro
18. Serviços Domésticos II
- a) Cuidador de Idosos
 - b) Passador de Roupas
 - c) Cuidador de Crianças (Babá)
 - d) Lavadeiro
19. Serviços Pessoais
- a) Manicura/Pedicura
 - b) Depilador
 - c) Cabeleireiro
 - d) Maquiador
20. Telemática
- a) Operador de Microcomputador
 - b) Helpdesk
 - c) Telemarketing (Vendas)
 - d) Assistente de Vendas (Informática e Celulares)

21. Transporte
- a) Cobrador de Transportes Coletivos
 - b) Despachante de Tráfego
 - c) Assistente Administrativo
 - d) Ajudante Geral em Transportes
22. Turismo e Hospitalidade
- a) Organizador de Eventos
 - b) Cumim (Auxiliar de Garçom)
 - c) Recepcionista de Hotéis
 - d) Guia de Turismo Local
23. Vestuário
- a) Costureiro
 - b) Montador de Artefatos de Couro
 - c) Costureira de Reparação de Roupas
 - d) Vendedor de Comércio Varejista